

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**MARCELLA GOMEZ PEREIRA**

**MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LITORAL SUL DA BAHIA:  
QUESTÕES DE AGROECOLOGIA E PATRIMÔNIO BIOCULTURAL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**MAIO DE 2021**

**MARCELLA GOMEZ PEREIRA**

**MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LITORAL SUL DA BAHIA:  
QUESTÕES DE AGROECOLOGIA E PATRIMÔNIO BIOCULTURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, cultura e experiências contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias.

Coorientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**MAIO DE 2021**

P874m

Pereira, Marcella Gomez.

Memória dos movimentos sociais no litoral sul da Bahia: questões de agroecologia e patrimônio biocultural. / Marcella Gomez Pereira - Vitória da Conquista, 2021.

176f.

Orientador: Edson Silva de Farias.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referências: F. 164 - 176.

1. Movimentos sociais - Memória. 2. Biocultura. 3. Memória e conservação - Agroecologia Sul da Bahia. I. Farias, Edson Silva de. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 301.1535

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890

UESB - Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Memory of Social Movements in the South Coast of Bahia: issues of agroecology and biocultural heritage.

Palavras-chave em inglês: Memories; bioculture; social movements; conservation.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Prof. Dr. Edson Silva de Farias (presidente), Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (coorientador); Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular), Profa. Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira (titular), Profa. Dra. Maria Salete de Souza Nery (titular), Prof. Dr. Moacir Carvalho Oliveira (titular).

Data da defesa: 24 de maio de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**MARCELLA GOMEZ PEREIRA**

**MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO LITORAL SUL DA BAHIA:  
QUESTÕES DE AGROECOLOGIA E PATRIMÔNIO BIOCULTURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Vitória da Conquista, Bahia, 24 de maio de 2021.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Edson Silva de Farias (Presidente)  
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Coorientador)  
Instituição: UESB

Ass.: 

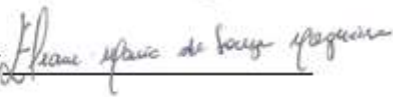
Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos  
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maria Salete de Souza Nery  
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira  
Instituição: UNEB

Ass.: 

Prof. Dr. Moacir Carvalho Oliveira  
Instituição: UFRB

Ass.: 

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos os agricultores e agricultoras que conheci ao longo de minha trajetória, e principalmente aos que fizeram parte do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. Suas memórias revelaram um contexto socio-histórico que foi silenciado e esquecido devido ao sofrimento, mas que agora terá um pouco de seu significado transmitido por esse documento.

Dedico a meus pais, Raimundo Pereira Neto e Patrícia Gomez de Pereira, pelo apoio incondicional. Agradeço principalmente a minha mãe, pela paciência em ouvir lamentações, choros, reclamações, problemas e hipóteses gerados entre conversas em frente a TV.

Dedico a minhas irmãs, que são mulheres fortes e que desenvolvem um belo trabalho nas áreas que escolheram para seguir. A Tatiana Gomez Ferreira, agradeço a participação na leitura de alguns textos e ao apoio emocional em horas de desespero e a Maria Rita Sales Régis, pelos debates acerca dos conteúdos de Memória e por compartilhar seu tempo em ouvir dúvidas.

Dedico ao meu namorado Fabiano Ferreira Pinto, pelas horas de companhia e pela paciência em lidar com meu desgaste físico e emocional. Por construir uma trajetória comigo nesses quatro anos de doutorado e me apoiar incondicionalmente durante a elaboração da tese, cobrando escrita, empenho e dedicação.

Dedico ao meu orientador, professor Dr. Edson Silva de Farias, mas principalmente ao meu coorientador, professor Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, a quem solicitei ajuda, e, que se dedicou sem reservas, contribuindo para que eu conseguisse completar os requisitos exigidos pelo programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS)

Dedico a todo o pessoal que compõe o PPGMLS, a secretária, a coordenação, a limpeza e demais funcionários, que conseguiam manter o ambiente sempre sob controle; mas especialmente a Vilma (secretária) que com seu sorriso e abraço, sempre fez dos extensos dias de aula mais alegres e a Edvânia (coordenadora) que com seu jeito alegre e descontraído me proporcionou bons momentos de risadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que participaram direta e indiretamente da organização e desenvolvimento dessa tese. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista (UESB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), que concedeu a bolsa de doutorado, com a qual pude realizar meu deslocamento para as entrevistas, comprar material bibliográfico e participar de eventos científicos.

“A luta pela reforma agrária passa a ser mais do que a luta pela terra, mas a defesa da natureza, a garantia da soberania alimentar, e a organização da agricultura para beneficiar toda a sociedade.”

Miguel Stedile (Coordenador do MST), 2014.

## RESUMO

No Brasil os movimentos sociais defendem a luta pela terra e reforma agrária, os direitos das mulheres a propriedade e a igualdade de gênero, a dignidade humana pelo trabalho, a soberania alimentar a partir da produção agroecológica de alimentos, e a emancipação econômica através da comercialização de bens e produtos. Esse contexto tem sido fortalecido pela atuação de múltiplos movimentos sociais, tais como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento de Luta pela Terra, que lutam pela distribuição de terra através da Reforma Agrária. Sendo o Brasil um país megadiverso, tanto biológica quanto culturalmente, é necessário que os estudos ligados as ciências biológicas e agrárias não excluam o componente social, já que para a conservação ambiental, o legado de comunidades tradicionais e camponesas é indispensável para o entendimento de como alcançamos a organização social e produtiva na qual estamos inseridos. Nesse sentido, o presente texto apresenta os resultados sobre o projeto de pesquisa aprovado pelo CEP-UESB com o título **Memórias Bioculturais: a influência dos movimentos sociais na conservação da biodiversidade, etnodiversidade e agrodiversidade da Mata Atlântica, Bahia, Brasil**, tendo por finalidade responder qual a importância dos movimentos sociais na conservação da região de Mata Atlântica na qual se encontram inseridos, o objetivo da pesquisa foi analisar as memórias de trabalhadores e trabalhadoras rurais de assentamentos de reforma agrária da região Sul da Bahia sobre as primeiras ocupações, a manutenção e organização dos espaços de convívio frente as ações de luta pela terra, reforma agrária e valorização do conhecimento tradicional (biocultural) sobre a biodiversidade local por meio da agroecologia.

**Palavras-chave:** Memórias; biocultura; movimentos sociais; conservação.



## ABSTRACT

In Brazil social movements defend the struggle for land and agrarian reform, women's rights to property and gender equality, human dignity through work, food sovereignty through agroecological food production, and economic emancipation through the commercialization of goods and products. This context has been strengthened by the performance of multiple social movements, such as the Peasant Leagues, the Landless Rural Workers Movement, and the Land Struggle Movement, which fight for the distribution of land through Agrarian Reform. As Brazil is a megadiverse country, both biologically and culturally, it is necessary that studies related to the biological and agrarian sciences do not exclude the social component, since for environmental conservation, the legacy of traditional and peasant communities is indispensable for understanding how we reached the social and productive organization in which we are inserted. In this sense, the present text presents the results of the research project approved by the CEP-UESB with the title *Memórias Bioculturais: the influence of social movements in the conservation of biodiversity, ethnodiversity and agrodiversity of the Atlantic Forest, Bahia, Brazil*, with the purpose of answering what is the importance of social movements in the conservation of the Atlantic Forest region in which they are inserted, The objective of the research was to analyze the memories of rural workers from agrarian reform settlements in the South of Bahia about the first occupations, the maintenance and organization of the living spaces in the face of the struggle for land, agrarian reform and the valorization of traditional (biocultural) knowledge about the local biodiversity through agroecology.

**Keywords:** Memories; bioculture; social movements; conservation.

## LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio  
APP – Área de Proteção Permanente  
ASCAU – Associação dos Produtores de Cacao  
CAAEE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MEC – Ministério da Educação e Comunicação  
MTL – Movimento de Luta pela Terra  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
ONG – Organização Não Governamental  
PC – Partido Comunista  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RL – Reserva Legal  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz  
UNEB – Universidade do Estado da Bahia  
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**LISTA DE GRAVURAS**

<b>Figura 01.</b> Reportagem sobre organização e repercussão políticas das Ligas Camponesas no Brasil.	40
<b>Figura 02:</b> Mapas da progressão de desflorestamento da Mata Atlântica	48
<b>Figura 03:</b> Localização da Região Geográfica Imediata de Ilhéus – Itabuna (Litoral Sul) e municípios.	51
<b>Figura 04-A:</b> página do Coletivo Cabaça	105
<b>Figura 04-B:</b> site da Teia dos Povos	105
<b>Figura 05-A:</b> casa do boneco – estação quilombola em Itacaré – BA	107
<b>Figura 05-B:</b> aldeia indígena Pataxó, Porto Seguro – BA	107
<b>Figura 05-C:</b> Assentamento Terra Vista – estação MST, Arataca - BA)	107
<b>Figura 06:</b> esquema de funcionamento da plataforma Baobáxia.	110
<b>Figura 07:</b> Conteúdos disponíveis em vídeo no repositório Baobáxia.	111
<b>Figura 08-A:</b> Instagram do assentamento Terra Vista	112
<b>Figura 08-B:</b> Blogspot Casa do Boneco	112
<b>Figura 08-C:</b> Rádio ligada ao MST.	112
<b>Figura 09:</b> Assentamento de Reforma Agrária. Terra Vista, Município de Arataca, 1985.	121
<b>Figura 10:</b> Assentamento de Reforma Agrária. Terra Vista, Município de Arataca, 2015.	121
<b>Figura 11:</b> as disputas de terras no estado da Bahia: Poxim e Sarampo. Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, n.1, mai 1981 / n.47, set. 1985.	137
<b>Figura 12:</b> Jornal da ABI Rio Grande do Sul - 27 e 28 de janeiro de 1996, p.05. Capacitação de profissionais para fixação de famílias do MST a terra.	145

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 MEMÓRIAS: UM CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Estudos sobre memória.....</b>	<b>25</b>
<b>2.2 Memórias e Movimentos Sociais na América Latina: trajetória política e social .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3 Questão Agrária e Reforma Agrária: o Nordeste brasileiro .....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 Lugares de Memória: entre Ilhéus e Itabuna .....</b>	<b>46</b>
<b>2.5 Memórias e Narrativas: formação social e contexto político dos colaboradores.....</b>	<b>53</b>
<b>2.5.1 MST e MLT na região Sul da Bahia: narrativas das ocupações</b>	<b>61</b>
<b>3 MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 Comunhão: Memória, Identidade e Espaço.....</b>	<b>68</b>
<b>3.2 Memórias das experiências sobre educação .....</b>	<b>78</b>
<b>3.3 Memórias Recentes: o uso da internet pelos movimentos sociais.....</b>	<b>98</b>
<b>4 MEMÓRIAS E CONSERVAÇÃO: A AGROECOLOGIA NO SUL DA BAHIA.....</b>	<b>115</b>
<b>4.1 Memórias do Campesinato e o Paradigma Agroecológico.....</b>	<b>115</b>
<b>4.2 Iniciativas Agroecológicas: lugares de memória e lutas sociais.....</b>	<b>122</b>
<b>4.3 Processo de educação agroecológica: contextualizando memórias.....</b>	<b>128</b>
<b>4.3.1 O papel das Universidades no debate agroecológico com os movimentos sociais.....</b>	<b>137</b>
<b>4.4 Relações com a terra: o protagonismo feminino.....</b>	<b>141</b>
<b>4.5 A vocação do cacau: manutenção e permanência dos movimentos sociais no Sul da Bahia.....</b>	<b>146</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>155</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de doutorado surgiu como continuação da dissertação de mestrado que defendi em 2015, na qual demonstrei a importância das memórias bioculturais na transformação alimentar dos indígenas Pankararé situados na cidade de Glória, norte do estado da Bahia. Memórias bioculturais constituem-se da extensa e complexa coleção de conhecimentos, e sabedorias tradicionais locais sobre diversidade biológica, diversidade linguística e diversidade agrícola. São um recurso substancial, intransferível e insubstituível de toda a consciência da espécie humana (TOLEDO, 2013a).

Memórias bioculturais formam parte das sabedorias tradicionais e representam a capacidade de recordar o passado para compreender o presente. Apresentam implicações ecológicas; expressam uma ampla variedade e diversidade de formas de convivência social e integração com a natureza; relacionam o tema sustentabilidade como estratégia das comunidades para realizar processos de apropriação social da natureza e contribuem no aproveitamento da natureza diante das incertezas e riscos (CARRILLO, 2006; BOEGE, 2008; GONZÁLEZ, 2008; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009a).

Registrar as memórias da etnia Pankararé sobre as transformações alimentares que surgiram ao longo dos últimos 50 anos na comunidade de Brejo do Burgo (localidade onde desenvolvi a dissertação), foi determinante para compreender que ciências naturais e sociais podem ser complementares. Explicar como sociedades tradicionais e/ou ancestrais se estabeleceram, e se mantêm em áreas de floresta transmitindo seus conhecimentos aos descendentes, desencadeou a pesquisa em ciências sociais e humanas; e como estas comunidades utilizavam os recursos naturais através de extrativismo ecológico, proporcionou o uso e a contextualização dos conhecimentos acerca das ciências naturais.

O uso de conceitos biológicos - tais como comunidade, ecossistema e conservação - para explicar a dinâmica da comunidade em meio ao bioma Caatinga, foi essencial para compreender como a cultura Pankararé se formou, se manteve e se transformou em meio a metamorfose social estabelecida a partir da urbanização de áreas próximas as aldeias. O interesse em conhecer melhor como ocorre a construção social de comunidades tradicionais e/ou ancestrais, levando em consideração sua cultura e potencial de modificação ambiental, me conduziu ao doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade.

Em 2017 ingressei no doutorado na linha de pesquisa Memória, Cultura e Educação e projeto temático Memória, cultura e experiências contemporâneas. A medida que adquiri conhecimentos acerca dos estudos em memória, percebi que apenas o referencial bibliográfico-documental sobre memórias bioculturais seria insuficiente para continuar minhas pesquisas. Durante as disciplinas aprofundei conhecimentos, me aproximei de autores e debati com docentes sobre como poderia realizar meu trabalho de pesquisa, dentro das exigências do Programa de Pós-Graduação, sem abandonar os conhecimentos prévios acumulados durante minha trajetória acadêmica.

Memórias podem respaldar patrimônios, que constituem bens simbólicos nos quais se viabilizam lembranças no movimento mesmo em que se dão esquecimentos (apagamentos). Além disso, representam um patrimônio imaterial que contribui a unir os membros de um grupo, permitindo-lhes se situar no passado, no presente e no futuro (FRANÇOIS, 2010). Destacar a importância de memórias na construção de uma identidade própria, e analisar narrativas com o objetivo de compreender como essas construções se estabelecem e se desenvolvem, permite que cada narrativa seja analisada de acordo com as particularidades de cada localidade. Desse modo, cada narrativa contribui para a apresentação de realidades silenciadas em documentos oficiais devido a classe social ou posição política dos sujeitos envolvidos. É sob esta perspectiva teórico-analítica que entente necessário trabalhar o olhar técnico e científico para reconhecer a importância do conhecimento tradicional sobre os meios de produção, entendendo que estes estimulam a sociedade civil em sua interdependência humana.

Destacar a importância das memórias na construção de uma identidade própria, e analisar narrativas com o objetivo de compreender como essas construções se estabelecem e se desenvolvem, permite que cada narrativa seja analisada de acordo com as particularidades de cada localidade e grupo social. Desse modo, cada relato oral contribui para a apresentação de realidades silenciadas em documentos oficiais, devido a classe social ou posição política dos sujeitos envolvidos.

Conhecer os teóricos que discutem a memória permitiu-me compreender que além de componente cognitivo, a memória é patrimônio, uma vez que a memória pode ser equacionada como um domínio com propriedades que motivam ou impossibilitam o esquecer e o lembrar, atos que por vezes não estão ancorados nos desafios identitários do presente (CANDAUI, 2016). Para Zacchi (2016), a identidade se constrói na própria luta e se faz principalmente na contraposição a

narrativa concebida por terceiros. Em cada sujeito ou grupo existem maneiras de sentir e existir, saltando particularidades simbólicas e fronteiras; consistindo em campos de mediações pelas quais este sujeito ou grupo fundamentam suas realidades (PEREIRA; FLEXOR, 2010).

Desse modo, priorizando os quadros de memória constituídos pelos movimentos sociais, assim como seus interesses e também a transformação da realidade atual, os movimentos se organizaram em virtude de um projeto comum e de uma identidade. Portanto, devem ser entendidos em seus próprios termos, ou seja, eles são o que dizem ser; suas práticas são suas autodefinição; seus princípios representam indícios significativos de novos conflitos sociais, resistência de grupo e transformação social; sua organização política consiste em insurreição, que ultrapassa os limites impostos por classes sociais e diferenças regionais relacionadas aos modos de produção (CASTELLS, 1999).

As lutas dos movimentos sociais no Sul da Bahia vão além da conquista por um lote de terra agricultável, simbolizam a reestruturação de uma parcela da sociedade que vendia sua força de trabalho aos coronéis do cacau<sup>1</sup>, que foi silenciada por ser testemunha da fome, das mortes por conflitos e da pobreza extrema que atingiram a região, e que representaram o sofrimento dos trabalhadores rurais, que tiveram terras usurpadas. Os colaboradores deste trabalho viveram as primeiras ocupações e auxiliaram na organização das frentes de luta por terra e reforma agrária. Permitiram que eu acessasse, através de suas histórias de vida, memórias sobre a organização dos primeiros enfrentamentos; como ocorreram as distribuições das terras; as reações contrárias ao novo desenho da região e a necessidade da terra para quem nela trabalhava.

Cada colaborador possui memórias sobre a construção dos movimentos sociais no Sul da Bahia, e eu me aproximei delas em meio a um trabalho com agricultores familiares locais. A narrativa de cada sujeito promoveu uma mudança de perspectiva sobre meu trabalho. Tive a grata surpresa de conhecer através dessas memórias uma realidade omitida em livros e silenciada pela posição social que estes indivíduos ocuparam e ocupam. A confiança entre mim e esses colaboradores construída ao longo do tempo, anterior a proposta do projeto de doutorado, foi imprescindível para alcançar os resultados que serão apresentados.

A trajetória que me levou a construir esta tese é contada a seguir como meio de apresentar as variáveis que me conduziram a realizar, como bióloga, uma pesquisa correlacionando ciências

---

<sup>1</sup> BARROS, Francisco Borges de. *Memórias sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Typ Baiana de Cincinnati. Melchiase. 1915.

naturais as ciências sociais e humanas. Essa dinâmica foi essencial para conseguir desenvolver um texto apropriado ao modelo dessa pesquisa. No entanto, ao longo do texto, além de um referencial bibliográfico sobre os estudos em memória, serão apresentados conceitos de ecologia da conservação e ecologia humana como meio de explicar alguns fenômenos bioculturais, apresentar a relevância do trabalho desenvolvido e suas contribuições ao desenvolvimento da ciência.

Formada em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual de Santa Cruz - (UESC/2007-2011), aprendi sobre relações ecológicas; sobre a formação de biomas, a importância dos recursos naturais na conservação de ecossistemas entre outros conteúdos. No entanto, a presença sócio humana como agente de transformação e alterações ambientais (sinônimo de ações antrópicas), foi pouco discutido durante esta etapa da minha formação.

Por cursar Licenciatura, tive que elaborar um trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre questões específicas. Investiguei como comunidades indígenas mantinham sua integridade cultural em meio as exigências de um conteúdo pedagógico pré-estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC). Elaborar o TCC para a graduação foi um desafio à parte, pois ao tratar da escolarização diferenciada indígena me deparei com a cruel realidade da aculturação, ou seja, perda de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes (LARAIA, 2009).

Estando meu objeto de estudo inserido em área de floresta, no ecossistema Mata Atlântica, entre meus objetivos de pesquisa esteve a resolução de dois questionamentos principais: como a sociedade Tupinambá<sup>2</sup> conseguiu construir relações sociais capazes de mitigar os efeitos de uma escolarização homogênea, pensada dentro do modelo de educação “clássica”, e como as relações do grupo com o ambiente natural ajudavam na construção da identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Conclui que os professores indígenas utilizando elementos culturais representativos, entre eles a Revolta do Caboclo Marcelino<sup>3</sup> e o Massacre do rio Cururupe<sup>4</sup>, tentaram estabelecer uma

---

<sup>2</sup> Grupo étnico que me relatei para desenvolver o TCC. Relataram-me a legalidade da educação diferenciada para indígenas, ou seja, uma educação pensada para respeitar a cultura e a diversidade étnica. Conhecidos como Tupinambás de Olivença, atualmente o grupo é formado por aproximadamente 3.000 indivíduos.

<sup>3</sup> O Caboclo Marcelino era considerado uma forte liderança dos indígenas Tupinambás. Na época foi considerado comunista pelos coronéis do cacau. Na década de 1930 lutou para defender o povo Tupinambá dos grandes proprietários de terras, que insistiram em reivindicar as terras indígenas como parte de suas propriedades.



relação entre as ações pedagógicas da escola regular e as representações culturais dos Tupinambá. Contudo, as adaptações no currículo escolar não conseguiram mitigar a ausência de uma equipe pedagógica multi e interdisciplinar, a qual seria capaz de lidar com as particularidades relacionadas ao dia a dia desse grupo étnico dentro da realidade local.

Os educadores indígenas preocupados com a necessidade de transmitir aspectos culturais da etnia aos jovens, construíram alternativas para o currículo. Dentro de seu calendário étnico-cultural, os educadores apoiavam as relações de convivência entre educandos e seus ancestrais vivos, permitindo a integração da normalidade das grades curriculares as festividades e dias santos dos Tupinambá. O ambiente em que tais relações se estabeleciam era a própria floresta, que para esse grupo étnico, era o local onde habitavam seus ancestrais falecidos e os guardiões das matas. O ambiente natural era tido como fonte de habitação, renda e espiritualidade, o qual deveria estar conservado, para ser capaz de proporcionar subsistência ao grupo.

O uso de material didático e paradidático normatizado pelo MEC, não contemplava a diversidade étnica e cultural dos indígenas. Tanto o projeto político pedagógico quanto o calendário escolar, não foram construídos para abranger as particularidades da educação indígena garantida pela Lei 6001 de 9 de dezembro de 1973, mas sim com o objetivo de assumir um importante papel no processo de aculturação dos Tupinambá (GOMEZ PEREIRA et al., 2013).

Com o fim da graduação, ocupei um cargo de professora de ensino fundamental em uma escola estadual e me preparei para ingressar no mestrado. Ensinar Biologia para classes de 5ª série me possibilitou entender como o sistema de ensino não aproveita o potencial regional. O conteúdo disponível nos livros didáticos era reelaborado por mim, frente a uma perspectiva local e mais próxima a realidade dos discentes, o que promoveu maior interesse e melhores resultados sobre o ciclo ensino-aprendizagem de Biologia, culminando em uma alta taxa de aprovação.

Durante o desenvolvimento das atividades docente, explorei as possibilidades de um mestrado que me permitisse desenvolver pesquisa com povos e comunidades tradicionais, e conheci um referencial bibliográfico que discutia a posição do ser humano como agente de transformação do ambiente natural (a Etnobiologia), cujo objetivo era adaptar e aproveitar os

---

<sup>4</sup> A Batalha dos Nadadores (1559) é conhecida na região Ilhéus-Itabuna como o massacre do rio Cururupe. Considerado como o maior massacre indígena da história das Américas, representou a morte de milhares de índios. Cercados pelos homens do então governador-geral do Brasil Mem de Sá, os indígenas foram massacrados e acudados na praia, a maior parte morreu afogada nas ondas fortes. Seus corpos foram estendidos um após o outro, somando seis léguas de índios mortos (aproximadamente 29 Km).

recursos naturais disponíveis a melhora da qualidade de vida proporcionando bem-estar. Dentro dessa perspectiva, o mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental foi a escolha mais apropriada a meus objetivos.

O projeto de mestrado para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/2013-2015) teve como principal objetivo estudar o potencial medicinal das plantas utilizadas pela etnia Tupinambá na cidade de Ilhéus, no entanto, devido a exigência regimentar da CAPES que bolsistas devem residir na cidade do campus em que fica a pós-graduação, me mudei para a cidade de Paulo Afonso, o que tornou essa proposta de trabalho inviável devido à distância. Propus realocar o trabalho, e realizá-lo com os indígenas Pankararé de Glória (cidade 12,6 Km de distância de Paulo Afonso), durante as pesquisas bibliográficas, porém, me deparei com um trabalho bastante conclusivo realizado em 1992. Frente a isso, fui encorajada a mudar o tema de trabalho pelo orientador da época.

Durante a trajetória do mestrado aproximei-me das etnociências<sup>5</sup> e das memórias bioculturais, as quais me deram o suporte teórico-metodológico para reorganizar minha proposta de trabalho. Durante as idas a campo e com a aproximação entre mim e os indígenas Pankararé, pude compreender as perdas culturais e de diversidade alimentar após as aldeias, três núcleos no total, aproximarem-se dos centros urbanos da cidade de Glória e de Paulo Afonso. Ambas foram mitigadas pela forte liderança do cacique, mas as perdas não puderam ser revertidas totalmente.

A proximidade das aldeias com os centros urbanos promoveu a inclusão de novos parâmetros culturais e alimentares nas comunidades; as trocas de gêneros alimentícios realizadas em feiras livres aumentaram a diversidade e a disponibilidade de alimentos para os indígenas e apresentavam ao público urbano novos gêneros alimentícios. A perda do ecossistema caatinga por desflorestamento e queimadas, provocou o desaparecimento de espécies de plantas utilizadas na alimentação, propiciando a inclusão de variedades encontradas nas feiras.

Conhecer a realidade Pankararé me motivou a realizar o trabalho de pesquisa que identificou como a perda do ambiente natural, influenciou na perda da cultura e do potencial alimentício dentro da comunidade Brejo do Burgo durante os últimos 50 anos. Entrevistei os anciãos e anciãs da aldeia, e como resultado da pesquisa desenvolvi o trabalho intitulado

---

<sup>5</sup> Estudos que visam acessar os conhecimentos que uma sociedade (populações camponesas, grupos tribais etc.) adquiriu sobre o meio no qual vive, realizando avanços consideráveis acerca dos saberes que orientam as relações entre a natureza e sociedade.

*Cienciometria e Memórias Bioculturais dos índios Pankararé: pluralidade étnica e importância ecológica*, publicado em formato de livro pela Novas Edições Acadêmicas no ano de 2016.

O uso indevido dos recursos naturais, tanto por indígenas quanto por não indígenas, promoveu mudanças no ambiente de Caatinga; abriu espaço a inserção de novas tecnologias de cultivo, que passaram a ser utilizadas na extração de recursos (alimentícios, madeireiros, minerais) e no desenvolvimento de cadeias produtivas, assegurando acesso a serviços básicos como luz, coleta de lixo, saneamento básico, escolarização diferenciada, entre outros.

Realizar o trabalho de mestrado com os Pankararé, permitiu compreender que memórias são mais do que um recurso da cognição humana, elas narram tempos, espaços e histórias em diferentes perspectivas e em diferentes contextos. Aproximar estas narrativas dos veículos de divulgação acadêmica e científica revelou, que muito do conhecimento ancestral foi e é utilizado para demarcar territórios de estudos. Muitos trabalhos revelaram o potencial social, cultural, econômico, político e ambiental de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, camponesas) sob a égide dos que falam e vivem as diferenças de sua própria realidade.

Com o fim do mestrado, retornei a Ilhéus e iniciei um trabalho na organização de curso de capacitação para uma ONG (2016). Esse trabalho me aproximou dos agricultores familiares da região que produziam hortaliças, legumes, verduras, biscoitos, queijo e outros produtos para venda em feiras livres locais. Principal atividade econômica, as feiras já estabelecidas nas cidades, eram o único canal de comercialização dos produtos, mas não ofereciam suporte aos agricultores familiares, que muitas vezes expunham seus produtos em lonas pretas forradas no chão.

Buscando a valorização do trabalho camponês, a ONG junto com a UESC liderou um projeto que visava dar condições mais apropriadas a venda dos produtos da agricultura familiar. Então, a feira agroecológica da UESC foi montada e os agricultores passaram a dispor de um espaço dentro da Universidade para vender seus produtos, que livres de defensivos agrícolas tinham um valor agregado maior por serem agroecológicos<sup>6</sup>. O espaço era organizado as sextas feiras, e me aproximou da realidade de cada agricultor e do trabalho desenvolvido por eles na

---

<sup>6</sup>Alimentos agroecológicos podem ser de origem vegetal ou animal. São produzidos em sistemas que promovem o uso sustentável dos recursos naturais; produzem alimentos livres de defensivos; protegem a biodiversidade; contribuem para a desconcentração das terras produtivas e criação de postos de trabalho; além de respeitar e aperfeiçoam saberes e formas de produção tradicionais. Seu maior valor refere-se à complexidade e desdobramentos do sistema de produção.

lavoura. Ouvi histórias sobre as lutas por terra e reforma agrária; sobre o auge e a falência dos coronéis do cacau e como famílias inteiras se adaptaram as novas condições de sobrevivência na região.

A luta por terras e reforma agrária na região Sul da Bahia é um tema polêmico, controverso, cruel e de uma beleza singular. A Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna<sup>7</sup> reuni uma das mais ricas trajetórias sobre as lutas dos movimentos sociais no Estado, abriga sujeitos de luta e conserva memórias, as quais (algumas delas) estão reunidas neste trabalho como relatos. A partir dessas memórias, apresentei como as ocupações de terras e luta pela reforma agrária proporcionaram as famílias desempregadas do ofício na lavoura, pela devastação ocorrida através da vassoura de bruxa<sup>8</sup> e podridão parda<sup>9</sup>, um novo recomeço.

Memórias atribuem aos sujeitos uma identidade dentro do contexto coletivo do qual participam. Destacar a importância da coletividade na construção dessa identidade, e analisar as narrativas com o objetivo de compreender como essas construções se estabelecem e se desenvolvem, permite que cada narrativa seja analisada de acordo com as particularidades de cada localidade, contribuindo na apresentação de realidades silenciada na literatura memorialista e em documentos oficiais.

Fui ouvinte de muitas histórias, seus relatos apresentaram uma realidade diferente do que conheci em livros, e me abriu as portas para desenvolver o projeto de doutorado. Passar na seleção do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade representou o êxito que o projeto de pesquisa, sobre as memórias das primeiras ocupações do Sul da Bahia por movimentos sociais, poderia alcançar. Conhecer teóricos que estudaram a memória, tais como Paul Ricoeur, Maurice Halbwach, Pierre Nora, entre outros, e seus quadros como marcos da organização de sistemas sociais e políticos, possibilitou a expansão do repertório teórico e metodológico para a execução do projeto, mas não me preparou para o todo. Como bióloga tendi a aplicar metodologias experimentais, no entanto, me deparei com uma enorme confiança de

---

<sup>7</sup> A Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna está na região cacauceira, compreende 21308,944 km<sup>2</sup> e abrange 41 municípios.

<sup>8</sup> Doença causada por fungo e responsável pela morte dos cacauceiros, o que ocasionou a queda na produção de cacau e a falência de muitos fazendeiros cacauicultores a partir de 1989.

<sup>9</sup> A podridão-parda é a mais importante doença do cacauceiro em termos mundiais. No Brasil, as perdas de frutos com podridão-parda podem reduzir a produção em até 80%. Entre os primeiros registros de ocorrência da doença em frutos de cacauceiro na Bahia estão os relatos de Zehntner (1914) e de Torrend (1917), que identificaram a enfermidade como “mela” ou “geada”.

meus colaboradores. Eles me relataram memórias das lutas por terra e reforma agrária silenciadas e traumáticas. Me receberam em suas casas e me permitiram acessar memórias que não haviam sido compartilhadas com outros. As memórias de meus colaboradores me fizeram entender a importância do desenvolvimento do trabalho para eles. Suas memórias não haviam sido escritas, e meu interesse em registrá-las fez deste trabalho uma das principais fontes sobre o que estes grupos viveram, lutaram e construíram com o passar dos anos.

Na trajetória construída dentro do programa de Doutorado tive uma série de desafios metodológicos, que se tornavam obstáculos para o desenvolvimento do projeto. Em contrapartida, os colaboradores que participaram do desenvolvimento desse trabalho, viram neste uma oportunidade de terem registradas suas memórias sobre as primeiras ocupações do território litoral Sul da Bahia. Desse modo, após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CAAE 09935118.3.0000.0055), fui a campo registrar tais memórias a partir da metodologia História Oral e a técnica história de vida. Esse registro foi possível por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e registradas em caderno de campo. O registro das entrevistas foi transcrito para documentos Word e guardados online.

Ao todo foram oito registros, sendo sete deles narrativas individuais sobre o contexto coletivo nos movimentos sociais e um questionário, respondido via e-mail. As entrevistas ocorreram com membros atuantes e ex-membros de movimentos sociais. As escolhas ocorreram após a análise de referencial bibliográfico e documental que indicaram alguns representantes, enquanto outros foram indicados durante as próprias entrevistas. Estes sujeitos têm diferentes origens e formações. Por meio de suas histórias de vida entendi o compromisso de cada um com o coletivo.

Quanto a entrevista realizada por questionário, considero que o colaborador não se sentiu a vontade de me conceder uma entrevista na qual eu fosse a interlocutora. Criei muitas hipóteses para responder a questão do porquê este escolheu participar, mas sem, contudo, me conceder uma entrevista. Acredito que não me conhecer afetou a disponibilidade deste para uma vídeo-chamada já que, durante a ocasião, a distância era considerável entre ambos, além disso, reviver aspectos das lutas e do processo de ocupação da região deva, ainda, mexer com suas emoções e por fim, por que deva ter considerado este mais um trabalho acadêmico, que em sua totalidade, não terá

utilidade para movimentos sociais, grupos de luta pela terra e reforma agrária ou outras organizações sociais.

A importância do contexto social, político, cultural e ambiental que representa o Sul da Bahia pode ser lido em muitas obras de memorialistas regionais, tal como Adonias Filho, e também nos textos dos escritores Jorge Amado e Euclides Neto, os quais, representam um significativo período histórico sobre o desenvolvimento dessa região<sup>10</sup>. Objeto de cobiça, devido ao seu grande potencial na produção cacaueteira<sup>11</sup>, o Sul da Bahia foi local de conflitos e atualmente é local de resistência<sup>12</sup>.

A árvore que influía em Ilhéus era a árvore do cacau, se bem não se visse nenhuma em toda a cidade. Mas era ela que estava por detrás de toda a vida de São Jorge dos Ilhéus. Por detrás de cada negócio que era feito, de cada casa construída, de cada armazém, de cada loja que era aberta, de cada caso de amor, de cada tiro trocado na rua. (Jorge Amado. *Terras do Sem fim*, 2008, p.172)<sup>13</sup>.

As memórias das primeiras ocupações de terras e da luta pela reforma agrária no Sul da Bahia aumentaram minha admiração dos povos camponeses que habitam a região. As memórias de cada colaborador sobre os conflitos, as perdas de companheiros, as demarcações de terras, a importância da educação para a militância, etcetera, alcançou proporções que não foram previstas, desse modo, a metodologia História Oral tornou-se a melhor, e mais satisfatória opção para a investigação qualitativa. Dentro da mesma corrente ideológica “terra para quem trabalha na terra”, os colaboradores deste trabalho participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); do Movimento de Luta pela Terra (MLT) e de Associações Agrícolas.

O acesso às memórias transformou a perspectiva do trabalho. A medida que as entrevistas foram sendo realizadas, a dinâmica do trabalho se transformou. A cada nova narrativa, o roteiro

---

<sup>10</sup> A "Vila de São Jorge dos ilheos" foi fundada em 1536.

<sup>11</sup> A região Sul da Bahia tornou-se uma grande exportadora de amêndoas de cacau entre as décadas de 1970 e 1980, o que gerou aumento do potencial econômico local. Devido ao rápido enriquecimento, muitos proprietários de terras se valiam de suas riquezas para “tomar” propriedades menores e expandir suas plantações.

<sup>12</sup> A ausência de políticas públicas adequadas, a permanência de processos sobre a reintegração de posse de algumas áreas e as divergências políticas causadas por partidos que se aproveitam da fragilidade social e econômica de alguns assentamentos de reforma agrária, que estão na contrapartida da resistência dos movimentos sociais têm que empregar, a fim de permanecerem exercendo o trabalho na terra, e (re) afirmando a função social de tal recurso.

<sup>13</sup> AMADO, Jorge. *Terra dos Sem Fim*. São Paulo: Companhia das Letras. 7ª reimpressão. 2008.

elaborado (Apêndice 1) transformou-se em meio a entrevista. Busquei explorar aspectos que iam sendo inseridos na proposta que apresentei, e assim, a cada entrevista pude aproximar-me de novas perspectivas sobre as ações de ocupação do Sul da Bahia, do porquê essas ocupações eram importantes, qual os líderes envolvidos e também sobre os projetos de futuro que meus colaboradores desenharam para a região.

De acordo com Delgado (2007), a História Oral é um procedimento, um caminho para produção de conhecimento, que traz um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento (tempo passado) e sobre a época na qual o depoimento foi produzido (tempo presente). A seleção da abordagem em História Oral e a técnica história de vida permitiram considerar a narrativa como uma perspectiva teórico-documental relevante à investigação social. Com isto considerei as fontes orais como narrativas que contam com a particularidade da subjetividade do narrador, as quais referenciam-se tanto aos significados como aos acontecimentos<sup>14</sup>.

Para Portelli (1997), a essencialidade do narrador é salientada pelo fato da História Oral dizer versões do passado, ou seja, à memória, que tornou-se parte necessária à compreensão do espaço construído após a decadência da cacauicultura e do tempo em que a violência era a única realidade dessas lutas, considerando o valor e a importância de cada indivíduo, assim como de suas experiências.

A metodologia em História Oral contribuiu para que o trabalho, até então em fase de desenvolvimento, transmitisse a realidade das lavouras de cacau dos contos e filmes sob uma nova perspectiva, a dos trabalhadores. Através da técnica história de vida, os colaboradores narraram sua infância, adolescência e fase adulta. Foi possível identificar que todos tiveram uma representação camponesa em suas famílias, no entanto, foram abraçados pelo compromisso com as causas sociais em diferentes fases de seu desenvolvimento pessoal.

Cada indivíduo ganhou um nome de árvore da Mata Atlântica, isso porque, no projeto aprovado pelo CEP-UESB, assegurei a confidencialidade de suas identidades<sup>15</sup>. Contaram-me

---

<sup>14</sup> JEAN JEA, Melina. "La Historia Oral y la narrativa como metodologías para el abordaje del terrorismo de Estado, siglo XX en Argentina". In: *Revista Historia y Memoria*, 2020, p.71.

<sup>15</sup> Assegurar as identidades dos colaboradores da pesquisa foi necessário para evitar possíveis constrangimentos com algumas perguntas, tais como idade e situação conjugal. Além disso, contribuiu para a construção de um ambiente seguro, no qual os entrevistados sentiram-se à vontade em compartilhar memórias sobre lembranças dolorosas, geradas pelas perdas de companheiros e companheiras durante os conflitos. Essa medida também foi necessária para impedir que a identificação dos entrevistados fosse

sobre a organização, desenvolvimento e fixação no campo; apresentaram impressões, dificuldades, envolvimento e perdas; narraram suas memórias sobre as lutas por terras e reforma agrária a favor dos trabalhadores do cacau e como a resistência deles proporcionou dignidade a muitas famílias de desempregados e sem teto.

Para além de se constituir no objeto e se desdobrar nos objetivos perseguidos nesta tese, analisar essas narrativas e apresentar o repertório dessas memórias representa uma conquista pessoal e coletiva. Pessoal por me proporcionar conhecimento sobre a cruel, mas ostentosa realidade social dos coronéis do cacau e coletiva, por me possibilitar transcrever essas memórias com compromisso e responsabilidade junto a cada colaborador. Estes permanecem resistindo à enfrentamentos políticos, desrespeito social e problemas ambientais gerados pela ausência de assistência técnica especializada, carência de uma educação apropriada e privação de um modelo de gestão que assegure dignidade.

Ao organizar o repertório de memórias, as análises subsequentes das narrativas conduziram a divisão do texto. Como as memórias são o arcabouço teórico fundamental do desenvolvimento dessa tese, busquei autores que explicassem a importância delas para a construção das representações sociais individuais e coletivas. A utilização de uma bibliografia abrangente enriqueceu o debate, e pôs em evidência as múltiplas faces deste trabalho, que conta com aspectos das ciências biológicas, ciências agrárias e ciências sociais.

Apresentei autores que vão além dos clássicos da literatura de Halbwachs (2003), Nora (1992), Bergson (2010) e Ricoeur (2018) sobre o tema memória, isso porque, em se tratando de um trabalho interdisciplinar que propôs unir diferentes ciências, foi necessário agregar autores que também tratassem dos desdobramentos da memória em ambientes cuja maior característica fosse o complexo cultural envolvido na organização social, estes autores serão apresentados mais adiante. Tais autores, assim como os clássicos já citados, foram essenciais a compreensão de memórias que estavam carregadas de conhecimentos sobre produção agrícola, importância da organização sindical, disputas por terras e biodiversidade biológica e cultural.

Seguidamente, foi explicitado parte do histórico dos movimentos sociais desde a organização e fortalecimento das lutas da Via Campesina no Brasil, descrita a relação de

---

utilizada para iniciar novos conflitos entre militantes, donos de fazendas e familiares dos antigos coronéis do cacau.



importantes líderes sindicalistas, políticos e religiosos que surgiram nesse período com a expansão dos movimentos sociais no país e exposto o desmonte das lutas por terra e reforma agrária durante o período da ditadura militar, identificado vetores de desenvolvimento das lutas após esse período.

Discutiu-se sobre as questões agrárias do Nordeste brasileiro e a importância de todo o histórico de luta e das memórias dos que participaram das primeiras ocupações da região Sul da Bahia na construção de um modelo de educação, de sociedade e de futuro. Junto a isso, foram apresentadas informações sobre o uso das novas tecnologias de comunicação na organização e desenvolvimento de ações educacionais e de mobilização social e cultural.

Por último, foram analisados os resultados da história de vida dos colaboradores. Como o processo de transição agroecológica transformou a realidade do manejo e da produção em pequena e média escala de alguns assentamentos de reforma agrária e discutiu-se o conteúdo das narrativas sobre a perspectiva de desenvolvimento sustentável, conservação produtiva, empoderamento camponês através da soberania alimentar e papel da mulher no campo através das memórias e de conteúdo bibliográfico-documental.

Este manuscrito termina com as considerações finais acerca do trabalho como um todo. Resumi a trajetória percorrida durante o processo de análise e produção de resultados, além da necessidade acadêmica e pessoal de contribuir para o referencial desse nicho da pesquisa em memória, destacando que ciências humanas e sociais não são inimigas, mas complementares as ciências da natureza. Apresentei considerações sobre o desenvolvimento da própria pesquisa e de seus resultados e por fim avaliei os obstáculos, que foram eliminados à medida que adquiri confiança para lidar com questões éticas e geográficas e os desafios humanos sobre o posicionamento de outros profissionais acerca do desenvolvimento do trabalho.

## **2 MEMÓRIAS: UM CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO**

*A memória torna-se fundamental na medida em que se sabe que “as façanhas que são silenciadas morrem” e, logo, o*

*homem sem façanhas ou reputação morre, pois que, vítima do silêncio, estaria abandonado ao esquecimento*

(Marcel Detiënne, 1988)

## 2.1 ESTUDOS SOBRE MEMÓRIA E SEUS PERSONAGENS HISTÓRICOS

De acordo com Assmann (2011), a arte da memória começa com a mnemotécnica, que tem, não somente, uma longa tradição, como também uma lenda fundadora inesquecível: a de Simônides<sup>16</sup>, que utilizou a técnica da memória para identificar corpos mutilados em um casamento após a queda do telhado da casa de seu anfitrião. Para a autora, a mnemotécnica foi concebida como um procedimento adquirível e aplicável a vários fins, e por isso cabe abrir novos caminhos para o tema da memória, que devem abordar, além da mnemotécnica, atos culturais da recordação, da rememoração, da eternização, da remissão, da projeção e do esquecer embutido em todos esses atos.

Na antiga Grécia, a memória tinha uma função considerada prioritária: conferir imortalidade ao ser humano, ou seja, integrá-lo ao tempo por meio da história, fazendo do passado suporte do presente e potencialidade de futuro (DELGADO, 2007). Platão usou a metáfora sobre o bloco de cera para falar sobre memórias: cada bloco de cera (sujeito) apresenta qualidades diferentes, que tendem a transformar-se ao longo de suas experiências de vida. Já no pensamento aristotélico, discutia-se a diferença entre memória (*mneme*) – faculdade de conservar o passado; e a reminiscência (*mamnesi*) – faculdade de invocar voluntariamente o passado (SMOLKA, 2000).

Memórias representam uma condição necessária para a recordação e para o reconhecimento das lembranças. As contribuições teóricas do pensamento platônico e aristotélico às discussões sobre memórias, fazem parte do marco teórico conceitual das pesquisas sobre o tema. Muitos pesquisadores criaram hipóteses, conceitos e definições sobre as memórias; e contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo de estudo. Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês da escola durkheimiana, foi o primeiro a pensar em uma

---

<sup>16</sup> ASSMANN, Aleida. *Espaços de Recordação*. Primeira parte – Funções. I. A memória com *Ars e Vis*. 2011. p.31-36.

dimensão da memória que ultrapassava o plano individual. Foi o primeiro estudioso a cunhar o termo “memória coletiva”.

Michael Pollak (1948-1992) foi um sociólogo Austríaco que considerou a memória como fenômeno coletivo, uma construção social do passado realizada no presente. Para este autor a memória possui três elementos básicos: 1. Acontecimentos – vividos pessoalmente ou vividos pelo grupo social ou coletividade (por tabela); 2. Pessoas (personagens) – que integram as lembranças e 3. Lugares – base para o desenvolvimento das memórias de um indivíduo.

Pierre Nora (1931), historiador francês, estudioso dos lugares de memória, discute em seus trabalhos o esfacelamento da memória e a necessidade de cristalizar os sentimentos acerca de um determinado período histórico em locais de memória<sup>17</sup>. Nessa perspectiva, os grandes monumentos históricos, ou os que guardam artefatos que representam símbolos do poder ou da devastação de um dado período, tornam-se fundamentais a formação de uma identidade nacional, de significado coletivo.

Paul Ricoeur (1913-2005), questiona até que ponto a história é tributária da memória, e onde as capacidades, características e possibilidades de falha da memória acabam se convertendo em terreno fértil para manipulações e distorções narrativas, ideológicas e político-sociais. Este autor também se dedica a elucidar a essência das manifestações da memória e das lembranças, o que ele batizou como “fenomenologia da memória”.

Henri Bergson (1859-1941); Ecléa Bosi (1936-2017); Frances A. Yates (1899-1981); Aleida Asseman (1947); Jan Assmann (1938); Joël Candau e Lucilia de Almeida Neves Delgado, fazem parte de uma longa lista de autores que se dedicaram aos estudos da memória. Devido ao seu potencial democrático de informar, as memórias passaram a ser uma importante ferramenta para a construção do processo de reconhecimento. Atributo de atividade natural, espontânea e seletiva, a memória é desinteressada; muda de acordo com quem a estabelece e pode configurar um veículo de poder, sendo capaz de omitir e construir passados alternativos<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Em Nora (1993), lugares de memória são monumentos, instituições, rituais etc., criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia em sociedades nas quais a memória era algo vivido no cotidiano e a sua preservação, realizada pelos próprios grupos sociais. Para Nora esses lugares de memória surgiram a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva.

<sup>18</sup> Ver Fahrenheit 451 de Bradbury (1953). Livros são proibidos e apenas o conteúdo promovido pelos veículos de comunicação autorizados pelo governo são vistos pela população.

Manter o poder sobre determinados grupos implica na manipulação de memórias e em inumeráveis esquecimentos da história, isso porque há finalidades nacionais que objetivam autenticar, essencializar e neutralizar identidades como observa-se na manipulação da memória pelos brancos no Brasil, que consiste em manter a memória da escravidão como meio de inferiorizar os negros, construindo uma identidade americana ou euro-americana com lembranças “afro” (CANDAU, 2016). Memórias podem ser seletivas, assim como manipuladas para cumprir uma função:

A memória é, de fato, uma força de identidades. [...] todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade. (CANDAU, 2016, p.17 e 74).

De acordo com Scolese (2008), as lutas e ocupações de terras no Sul da Bahia ofereceram uma oportunidade ao MST de estruturar novas frentes de trabalho e organização popular para a luta por terras e reforma agrária, ao MLT autonomia intelectual por meio de sua emancipação do MST e as associações de trabalhadores a perspicácia para organizar grupos de trabalho, formar líderes políticos e determinar uma identidade sem a bandeiras de movimentos. Nesse contexto, a identidade sem-terra nas perspectivas do MST, MLT, e associações rurais é também constituída por símbolos, tais como a bandeira dos movimentos, as enxadas dos trabalhadores, o bisco (instrumento utilizado para limpar as áreas de plantio e também como instrumento de resistência), a cor vermelha do comunismo e socialismo, os quais foram pensados, planejados e escolhidos ao longo da trajetória desses grupos.

Seletiva, a memória representa um estado que implica a passagem do tempo, podendo tornar-se uma arma política para vencidos<sup>19</sup>; ela é o resultado da trajetória de cada um e representa a complexidade das interações sociais vividas. Nessa perspectiva, cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo; podendo inferir, administrar e transmitir informações a fim de conservar tradições, experiências, religiosidade, monumentos e consciência história, desse modo:

---

<sup>19</sup> De acordo com Araújo e Santos (2007) memórias operam a partir de um processo seletivo e para vítimas das guerras e de genocídios se constrói como arma política em que o esquecimento estabelece sua hegemonia.

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança. (POULET, 1992, p.54-55).

Memórias são atributos naturais de atividades coletivas e espontâneas, que dialogam na construção de identidades e, portanto, estão associadas a contextos sociais, em particular a lutas políticas (RIBEIRO, 2005). A percepção da memória como uma realidade fundamentalmente positiva e indispensável, tem um caráter imperativo ético e político (PEREIRA; FLEXOR, 2010). Para tanto, as memórias tendem a estabelecer práticas e saberes constituídos pelos grupos humanos em seus espaços, caracterizando formas similares ao rizoma<sup>20</sup>.

Memórias representam a vida carregada por grupos vivos. Ela está sempre em evolução e aberta a dialética das lembranças e do esquecimento, é vulnerável a todos os usos e também as manipulações; mas é sempre atual, representam um elo vivo com o presente e não se acomodam aos detalhes que as confrontam (NORA, 1993). Além de incomensurável, a memória é mutante e plena de significados de vida e como forma de experiência e conhecimento, é um caminho possível para que os indivíduos percorram os tempos de sua vida (DELGADO, 2007).

Nesse contexto, o potencial e a valorização de memórias bioculturais têm sido reconhecidos e debatidos internacionalmente, tanto em seus aspectos vinculados as estratégias das populações originárias em manter uma convivência harmoniosa com a natureza, quanto ao aproveitamento e conservação da biodiversidade, levando em consideração aspectos jurídicos e direitos comunitários (KHOR, 2003). Essas memórias são entidades dinâmicas e altamente intercultural, a qual se reconfigura e se fortalece pela interação com outras cosmovisões e culturas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009a).

Memórias são a base construtora da identidade e de consciências (individual e/ou coletiva); possui diferentes tipos (natural, mítica, artificial, social, construída, etc.), que se constroem a partir de fatos, narrativas, processos históricos ou símbolos. Memórias bioculturais ajudam a superar conflitos, prejuízos, mal-entendidos, falsas expectativas, vícios, ideologias, dogmas religiosos e instintos destrutivos gerados por ações humanas (TOLEDO, 2013a). Isso porque são capazes de integrar saberes tradicionais e ancestrais as novas demandas sobre

---

<sup>20</sup> Para Deleuze, o rizoma refere-se à inter-relação dos conceitos e modelos de como os acontecimentos são realizados, livres em seu tempo e espaço.

produção sustentável, economia colaborativa, ambiente saudável e justiça social, a partir do interesse dos grupos sócio humanos em retomar hábitos saudáveis ao ambiente e a própria saúde.

De acordo com Maurice Halbwach (2003) a memória é coletiva, e se dá a partir do conhecimento coletivo dos símbolos e acordos vigentes em uma sociedade e/ou grupo. Para esse autor, as memórias contam a trajetória dos grupos, auxiliando na divulgação de informações, reconhecimento popular e valorização da identidade coletiva, proporcionando sensação de pertencimento e acolhimento. Para Candau (2016), a memória é a identidade em ação, mas pode perturbar ou arruinar o sentimento da própria identidade:

O jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos; no domínio da “identidade étnica”, a completa assimilação dos indivíduos pode ser contestada pela sociedade que os acolhe, desde que o trabalho do esquecimento de suas origens não tenha se completado. (CANDAU, 2016, p.18).

Desse modo, reconhecer e recuperar a memória biocultural da humanidade e materializá-la em patrimônio é uma tarefa essencial, necessária, urgente e obrigatória, pois permitirá a valorização e a construção de uma alternativa à modernização do sistema de desenvolvimento econômico e social, sem que haja destruição de tradições; contribuindo para uma convivência cooperativa e coevolutiva entre a espécie humana e a natureza (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009a). Promovendo avanços nas discussões sobre epistemologia fenomenológica, propondo a natureza como construção social e permitindo debates que organizam o campo biocultural através do diálogo de saberes e da historicidade da natureza humanizada e domesticada (DESCOLA, 2001; LUQUE; ROBLES, 2006).

A identidade de uma sociedade e/ou grupo se forma à medida que seus participantes defendem um mesmo ideal ou tem um mesmo interesse. Quando narrada, a construção dessa identidade passa a construir as memórias desses sujeitos, e a representar um atributo natural e espontâneo às vidas dos interlocutores. Memórias mudam de acordo com quem as estabelece, tem caráter subjetivo, leva em consideração sentimentos, sentidos e sensibilidades, e relacionam a percepção humana ao discurso de reconstrução.

De acordo com Dores (1999) no que se refere à reconstrução da memória a partir de grupos informais (associações tribais, entidades não governamentais, grupos camponeses, etc.), seu enquadramento se faz no controle das testemunhas, desse modo, criando testemunhas

autorizadas, geralmente sóbrias e confiáveis, abafando os discursos das memórias subterrâneas<sup>21</sup>, na esperança de que com o tempo sejam esquecidas. No entanto, a memória se encontra em múltiplos lugares e ultrapassa até o tempo da vida individual, salvando-o do esquecimento e da perda, nesse sentido:

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis temporais, topográficas, individuais, coletivas dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcam suas vidas. (DELGADO, 2007, p.14-15).

A memória não ocupa lugar fixo, cada sujeito ou grupo possui maneiras de sentir e existir em um campo de mediações simbólicas, pelas quais um grupo humano apreende o real e fundamenta suas identidades, considerando seu desejo de preservação de uma memória sistemática e factual ou que beira o esquecimento (PEREIRA; FLEXOR, 2010). Portanto, a necessidade de recordar torna-se real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres pobres e vazios (CANDAUI, 2016).

Plena de significados, a memória é retenção do passado atualizado no presente, articula-se com a vida através da linguagem que, como instrumento socializador da memória, tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. No entanto, a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006), nesse âmbito:

A memória humana é inesgotável e múltipla, inscreve-se na dinâmica multicultural da vida; é dilacerada, plural, coletiva. Nela está presente um cabedal infinito de recordações e lembranças, relacionadas ao entrecruzamento de tempos múltiplos, dos quais só somos capazes de registrar fragmentos. (DELGADO, 2007, p.62-63).

Memórias de longa duração são transmitidas por especialistas e instituições, que com intenção de corrigir fábulas e preconceitos, deixaram de considerar as razões que levaram os sujeitos a construir suas memórias de determinada maneira, o que acarreta negligência sobre

---

<sup>21</sup> Memórias subterrâneas são memórias que estão silenciadas, mas não esquecidas; são preservadas e transmitidas através da oralidade de uma geração a outra, e esperando o momento certo para serem ditas como forma de resistência.

memórias individuais e sobre a pluralidade de versões do passado (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006).

Não obstante, grupos classificados como minorias, marginalizados e vandalizados pelo papel político que desempenham, têm suas memórias negligenciadas frente ao totalitarismo e hegemonia impostos pelas classes burguesas, que no contexto desse trabalho de pesquisa foi a classe responsável por tais atos. Assim, acessar memórias silenciadas pelo tempo; sobre um determinado espaço, permite que seja reconstruída uma parte da história; ao narrar suas memórias, lavradores, sindicalistas, operários e outros trabalhadores tem a oportunidade de transmitir suas experiências do passado vivido.

Dentro dessa perspectiva, a história oral tem sido utilizada como processo de relembrar, explorando os significados subjetivos da experiência vivida e da natureza da memória individual ou coletiva, ajudando pessoas a reconhecer e valorizar experiências silenciadas por aspectos dolorosos e difíceis de suas vidas. No entanto, fontes orais devem ser aceitáveis, mas com credibilidades diferentes, considerando possíveis falhas e distorções:

A história oral busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2007, p.15-16).

Para Portelli (1997), fontes orais são condição necessária, mas não suficiente, para a história das classes não hegemônicas; elas são menos necessárias, embora de nenhum modo inúteis, para a história das classes dominantes, que tem exercido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro muito mais abundante. Desse modo, memórias de grupos contra hegemônicos devem ser trabalhadas frente a possibilidade de revelar novos campos de pesquisa, apresentar novas hipóteses e problemas, reconhecer e valorizar trajetórias de vida, recuperar informações sobre acontecimentos, possibilitar diferentes interpretações sobre determinado tema ou assunto e registrar visões nem sempre consideradas pela história oficial.

No entanto, levar a sério relatos orais, não significa considerar que eles falam por si sós. A tradição oral engloba explicitamente a experiência subjetiva de capturar percepções mediante histórias de vida percepções; como o passado construído se processa e integra à vida de uma pessoa (CRUIKSHANK, 2006). As fontes orais dão informações sobre povos iletrados;



conteúdos da vida diária e sobre a cultura material de pessoas e grupos; conta o que fizeram, o que queriam fazer, o que acreditam estar fazendo e o que pensam que fizeram.

Memórias não são um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem. Podem estar fragmentadas e divididas; podem ser oficiais ou ideológicas, individuais ou coletivas. Representam um conceito de força integradora que permite explicar as conexões entre: tradição, monumentos, consciência histórica e doutrina (ERLL, 2018).

O entrelaçamento da memória, das narrativas e da identidade no processo de construção e organização dos movimentos sociais, concebeu a história de lutas por terras e reforma agrária, defesa da igualdade de direitos, legitimação do projeto de futuro e humanização dos movimentos sociais. Estes grupos e/ou sociedade, estão espalhados pela América Latina e contam com a colaboração de organizações e instituições de todos os continentes, o registro de suas memórias e de sua história pode ser encontrado em diferentes acervos, construídos ao longo da trajetória desses movimentos no Brasil e em outros países.

É de grande importância que o as memórias e o patrimônio biocultural sejam documentados, inventariados, compreendidos e valorizados pelas ciências, não apenas por seu valor intrínseco de caráter universal, mais tendo em vista seu potencial de encontrar modelos alternativos de manejo dos recursos naturais, de assistência primária a saúde, de convivência social e cultural entre populações, permitindo dessa maneira novas concepções de mundo (RED, 2012).

O trabalho com memórias bioculturais é responsável por documentar, comparar e analisar os vínculos entre a diversidade biológica, linguística e cultural entre as regiões e ao longo do tempo (GORENFLO; MITTERMEIER; WALKER-PAINEMILLA, 2012; SUTHERLAND, 2003; HARMON, 1996). Sua estrutura mantém as características que refletem suas origens, incluindo o foco em grupos étnicos e comunidades equitativas; ênfase na linguagem em relação a outros aspectos da cultura e identidade; e, uma preocupação com a conservação (MAFFI, 2005).

A organização de grupos em prol de um ideal comum precede a sistematização de manifestações coletivas, as quais também são compreendidas como lugares de memórias. As identidades sociais organizadas, os territórios construídos e as experiências do passado reativadas, proporcionam os estudos das memórias associadas a grupos camponeses tendo em vista os meios, os modos e os recursos criados coletivamente no processo de produção e apropriação da cultura (SMOLKA, 2000).

Na América Latina, a trajetória dos movimentos sociais constrói uma identidade própria em cada país no qual se estabelecem. Com diferentes objetivos, mas com o ideal de reforma das políticas públicas de Estado, os movimentos sociais em países como Bolívia, Venezuela, México, Peru, Argentina e Brasil, buscam a melhoria e o bem-estar da vida de trabalhadores camponeses a medida que elaboram um modelo de projeto futuro, que seja capaz de construir novos territórios e ampliar a luta por terras e reforma agrária para suas populações.

O Brasil, é um país com grande representatividade política e econômica para a América Latina, no entanto, a marginalização e vandalização das ações dos movimentos sociais, impedem o avanço de seus modelos de educação e desenvolvimento econômico. No Nordeste teve início as lutas para a reconstrução política, social, econômica e ambiental do país. Na Bahia, a Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna traz um importante conteúdo histórico, cuja relevância das memórias dos grupos formados para militância, representam o principal marco na contextualização histórica do que é o Nordeste do Brasil e sua importância para a reforma agrária.

Retomar reflexões e conceituações da memória acerca da construção social e política dos movimentos sociais que ocorreu na América Latina, no Brasil e no Nordeste Brasileiro, refletiu a necessidade de apresentar informações contundentes sobre como a memória, dentro da perspectiva proposta neste trabalho de pesquisa, tem sido utilizada para afirmar a identidade dos movimentos e tem colaborado para a construção de um novo modelo de sociedade igualitário, justo e sustentável. A dinâmica interdisciplinar do trabalho influenciou na construção dessa retrospectiva, tendo em vista que a leitura dessas informações ajudarão na compreensão dos dados resultados das análises das histórias de vida de cada colaborador.

## **2.2 MEMÓRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E SOCIAL**

Criado por Von Stein, o termo movimentos sociais é de 1840. Sociólogo e economista alemão, Stein criou o termo com a finalidade de analisar o mundo urbano-industrial e referir-se às ações coletivas de determinado grupo organizado que se propõe, por meio de articulação social e política, alcançar mudanças no status de seus membros perante a sociedade (DALMAGRO, 2016). Neste sentido, pensou-se que os movimentos captariam a sensibilidade da sociedade,

podendo expressar seus limites, suas necessidades de mudança e dando pistas para as transformações almejadas em um projeto de futuro.

Na América Latina, a luta por emancipação política e cultural tem suas raízes em ações de resistência e reivindicação, que se desenvolveram no coração de sistemas sociais altamente excludentes, com profundas desigualdades sociais e com práticas discriminatórias em relação a uma parcela considerável de seus habitantes (WARREN, 2008). Nesse contexto, organizaram-se movimentos sociais de luta, cujos objetivos eram emancipação política, autonomia econômica e reconhecimento cultural.

Os movimentos sociais latino-americanos se originaram e se amplificaram em um contexto de crise do capital; no seio de sistemas políticos excludentes, degeneração de instituições tradicionais, partidos e sindicatos marcados pela corrupção e pela própria mudança no mundo do trabalho (NOGUEIRA, 2011). De acordo com Ianni (1985) os camponeses influenciaram as principais revoluções latino-americanas do século XX, que por vezes somaram-se a diferentes forças sociais, em especial as operárias, cujo caráter urbano não coibiu a presença de camponeses e resultou na organização de movimentos sociais nos diferentes países da América Latina:

No Brasil, o MST conquista uma relevância política e difunde sua experiência para outros países como a Bolívia e o Paraguai; no México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) intensifica as lutas camponesas e indígenas contra as políticas de liberalização da agricultura; na Argentina, os piqueteros, desde 1999, ocupam um lugar de destaque no cenário de protestos contra o neoliberalismo, tornando-se um movimento emblemático nas lutas contra o desemprego; no Peru, a Frente Ampla Cívica de Arequipa, se mobiliza contra a venda das empresas públicas, etc. (PETRY, 2008, p.9).

Entre as revoluções de maior repercussão na organização da luta por terra está a revolução boliviana, a qual irrompeu de forma violenta no ano de 1952. Tratou-se da distribuição de terras agricultáveis a camponeses sem terra, libertação do trabalhador rural dos vínculos de servidão prescrevendo a prestação gratuita de trabalho, e restituição das terras que haviam sido tomadas das comunidades indígenas. O poder público passou a estimular a produção e comercialização de produtos agrários pelos investimentos públicos, incentivo à criação de cooperativas e ajuda técnica, além de pôr em curso políticas destinadas a atender reivindicações camponesas e favorecer a expansão das relações capitalistas no campo (IANNI, 1985), dessa maneira:

A própria diversidade da condição camponesa é essencial a compreensão da sua condição subalterna. São sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários,

moradores, agregados, posseiros, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos, isto é, trabalhadores rurais que combinam condições sociais, econômicas, políticas e culturais bastante peculiares; às vezes muito diversas das condições sociais, econômicas, políticas e culturais prevalecentes a nível da sociedade nacional [...] Mesclam-se a produção de valores de uso e troca, o compadrio e o dinheiro, a prestação pessoal e o contrato, a liderança do chefe local e as exigências do poder estatal (IANNI, 1985, p.28).

A política neoliberal foi fator decisivo para o rebatimento dos movimentos sociais latino-americanos que, devido a um cenário de esquecimento e exclusão como política oficial dos Estados, buscaram através das lutas resgatar suas identidades, autonomia, dignidade, fortalecimento dos direitos humanos individuais e novas formas democráticas de participação nos assentos públicos (GANDARA, 2004). Sob condições em geral muito adversas, o camponês reage em diferentes modalidades: resignação, indiferença, fatalismo, banditismo social, revolta, sindicato, partido político e revolução; buscando organizar-se como movimento social cujo objetivo é o controle destas situações adversas.

A popularização das ações sociais, políticas, ambientais e culturais são o objeto e um meio de produção dos movimentos sociais como organizações, que se orientam contra as estruturas vigentes. Estes diferentes universos transformam a organização política dos movimentos em um lugar natural, em seus lugares de memória, ou seja, que repercutem na construção de uma identidade ligada diretamente às experiências herdadas e a processos de socialização entre os sujeitos e seus grupos de convivência<sup>22</sup>.

De acordo com Gomes e Oliveira (2010), os lugares de memória nascem do sentimento e da necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, os quais se tornarão provas e registros daquilo que se foi, cuja finalidade é salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada. No entanto, não importa se estas memórias seguem a direção do nacionalismo ou do multiculturalismo, da glorificação de ditaduras ou da defesa dos direitos humanos; elas constroem sentidos sobre o passado e ajudam a (re) pensar sobre os modos pelos quais as pessoas assumem certas maneiras de configurar o passado, o presente e o futuro (RIOS; RAMOS, 2010).

---

<sup>22</sup> A memória em Halbwachs compreende em quadros sociais de memória, eles condicionam o lembrar por parte dos indivíduos. Para o autor é na sociedade onde normalmente o homem adquire suas recordações; é onde eles as evoca, reconhece e as localiza; e conta com os marcos sociais da memória para ajudar a classificar e ordenar suas recordações de uns em relação a outros. In: *Los Marcos Sociales de la memoria*, 2004. 431p.

Cada colaborador possui maneiras de sentir e existir, consistindo em um campo de mediações simbólicas pelas quais um grupo humano apreende o real e fundamenta suas identidades, ou seja, os lugares de memória não são estritamente ou simplesmente materiais, considerando que são definidos pelo sujeito em seu desejo de preservação de uma memória sistemática e factual ou que beira o esquecimento (PEREIRA; FLEXOR, 2010). No entanto, Nora (1993) descreve que a necessidade do homem em preservar suas memórias abre um precedente teórico (os lugares de memória), que por sua vez nasce e vive do sentimento de que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas.

Para o trabalhador camponês, o trabalho na terra representa seu lugar de memória, onde ele constrói laços afetivos com o ambiente e com o grupo ao qual pertence. Trabalhar a terra é condicionante para seu modo de ser no presente, proporcionando bem-estar pessoal e auxiliando no desenvolvimento de práticas de produção, que os mantém no presente e que ajudam a planejar o futuro. Há transmissão de conhecimentos às gerações seguintes, capazes de assegurar a diversidade cultural e étnica de grupos antepassados, e há valorização do trabalhador camponês como integrante social cujo trabalho é imprescindível à organização e ao desenvolvimento da vida em sociedade.

Sobre a transmissão de conhecimentos e saberes tradicionais, estes por si só têm em alguns grupos a dinâmica de assistir as transformações socioculturais. A exemplo disso, os índios Pankará; nesse grupo pude observar durante a pesquisa de mestrado que o cacique, ao transmitir seus conhecimentos sobre espécies frutíferas da caatinga juntamente com outros anciãos, colaborou com a adesão de indígenas e colaboradores aos programas de dispersão dessas espécies por plantio direto em diferentes comunidades indígenas e de pequenos produtores (GOMEZ PEREIRA, 2016).

Líderes do MST com conhecimentos de ecologia, impactos ambientais e serviços ecossistêmicos, conseguiram transformar produções convencionais em agroecológicas, as quais, na verdade, são exemplos do que entendesse por consórcio de espécies, ou seja, sistemas agroflorestais, que são desenvolvidos por assentados da reforma agrária, pequenos produtores, indígenas e quilombolas (BORGES, 2010) . Muitos dos exemplos das áreas resignificadas por

meio do conhecimento tradicional albergado e transmitido por gerações nas regiões de Mata Atlântica, estão disponíveis nas redes sociais da Teia dos Povos<sup>23</sup>.

Petry (2008) descreve que as ideias de Alan Touraine demonstram como o movimento social deve ter um princípio de identidade (I), que representa a orientação que responde à questão “quem somos nós?” e que, por sua vez, remete a um princípio de oposição (O), cuja orientação responde à questão “contra quem lutamos?”, a qual singulariza um obstáculo que se interpõe entre o ator e o seu objetivo, ou seja, ambos – identidade e oposição – referem-se ao princípio da totalidade (T), que responde à questão “pelo que lutamos?”; é o que está em jogo na luta das investidas de ambos os lados. Para o autor, a sustentação ideológica de cada um dos lados emana da visão de sociedade, construída socialmente pelas lutas a partir da identificação das tensões e conflitos estruturados e institucionalizados no sistema de ação histórica.

Desse modo, o movimento resulta do sentido coletivo atribuído à carência e à possibilidade de identificação subjetiva, resultando numa subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos, da transformação das carências em demandas, das demandas em pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos (WARREN, 2008). Observar o surgimento de um movimento social requer a capacidade de autoidentificação coletiva em torno de conflitos, ou seja, identificar a causa comum, identificar a situação de conflito e seus adversários e identificar um projeto de mudança.

Compreender a construção da identidade dos movimentos sociais, suas lutas e o protagonismo dos sujeitos que as compõe, é necessário para elucidar seu processo de emergência enquanto grupo social. Para os movimentos sociais da América Latina, as políticas de integração na verdade redesenharam um cenário de esquecimento e de exclusão como política oficial dos Estados.

Na Argentina o movimento “piqueteiros”, por exemplo, não conseguiu construir uma posição política de fundamentação de esquerda nas novas lutas contra as estruturas estabelecidas. Por sua vez, no México, os grandes movimentos das lutas sociais de Chiapas e de Oaxaca não se projetaram no campo político. Já nos casos da Bolívia, do Equador e da Venezuela parece que se caminha para uma rearticulação das lutas sociais com as lutas políticas, evidenciando-se uma efetiva participação nos processos decisórios (PETRY, 2008).

---

<sup>23</sup> <http://teiadospovos.org>

Em perspectiva histórica, os camponeses encontram-se geralmente em uma condição de classe subalterna, a qual não elimina o protesto, a reclamação, a exigência ou a reivindicação. Os intérpretes observam que as condições sociais da agricultura latino-americana abarcaram ampla gama de exploração econômica, dominação política e controle ideológico, as quais marcaram nossas sociedades pela tensão social latente, pelo conflito social virtual e pela violência espraiadas pelos campos e refletidas nas cidades, o que contribuiu para a construção da face amarga da modernização (SANTOS, 1985).

Em contrapartida, a relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terra como momento primordial da vida, da natureza e do homem, a qual demarca o espaço da família, parentes, vizinhos. Todos membros da mesma comunidade de laços e prestações, favores e obrigações, que apoiados na terra e trabalho, participam de um mesmo e único “nós”, que não se rompe por desavenças, brigas ou vinganças; mas recolocam obrigações recíprocas e dependências entre semelhantes, sejam eles participantes de sistema urbano, sejam eles participantes de um sistema sócio cultural rural (IANNI, 1985). Para este trabalho, as considerações do autor sobre a terra como um único “nós”, corroboram o que os relatos orais sugerem ao contarem que sem o trabalho camponês na produção de alimentos, a vida em outros estratos fica comprometida, já que sem alimentação adequada atividades laborais cotidianas e também fisiológicas tornar-se-iam impossíveis de serem praticadas.

A relação entre o rural e o urbano no âmbito da modernidade tem sido sistematicamente tensionada por um tipo de concepção que valoriza positivamente o urbano como *locus* privilegiado de realização do que é moderno e do que é o progresso, e negativamente o rural como *locus* do que é tradicional e do que é atrasado. E aqui não se está falando de “espaços rurais marginais”, mas do meio rural vivo. No entanto, mesmo que o meio rural esteja integrado à sociedade e ainda que possa ser dotado de paridade social, permanece sendo visto como o *locus* do atrasado, do tradicional (WANDERLEY, 2000; KARAM, 2004).

No Brasil, em que a população rural está representada por aproximadamente 29,4 milhões de pessoas e o rural continua sendo sinônimo de atraso, os movimentos sociais assumiram uma posição crítica aos governos federal e estaduais. Ganharam força a partir da década de 1960, organizando-se contra injustiças do sistema de posse de terra tradicional, a fazenda ou a grande propriedade, com uma força de trabalho dependente, submetida a relações de trabalho não

capitalista (CARDOSO, 1997; DEERE, 2004), mas sem resultados transformadores das estruturas sociais e econômicas vigentes.

A efervescência política e social que o Brasil vivia no início da década de 1960, tornou ruas e praças palcos privilegiados de expressão das reivindicações populares; movimentos sindicais, aliados aos estudantes, aos camponeses e a diferentes setores da sociedade, reivindicavam reformas de base e implementação de políticas nacionalistas pelo governo federal, e a expectativa de mudanças estruturais, culminou na forte organização de resistências vinculadas a movimentos culturais de militância, clero e leigos da Igreja Católica progressista (DELGADO, 2007):

O alvorecer da década de 1960 encontrou a sociedade brasileira envolvida em um processo de efetiva polarização política e ideológica. Trata-se de uma conjuntura na qual a política contaminou o cotidiano dos cidadãos brasileiros [...] respirava-se política por todos os poros. O apelo popular do governo Jango, iniciado em meados de 1961, era muito forte, no entanto, as forças opositoras também estavam muito mobilizadas. (DELGADO, 2007, p.97-107).

Toda a conjuntura social e política da época, teve grande importância no que atualmente representam os movimentos sociais para o cenário nacional. A importância da organização dos movimentos populares e o apoio que conseguiram à medida que disputavam espaço com movimentos contrários à sua ideologia, fez com que a popularização da luta repercutisse em um dos principais veículos de comunicação daquele tempo, o jornal. Desse modo, considere que a busca por um repertório documental fosse necessária para corroborar informações que as narrativas trouxeram sobre a violência, mas também sobre o reconhecimento das lutas pela sociedade em geral. Logo, utilizando o repositório virtual BNDigital, acessei jornais que retrataram uma pequena fração dos enfrentamentos e das conquistas dos movimentos sociais no Sul da Bahia.

Considerado homogêneo, o processo de politização das massas era pouco definido dada a heterogeneidade dos grupos que os compunham. Com a afirmação do campesinato e das Ligas Camponesas, os trabalhadores rurais passaram a não aceitar o status *quo* que a eles era designado, ou seja, já não se submetiam mais ao domínio de latifundiários e dos partidos políticos tradicionais.



Apenas o partido comunista (PC), com a representação de Francisco Julião<sup>24</sup>, conseguiu progresso em organizar as massas rurais, membros da classe média, sindicalistas e membros das CEB (Figura 01).



**Figura 01.** Reportagem sobre organização e repercussão políticas das Ligas Camponesas no Brasil.

**Fonte:** <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Na década 1970, ocorreram importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, sob impacto de dois condicionantes principais: a democratização e a crise

<sup>24</sup> Advogado e Deputado que se projetou como presidente de honra do movimento camponês, e junto com outros representantes políticos constituíram o organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas; estes, visitavam permanentemente os núcleos de camponeses ameaçados e, com as imunidades de que gozavam como representantes do povo, evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades. STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil. História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

fiscal. Foi aprovado o modelo de reforma agrária com base na colonização da Amazônia entre outros diferentes programas de desenvolvimento regional, dentre os quais estavam: o Programa de Integração Nacional (1970); Programa de redistribuição de terras e de estímulo a agroindústria do Norte e Nordeste (1971); Programa de polos agropecuários e agro minerais da Amazônia (1974); Comissão Pastoral da Terra (1975) e outros. Ao lado da mudança de regime, após mais de 20 anos de regime ditatorial, os anos 1980 foram também marcados pela crise do nacional-desenvolvimentismo, de origens mais antigas, assim como por mudanças nas políticas públicas (FARAH, 2004).

A luta pela reforma agrária somava-se a luta pela redemocratização do país e as Ligas Camponesas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro em 1945, representaram a mais importante organização de enfrentamento. Entre os anos de 1954 e 1964 organizaram-se em Pernambuco e espalharam-se pelo Nordeste e outras regiões do país. Parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e assalariados compunham as Ligas que lutavam pela melhoria das condições de trabalho e remuneração; reivindicavam terra para cultivo e defendiam-se da violência privada dos proprietários das terras. Ao longo dos anos, o movimento tornou-se um elemento importante no cenário político nacional (AZEVEDO, 1980).

### **2.3 QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA: O NORDESTE BRASILEIRO**

De acordo com Martins (1999) a questão agrária tem sua própria temporalidade, a qual não é representada pelo “tempo” de um governo; ela surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar um elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e política. No Brasil, a questão agrária se expressou por meio de tensões

religiosas e confrontos violentamente reprimidos, a exemplo da guerra de Canudos<sup>25</sup> e Revolta dos Malês<sup>26</sup>, que ao longo do tempo tornaram-se referenciais de luta e resistência popular.

Em termos clássicos, a questão agrária é o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital e a sua reprodução. Esse bloqueio pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas (MARTINS, 1999). A conflitualidade gerada por esse paradigma político fez com que os movimentos sociais brasileiros

trabalhassem em cooperação com outras unidades internacionais de luta pela terra, como é o caso da Via Campesina<sup>27</sup>.

A luta pela terra e reforma agrária vai além de questões fundiárias, passa pela patrimonialização e inventariação de conhecimentos tradicionais, das memórias e da construção da identidade do sem-terra, ou seja, deve garantir o acesso à terra aos diferentes grupos que a utilizam como meio de subsistência. É a disputa por um novo modelo de sociedade que luta pela defesa da natureza, da água, da biodiversidade e da produção de alimentos baratos e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população (JST, 2006). Dessa maneira, se faz necessário examinar os custos e benefícios de um novo modelo de produção, destacar o contexto totalizante no qual essa mudança deve ocorrer e apresentar os dados sobre os quais essa mudança foi construída.

A questão agrária refere-se a um debate sobre território, e a reforma agrária é uma face dessa dimensão; representa uma política territorial de mitigação social e política voltada a populações do campo (FERNANDES, 2008). A intensificação e a expansão das monoculturas,

---

<sup>25</sup> A guerra de Canudos é também conhecida como Campanha de Canudos, Revolução de Canudos ou Insurreição de Canudos. Foi um conflito armado entre um movimento popular de fundo sociorreligioso e o Exército da República; durou de 1896 a 1897 na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. O episódio ocorreu devido a grave crise econômica e social em que se encontrava a região na época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, a situação foi agravada pela ocorrência de secas cíclicas; de desemprego crônico; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

<sup>26</sup> Levante de escravos, de maioria muçulmana, na cidade de Salvador no ano de 1835. Considerado o levante de maior relevância que ocorreu na então província da Bahia, a Revolta dos Malês teve caráter religioso e foi organizado por líderes letrados como forma de resistir as repressões das autoridades baianas.

<sup>27</sup> A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, que auxilia na articulação de mobilizações sociais dos povos do campo em nível internacional. Mais informações em: <https://viacampesina.org/en>

além da ampliação da agroindústria, acompanhadas da quase extinção dos movimentos camponeses pela repressão da ditadura militar, marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato no Brasil.

Os movimentos operários e camponeses através da reforma agrária organizaram-se contra as injustiças do sistema de posse de grandes propriedades de terras, no qual a força de trabalho dependente, mantinha relações não capitalistas com os proprietários. No governo de João Goulart (1961-1964), foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais direitos e privilégios dos trabalhadores urbanos, foi criado um instituto de reforma agrária e introduzida uma legislação definindo quais terras poderiam ser expropriadas para a proposta de reforma agrária (DEERE, 2004). A partir desse contexto, as Ligas Camponesas que despontaram no Brasil na década de 1940, começaram a ganhar força política.

As Ligas Camponesas começaram a surgir no Brasil como associações civis de caráter assistencialista e representaram o mais importante movimento social camponês organizado no Brasil a partir de 1960. Organizadas em especial por moradores dos engenhos da Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, esse movimento de massa popular, com enorme capacidade de mobilização cresceu em números e representatividade política e social durante décadas, defendendo a urgência da realização de uma reforma agrária com o lema “Reforma agrária na lei ou na marra” (STEDILE, 2012, p.13). Essa demonstração de força representou um rápido crescimento de apoiadores, mas também de inimigos.

Apoiados por ativistas do Partido Comunista, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas fundaram, dentro do âmbito do Código Civil<sup>28</sup>, centenas de Ligas Camponesas, que por sua vez reuniram centenas de pessoas (assalariados agrícolas, pequenos agricultores, meeiros, posseiros, arrendatários, parceiros, semioperários, ocupantes entre outros). Comprometidas com o bem-estar de seus parceiros e apoiadores camponeses, as Ligas evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades, defendiam a organização local de camponeses e

---

<sup>28</sup> Até 1963 no Brasil, existia *de jure*, uma relativa liberdade sindical estabelecida pelo Direito Positivo (consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural ditada pelo contexto político de governos comprometidos com latifundiários, portanto, pelo fato de não poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade de atuar dentro da legalidade foi a utilização eficaz do Código Civil vigente na época, como medida protetiva contra as perseguições políticas cometidas contra as Ligas. Ver em: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. Expressão Popular, 2012.

relacionava os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global; desse modo seus líderes conseguiram expandir o movimento e tornar seu lema conhecido internacionalmente (STEDILE, 2012).

Partidos políticos e grupos situados mais à esquerda; setores da Igreja trabalhando por si; organizações de cunho nacional (ou, ao menos, de origem, urbana) associaram-se às Ligas Camponesas. Na prática, e a despeito das diversidades internas, este movimento colocou em questão o bloco de poder que garantia os interesses burgueses no Brasil desde 1930. A organização das massas camponesas representou um novo status político e social no Brasil; resultou em estímulo político, ao tratar da necessidade de realizar a reforma agrária, e em princípios sociais, quando o objetivo de novas políticas de distribuição de terras visava acabar com a pobreza no interior do país (MARTINS, 1999).

Quando as primeira Ligas surgiram no Nordeste, o país vivia uma fase de desenvolvimento e industrialização, em contrapartida, o processo que vinha aumentando a renda do país e estava alargando a sua produção agropecuária, estava provocando impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da população rural. Diante desse desenvolvimento desigual, que vinha ocorrendo nas diferentes regiões do país, a situação do Nordeste persistia na pobreza e subdesenvolvimento, com alto índice de imigração, fato este que gerou a explosão dos movimentos sociais (ALVES, 2014).

De acordo com Stedile (2012), a criação das Ligas Camponesas fez do Nordeste brasileiro protagonista das lutas sociais camponesas. Foram realizados congressos e encontros, fundados conselhos e sindicatos e formados líderes políticos, que conseguiram notoriedade através de seus discursos e representatividade social na luta pela distribuição de terras e reforma agrária. Entre eles estava Francisco Julião e Clodomir Moraes, vinculados ao Partido Comunista; Padre Melo e Padre Crespo, símbolos do radical católico; Miguel Arraes, radical do Partido Comunista e tantos outros que, utilizando as Ligas como plataforma política ou como meio para a libertação camponesa, fizeram do movimento um divisor de águas na organização e planejamento na luta pela reforma agrária.

Para Jesus (2011) somente com as Ligas Camponesas é que a luta pela terra ganhou dimensão nacional; com a liderança de José dos Prazeres que, posteriormente atuou na reorganização dos camponeses de Pernambuco, as Ligas rapidamente se espalharam por outros estados como organização de massas rurais integrada por quarenta organizações camponesas

(ligas), um liga de mulheres, uma liga de pescadores, uma liga urbana, uma liga de desempregados e quatro sindicatos de assalariados agrícolas.

Segundo Stedile (2012), às Ligas Camponesas cabia intensificar o debate político e acadêmico sobre a necessidade da realização da reforma agrária como uma forma de desenvolver as forças produtivas, intensificar o mercado interno, estimular a indústria nacional, distribuir renda e, sobretudo, resolver o problema da pobreza no interior do país. O direito do trabalhador rural e seu bem-estar, transformaram-se em bandeira de luta juntamente com a reforma agrária e distribuição de terras.

O protagonismo do Nordeste nas Ligas resultou na fundação de Conselhos Regionais, organização de congressos e seminários, em mobilizações em todo território nacional e institucionalização de movimentos sociais e partidos políticos. Em contrapartida, o Nordeste continuava pouco assistido pelo próprio Governo Federal, como foi apresentado em manifesto:

O Nordeste Brasileiro é uma das regiões mais desamparadas do país. Inumeráveis problemas retardam seu progresso e concorrem para fazer penosa a vida de mais de 11 milhões de pessoas que o habitam. Os produtos fundamentais da região, como o açúcar, o algodão, o caroá (bromélia fibrosa parecida com o cânhamo, a juta ou o linho), o agave, o couro, as peles, etc. perdem-se por falta de mercados, trazendo consequências desastrosas para sua economia [...] O fenômeno das secas periódicas, os graves aspectos da crise no transporte, o analfabetismo, o baixo poder aquisitivo da maioria da população, as incidências de doenças sociais, a pobreza, responsável pelos altos índices de mortalidade e penúria, fazem insuportável a existência desse povo. (Clodomir Morais, 1959, p.17)<sup>29</sup>.

As memórias sobre a organização e fixação dos movimentos sociais no Sul da Bahia, têm uma grande importância na contextualização do cenário atual que cerca a política de reforma agrária. No entanto, as narrativas sobre a organização e ações que visaram conquistas estruturais e sociais (luz, água, direitos trabalhistas, representatividade política, etc.), tenderam a ser silenciadas como forma de conter as contradições sócio-históricas apresentadas como eixo de insubordinação das classes trabalhadoras.

Os indivíduos que participaram ativamente das ocupações de terras, construíram resistência em grupo, ressignificaram sua luta e apresentaram diferentes perspectivas sobre a

---

<sup>29</sup> Trecho do livro de Clodomir Morais. Queda de uma Oligarquia. Pernambuco: Gráfica Editora do Recife, 1959. p.17. In: *História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. João Pedro Stedile (Org.), 2012, p.40.

história contada através da literatura dos memorialistas regionais, que se apresentaram como guardiões e heróis do espaço que atualmente é conhecido como zona do cacau ou microrregião Ilhéus – Itabuna:

As lutas dos índios com os colonos não davam tréguas ao trabalho, de que admirá a prosperidade das terras abetosas e as hordas aguerridas dos Tupinambás, Aymorés, Papanazes, Goyracazes e tantas outras, que em grande correia ao longo das costas, depredavam tudo, matavam e incendiavam [...] o bandeirante historiador Gabriel Soares, diz terem sido os Aymorés o flagelo de Ilhéus, procedendo eles de alguns casais Tpuyas, que se refugiaram nos logares mais grasosos do centro da mesma capitania. (BARROS, 1915, p. 28-36).

Em 1934 no distrito de Pirangi (atual Itajuípe, que faz parte dos 41 municípios que compõe a microrregião Ilhéus – Itabuna), Joaquim Cunha Filho e outros líderes locais fundaram o sindicato rural cujas lutas esboçariam, pela primeira vez na região, uma caracterização nitidamente de classe; e em 1952, foi fundado o Sindicato dos trabalhadores agrícolas de Ilhéus e Itabuna como resultado da ação de ativistas sindicais, que haviam estabelecido, no ano anterior, o movimento “Trabalhadores Unidos de Ilhéus”, sob a proteção legal do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (NAVARRO, 1985).

De acordo com Semenzato (1963) o Sindicato, já alcançava, ao ser fundado, o expressivo apoio de 600 trabalhadores e, em 1953 também segundo o mesmo autor, um total de cinco mil trabalhadores já haviam se associado. O ministério do trabalho reconheceu este sindicato em 1957 (o terceiro em tal situação no Brasil), constituindo-se, até 1965, no único sindicato rural a exibir a “carta sindical” no Estado da Bahia. Sendo assim, a organização de trabalhadores rurais, alcançou maior intensidade na década de 1950 e nos anos anteriores à ruptura institucional de 1964.

Com esse documento foi possível demarcar a posição destes sujeitos em um passado e reconhecê-los em um tempo da história, nesse sentido, Vieira (2015) assume que documentos escritos ou impressos podem ser compreendidos como um lugar de memória. Portanto, ao registrar a memória de certos grupos que viveram determinadas experiências, pretende-se reunir a experiência comum que partilharam, assim como, reconhecer que os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam através de suas identidades sociais (RIBEIRO, 2005).

Os movimentos sociais do Sul da Bahia têm organizado a luta por terras e reforma agrária na região desde os anos de 1970. Com auxílio de líderes nacionais, organizações não

governamentais e sociedade civil organizada, propuseram um novo paradigma para as áreas que antes abrigaram a lavoura de cacau mais importante do século XIX: redistribuir terras para esta cumprir sua função social. Esses movimentos ganharam força e solidez devido a sua organização coletiva, sua representatividade política e valorização do conhecimento tradicional. Reproduzir as memórias de sujeitos que construíram a luta por terras e reforma agrária na região cacauzeira após a vassoura de bruxa, permitiu apresentar a perspectivas do lado silenciado pelo preconceito construído sobre a identidade sem-terra.

## 2.4 LUGARES DE MEMÓRIA: ENTRE ILHÉUS E ITABUNA

Os primeiros exploradores europeus que chegaram à costa brasileira se depararam com uma floresta de formação exuberante, com grande quantidade de plantas e animais desconhecidos e exóticos; essa floresta é conhecida atualmente como Mata Atlântica (THONASCA JR., 2005). Fatores como grande variação latitudinal, variações de altitude, contatos temporários com a floresta amazônica durante períodos interglaciais, além da presença de muitos ecossistemas associados - campos de altitude, restinga, mangues, brejos – fazem da floresta atlântica um dos ecossistemas de maior biodiversidade do planeta (ALMEIDA, 2006)

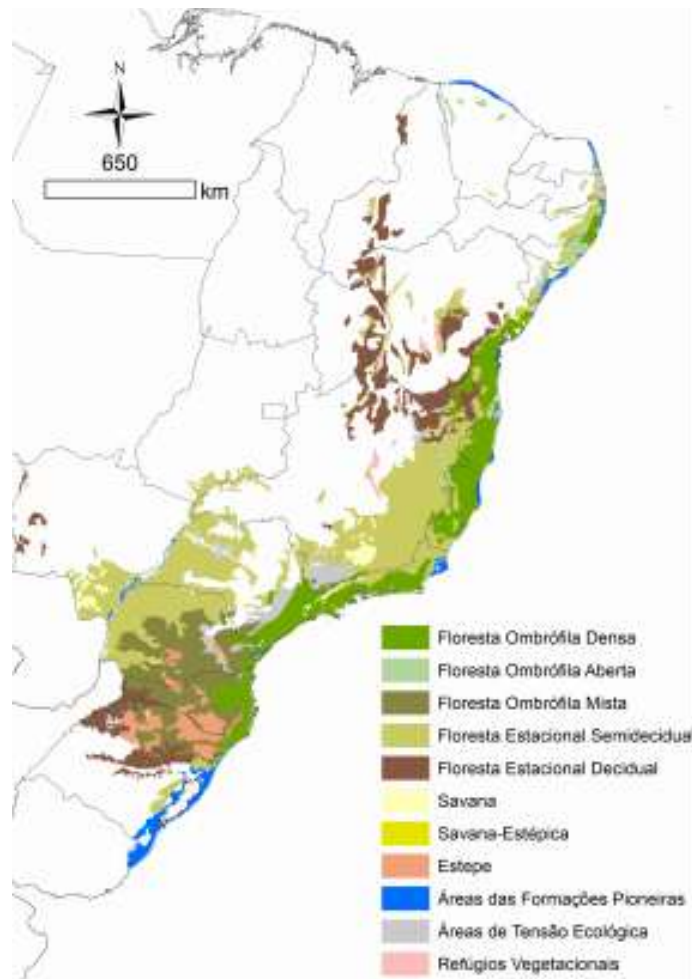
Muitos naturalistas, representantes religiosos e exploradores, descreveram as magnificas paisagens que tinham contato ao desembarcarem na costa brasileira, entre eles Spix e Martius. Os naturalistas, maravilhados com a exuberância do local em que iniciavam sua exploração de reconhecimento, descreveram o cenário que encontraram em 1817 na Serra dos Órgãos, atual estado do Rio de Janeiro:

As matas densas, que existem como testemunho da força criadora do Novo Continente na sua primitiva selvageria, e ainda não profanadas pelos homens, chama-se Brasil ‘mato virgem’. Dentro dele, o viajante sente a frescura europeia, ao mesmo tempo avista um painel da máxima opulência; vegetação eternamente nova impele as árvores para altura majestosa e, não satisfeita de haver produzido esses gigantes velhíssimos, a natureza enfeita cada tronco com uma nova criação de muitos parasitas verdes e floridos (...) todos esses magníficos produtos de terra tão nova combinam-se num quadro, que mantém o naturalista europeu num continuo e alternado estado de assombro e êxtase. (SPIX; MARTIUS, 1981 *apud* TONHASCA Jr, 2005 p.01).

A Mata Atlântica originalmente recobria a região costeira leste do Brasil, desde o estado do Rio Grande do Norte até o estado do Rio Grande do Sul, o que representava 1,3 milhão de



quilômetros quadrados. Com o bloqueio das rotas comerciais para o Oriente, o Brasil tornou-se uma fonte alternativa de especiarias, e o crescente interesse comercial em espécies de árvores para uso comercial, a exemplo do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), que devido aos altos valores agregados a tintura vermelha que produzia, foi largamente explorado pela indústria têxtil de Portugal e outros países da Europa. O aumento exponencial da exigência do pigmento vermelho contribuiu para o progressivo desflorestamento do Domínio Atlântico, o que gerou massiva fragmentação da Floresta Ombrófila Densa original (Figura 02).



**Figura 02:** Mapa da área de aplicação da Lei 11.428 de 2006 (Proteção da Mata Atlântica).  
**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008).

Está área de floresta contribuiu para a riqueza econômica do país através da exploração de árvores nativas, e contribuiu para quase toda a produção madeireira do país durante as décadas de 1970. Composta por formações florestais distintas entre si, o que se torna vantajoso sob o ponto

de vista conservacionista, a floresta atlântica tornou-se um ecossistema frágil e em perigo de extinção, devido a isso, foram implementados dispositivos legais com a finalidade de proteger e conservar o conjunto de formações (ecossistemas) que a compõe.

Devido a necessidade de proteger a Mata Atlântica da extinção, foram necessárias medidas legais, a exemplo, o Decreto Federal 750/93, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de floresta primária – sem mudanças em suas características originais – e florestas nos estágios avançados e médio de regeneração. A Constituição de 1988 em seu artigo 225 garante que a floresta é patrimônio nacional; e a Lei da Mata Atlântica (11.428 de 22 de dezembro de 2006) que, entre outras regulamentações, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa de modo sustentável, permite o uso das áreas por pequenos produtores rurais e populações tradicionais e proporciona incentivos econômicos para quem cumpre as obrigações legislativas.

No estado da Bahia, a Floresta Atlântica distribui-se em cinco regiões: Chapada Diamantina-Oeste, Litoral Norte, Baixo Sul, Sul e Extremo-Sul, as quais apresentam diferentes características ecológicas, histórias de ocupação humana, usos do solo e pressões antrópicas. No estado, diversos ciclos econômicos aconteceram e foram substituídos à medida que novas receitas surgiram, tais como: exploração do pau brasil, ciclo da cana-de-açúcar, extrativismo do ouro e diamantes, plantio de café, derrubada do jacarandá, criação de gado, produção de algodão, indústria do cacau e recentemente a monocultura do eucalipto. A floresta cedeu espaço para plantações, criação de gado, exploração mineral e extrativista, tornando-se importante região no processo de crescimento econômico do Brasil.

A Mata Atlântica da região Sul se destaca por sua elevada riqueza de espécies e alto grau de endemismo (quando uma determinada espécie só ocorre naquele local), e permaneceu como uma das regiões mais conservadas até meados do século XX, quando o intenso e rápido processo de desmatamento para abertura de rodovias praticamente devastou a floresta nativa, deixando apenas poucos e ameaçados remanescente – fragmentos de floresta. (SAMBUICHI; MIELKE; PEREIRA, 2009)

Essa região possui altíssima relevância para o estado da Bahia, particularmente a zona cacauera que abriga alta diversidade biológica. Com a expansão da atividade madeireira e da pecuária, associada aos baixos preços do cacau no mercado internacional da indústria e pela progressão descontrolada das doenças conhecidas como vassoura de bruxa e podridão parada, houve redução das populações naturais, e foram organizados grupos de apoio para atuar na

região. ONGs e Institutos com ações conservacionistas e ambientalistas passaram a se responsabilizar por áreas com alta taxa de diversidade biológica.

Presente no imaginário popular, a região Sul da Bahia ganhou popularidade e reconhecimento através dos contos do escritor Jorge Amado. A região cacauceira, que abrigava coronéis do cacau, casas de prostituição e foi cenário de massacres, era considerada “região quase do tamanho de um pequeno país. Noventa mil quilômetros quadrados que, abrangendo duas capitâncias hereditárias – Ilhéus e Porto Seguro – refletiram muito a história brasileira” (ADONIAS FILHO, 1978). Mediante a divisão geográfica do IBGE de 2017, a Região Geográfica Imediata de Ilhéus – Itabuna ou microrregião Ilhéus – Itabuna, possui 41 municípios.

Composta pelas cidades de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ilhéus, Ipiauí, Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Wenceslau Guimarães (Figura 03), a Região Geográfica Imediata de Ilhéus – Itabuna, com o crescimento da cacauicultura a partir do início do século XX, passou a contribuir significativamente para o crescimento econômico nacional. Além disso, a necessidade de mão de obra promoveu o surgimento de pequenos agrupamentos humanos na região em maior número (AGUIAR; PIRES, 2018).



**Figura 03:** Localização da Região Geográfica Imediata de Ilhéus – Itabuna (Litoral Sul) e municípios.  
**Fonte:** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI, 2021).

Os movimentos sociais que passaram a ocupar os grandes latifúndios abandonados pelas famílias cacauicultoras encontraram áreas desérticas. Com a derrubada e queimada dos pés de cacau atingidos pela vassoura de bruxa e a exposição do solo as intempéries climáticas, cada grupo de ocupantes foi responsável pela reconstrução de suas áreas, manejo do solo, replantio de mata nativa e produção para subsistência. Estes foram os primeiros passos na recomposição do

ambiente natural para o desenvolvimento do plano futuro, de igualdade social e dignidade humana destes trabalhadores.

Com a crise da cacauicultura, muitos lavradores desempregados se organizaram em sindicatos e associações, enquanto isso, os movimentos sociais que atuavam no Sul do país somaram-se as reivindicações por melhores condições de vida e dignidade humana para os trabalhadores da Bahia. O projeto quarenta, quarenta e cinco (40x45) foi a primeira ocupação organizada pelo MST na Bahia em setembro de 1987, quando trabalhadores e trabalhadoras rurais entraram na terra, toda a região era dominada por uma reflorestadora (SCOLESE, 2008).

O espaço geográfico e o tempo pretérito, ainda são marcos da ressignificação da trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do cacau. A região cacauzeira guarda memórias de lutas, memórias traumáticas, memórias individuais e coletivas, as quais têm sido capazes de representar um significado único e um sentido simbólico das distintas percepções acerca de um momento histórico. Nesse sentido, conforme as afirmações de Fentress e Wickham (1992, p.53):

Ao contar com as distorções do conteúdo da memória, tal como se observam na articulação, tem que se ter em conta a forma como a memória encontra o seu padrão na mente de cada sujeito. Conteúdo e forma são complementares; a forma como a memória se sequênciada, reflete, a intenção do indivíduo que recorda, mas essa intenção se forma por referência ao conteúdo. Só que os indivíduos, geralmente, não têm plena consciência das suas intenções, pois as próprias experiências tornavam evidente, que muitas das opções de forma em que o material encontrava o seu padrão eram espontâneas. Técnicas que só se apresentavam quando o indivíduo procurava se recordar.

Para contar sobre os acontecimentos que eclodiram durante as primeiras ocupações de terra na região Sul da Bahia, é preciso revisitar o passado de diferentes indivíduos, que coletivamente, construíram suas memórias sobre a necessidade de distribuir terras improdutivas a trabalhadores e trabalhadoras rurais desempregados, com a finalidade de promover o bem-estar social e a dignidade humana. Com a colaboração de membros e ex-membros de diferentes movimentos sociais, foi possível estabelecer relações pessoais, culturais, sociais e políticas entre a organização de luta pela terra no Brasil, no Nordeste e na Bahia, assim como apresentar realidades diferentes, mas complementares, sobre a perspectiva desse momento histórico em relação a educação e ao movimento de conservação para conquista da soberania.

## 2.5 MEMÓRIAS E NARRATIVAS: FORMAÇÃO SOCIAL E CONTEXTO POLITICO DOS COLABORADORES

O desenvolvimento desse manuscrito conta com oito colaboradores, dentre os quais estão ex-líderes sindicais, lideranças políticas e membros atuantes de movimentos sociais. Suas apresentações seguem a exigência do TCLE sobre confidencialidade, portanto, foram escolhidos nomes de árvores para seus pseudônimos, isso porque a área de abrangência do estudo está situada dentro da Mata Atlântica. Cada colaborador recebeu um nome aleatório, sorteado e composto.

No entanto, para facilitar a leitura e associação dos colaboradores às suas memórias, utilizei preferencialmente os nomes populares, ou vernaculares, das espécies arbóreas que os estão representando. As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 com indivíduos ligados a movimentos sociais – MST e MLT – e associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Cedro (*Cedrela odorata*), com 44 anos é do sexo masculino, nasceu na cidade de Itamaraju, no extremo Sul da Bahia. Conta que sua motivação para se juntar a causa dos movimentos sociais foi baseada na sua origem. Como neto de agricultores, comprometeu-se com a luta por terras e reforma agrária como meio de ajudar aos homens e mulheres do campo. Sua primeira oportunidade surgiu com o trabalho de técnico em agropecuária nas áreas de assentamento. Função que buscou desenvolver com a finalidade de ajudar as comunidades camponesas na busca por uma melhor qualidade de vida e bem-estar pessoal.

Participante do MST até os dias atuais, Cedro acredita que este movimento é o que mais luta pela reforma agrária e é o que melhor consegue mobilizar os sem-terra de todo o país. Para ele, pertencer ao MST significa entender as formas de luta da classe trabalhadora do país, que permite fazer da reforma agrária uma política territorial capaz de acabar com a pobreza no Brasil. Para isso, afirma que se deve transformar a atual realidade, e que para isso é necessário mostrar que “cada um pode ser dono do seu destino, tudo na vida precisa ser conquistado através de perseverança, compromisso e dedicação com as causas sociais e ambientais”.

Para Ipê-roxo (*Tabebuia heptaphylla*), de 67 anos e sexo feminino, sua luta e compromisso pelas questões agrárias iniciaram na sua cidade natal, Ibicaraí. Em sua narrativa, afirma que tem como herança a questão da luta política. Ela conta que seu pai foi gerente de armazém de cacau, e que era muito ligado a questão do movimento sindical, inclusive ajudando a

fundar o sindicato dos trabalhadores rurais na cidade: “trouxe essa herança da ligação com o pessoal da terra. Meu pai era do sindicato dos trabalhadores rurais, embora ele não tivesse, vamos assim dizer na militância, ele sempre apoiou”.

A mãe de Ipê-roxo não tinha vínculo com a militância da luta por terra ou reforma agrária, mas transmitiu o seu interesse por questões ambientais. Ela narra aspectos sobre a formação de sua identidade política e conservacionista, o início de sua trajetória enquanto militante sobre as questões fundiárias na Bahia e sobre as ações de distribuição de terras, cujo objetivo deve ser fazer cumprir sua função social:

As plantas dela eram as mais bonitas da cidade, porque ela conversava quando tinha uma plantinha mais murcha: “o que tá acontecendo meu benzinho” tá tá tá tá tá... todos os bichos tinham nome [...]. Somos em 7 irmãos, mas só eu fui pro caminho da luta. Eu comecei a me envolver com a luta porquê ... era assim, eu era uma menina cheia de não me toques, não comia isso, não comia aquilo, tanto que no período de férias todo mundo viajava menos eu, porque meu pai falava assim: “quem é de escolher o que come e o que não come, não pode ir pra casa de ninguém, tem que ficar em casa”. E aí nesse período, ainda na adolescência, ele me botou no serviço militar mirim, que eu chamo de serviço militar mirim, que era aquela história de escoteiro e bandeirante. Aí é que eu fui ter contato com a realidade de periferia, essas coisas todas e aquilo me causava um transtorno, chegava no inverno eu não queria vestir roupa de frio pra sentir um pouco do que o povo tava sentindo, mas aí comecei no movimento estudantil, então fui fazendo toda essa caminhada.

Jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*), colaboradora do sexo feminino, viu seus pais e avós trabalharem em plantações de café na Bahia. Buscando uma vida melhor em São Paulo, seus pais migraram para a cidade grande, mas não viram progresso para si ou sua família, o que os motivou a retornar à cidade de origem com seus três filhos, sendo Jequitibá Rosa a caçula. Atualmente com 47 anos, Jequitibá-rosa residiu em Camacã (aproximadamente 120 km de Ilhéus), onde conheceu seu esposo e formou sua família. Devido ao colapso econômico das lavouras de cacau atingidas pela vassoura de bruxa, ela e sua família decidiram mudar: “foi logo na entrada da vassoura de bruxa, a cidade parou, não tinha mais opção de emprego, meu esposo tinha uma loja, mas não tinha movimento, surgiu a oportunidade de trabalhar em Ilhéus e a gente veio pra cá”.

Já em Ilhéus, o meio de subsistência continuou sendo o trabalho no comércio, isso porque eles ainda não eram assentados da reforma agrária, e mesmo com experiência na labuta com os tratos do cacau, as lavouras dizimadas desempregavam mão de obra. Em 2000, Jequitibá rosa recebeu um convite para participar de um acampamento na cidade de Ilhéus, e ao aceitar iniciou

sua jornada no movimento de luta pela terra e reforma agrária. Sozinha iniciou sua luta como militante:

Eu não tive medo, acho que tá no meu sangue já, questão de estar na militância mesmo, a questão de acreditar, de conhecer a luta. Embora não participava, mas tinha aquela curiosidade de estar vendo de saber como é que era, entendeu [...] Vim só eu mesmo, meu esposo ficou um pouco assustado porque o convite foi bem na época que o assentamento aqui tava saindo, que eu não vim direto pra esse, eu vim aqui pra um acampamento próximo, e quando houve a reintegração de posse saiu aquela notícia, sabe, e muita polícia, o pessoal saindo, entendeu, então bate aquela situação de você achar que não vai dar certo, entendeu, então ele ficou, “vai ser uma perda de tempo, ai oh o pessoal tava dentro da fazenda e todo mundo tá sendo despejado”, como se fosse um bando de vagabundo.

Samuma (*Sterculia excelsa*), 56 anos e sexo masculino, é natural de Nova Alegria povoado que pertence a cidade de Itamaraju. Seus pais eram filhos de pequenos agricultores que perderam as terras após as mortes de seus avós. Tanto seu pai, quanto sua mãe foram obrigados a vender suas forças de trabalho. Se conheceram na estrada entre as caminhadas de seu pai na busca de lotes de terra para comprar. Aos sete anos mudou-se com os pais e três irmãos para a cidade de Guaratinga para estudar; aos 18 anos Samuma foi para São Paulo, onde iniciou sua trajetória como membro integrante de movimentos sociais:

Eu fui pra São Paulo primeiro, com 18 anos eu fui pra São Paulo e lá eu fiquei 6 anos, lá eu conheci o movimento de construção da CUT, do PT; aí fui office boy, depois fui pra o movimento dos desempregados, aí participei da formação do PT, formação da CUT e participei do movimento de construção do sindicato livre; onde conheci muitos estudiosos<sup>30</sup>, aí eu já tinha feito, eu gostava de ler muito, aí foi esse pessoal que me ajudou nessa formação marxista, formação comunista. Me ajudaram muito na formação desse processo de trabalho.

Com uma tradição familiar na pequena produção de gêneros alimentícios, Samuma participou de grandes manifestações populares de apoio a luta por terra e reforma agrária. Atualmente, vive em um assentamento junto com sua companheira e seus cinco filhos, fruto de dois casamentos. Narrou sobre sua primeira ocupação como membro do MST, que ocorreu em março de 1988, e sobre a atual conjuntura do movimento frente as dificuldades impostas por modelos de políticas públicas insatisfatórias. Para ele, o MST necessita de um novo posicionamento e postura política, pois tem fraquejado diante das adversidades.

---

<sup>30</sup> Há substituição dos nomes listados durante a narrativa pela palavra estudiosos considerando que o vínculo entre o entrevistado e estes nomes pudessem identificá-lo.



Sapucaia (*Lecythis pisonis*), 51 anos e sexo masculino, narra sua trajetória de luta pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT). Membro do MLT nacional, este colaborador é natural de Brumado, cidade localizada no sertão da Bahia. Filho de agricultor, seu pai tinha uma pequena gleba<sup>31</sup> de terra, que junto com seus nove irmãos era cuidada para prover alimento e outros recursos. Conheceu o sindicato dos trabalhadores rurais de Brumado enquanto estudante e logo se aproximou das atividades da instituição:

[...] morando na cidade de Brumado conheci o sindicato dos trabalhadores rurais, me filiei ao sindicato enquanto estudante e também fazia parte do movimento estudantil, sempre gostei desse negócio da luta social né, aí do sindicato eu conheci. Eu saí delegado de um congresso da FETAG, ia ter um congresso, discuti as temáticas lá e saí delegado. Então lá conheci as pessoas, algumas pessoas (...) então várias pessoas, aí as pessoas “rapaz porque você. É você não quer”. Me convidaram – “ir pro sul da Bahia não” (risos). Aí rapaz pode ser, vim pra cá.

Entre 1992-1993 Sapucaia mudou-se para a cidade de Itabuna, contudo, sem avisar a seus pais causando-lhes grande preocupação, fato que ele conta de maneira jocosa. Junto ao movimento dos desempregados do Sul da Bahia, viu as consequências da crise da lavoura cacauera na vida dos trabalhadores rurais e suas famílias. Recrutado para ajudar na organização desses trabalhadores em sindicatos rurais ele “tomou pé” da situação e iniciou um processo de organização de reuniões em que participavam entre 500 a 2.000 pessoas desempregadas, tendo como objetivo organizá-las em frentes de ocupação.

Amescla (*Protium sp.*), 42 anos sexo masculino, narra que sua aproximação com os movimentos sociais, mais especificamente com o MLT, foi quando exercia um cargo como funcionário público no município de Ibicaraí, mas, foi a partir de sua interação com o sindicato rural de Itabuna que se identificou com o movimento de luta pela terra e processo de reforma agrária. Afirma que vive uma parceria com o sindicato rural como forma de agregar recursos políticos e econômicos tendo em vista a crise da lavoura de cacau no passado:

Foi um período bastante conturbado na questão da cacauicultura na região né, período que a gente tá vivendo os trinta anos da crise do cacau, é, muitas propriedades já falidas, massas falidas já de grupos de cacauicultores aí surgiu

---

<sup>31</sup> Gleba é a porção de terra que não foi submetida a parcelamento sob a égide da Lei n° 6.766/79, é uma porção de terra crua, sem regulamentação ou adequação as leis fundiárias brasileiras federais e/ou regionais.

essa, o movimento já tinha muitos trabalhadores e precisava se organizar, a gente entrou mais na parte organizacional em alguns povoados.

Participante do MLT e da FETAG, exemplifica que atualmente estes movimentos sociais encontram-se em esferas diferentes; enquanto a FETAG segue uma linha institucional, ligada ao sindicato dos trabalhadores rurais; o MLT busca maior interação entre a instituição e pequenos trabalhadores rurais em uma perspectiva mais regional. Neto de trabalhadores rurais e filho de uma funcionária pública e de um pequeno agricultor, Amescla atualmente se dedica a capacitação e empoderamento de pequenos produtores de cacau através do acesso a tecnologias de produção de chocolate.

Biriba (*Eschweilera ovata*), 47 anos do sexo masculino, é filho de agricultores que cultivavam mandioca. Em sua narrativa conta, que a crise da lavoura cacaeira iniciou a organização dos movimentos sociais a partir do movimento dos desempregados. Suas memórias sobre a época remetem a organização dos trabalhadores rurais, que estavam saindo das propriedades por conta do êxodo rural e sobre o uso de áreas não produtivas para a reforma agrária. No entanto, revela que tinha outra opinião sobre as ações dos movimentos sociais:

No início, vou ser sincero, pode ser sincero? No início via na televisão e dizia: rapaz, ruma de baderneiro, ruma de vagabundo, tomando terra dos outros. Infelizmente eu tinha esse pensamento, mas quando eu comecei a participar das reuniões, que eu fui ver no fundo da história camponesa eu comecei a gostar mais e amar né, na verdade tava no meu sangue e eu nem sabia que tava tudo lá escondido, aí eu fui ver tudo, cá que tá errado, cá que tá certo; mais ou menos eu pensei dessa forma, e aí em 1996 eu comecei mesmo a abraçar essa luta, a gente começou a se organizar mais né, aí em 1997 eu fui pleiteado, fui assentado na área de reforma agrária de dezembro de 1997, já dois anos antes acampado já na beira da pista.

Existem importantes lideranças política dentro dos movimentos sociais no Sul da Bahia. Biriba narra sobre a organização do movimento dos desempregados – organização sindical dos trabalhadores da lavoura cacaeira – só foi possível devido a uma dissidência no MST do território extremo sul, a qual proporcionou a ida de membros desse movimento para o território litoral sul, promovendo a organização do sindicato das telecomunicações em Itabuna, antiga Telebahia; do sindicato dos bancários de Itabuna e do sindicato de trabalhadores e agricultores familiares de Itabuna, os quais abraçaram a luta e com auxílio e participação de outras lideranças formaram o MLT. Sobre isso, suas memórias contam:

[...] na verdade vieram trabalhadores, uns eram filhos já de assentados lá no extremo sul, no Prado especificamente, Prado e Itamaraju; aí quando houve a dissidência do MST eles saíram do MST por conta da política, eu não me lembro mais ou menos qual foi a situação. Se não me engano, era porque uma era PT e os meninos eram PC do B; aí os meninos vieram pra região aqui, eu acho que o partido de Itabuna, se não me engano SENA, o sindicato dos trabalhadores rurais e o sindicato das telecomunicações, abraçou e ajudou esses meninos<sup>32</sup>, que vieram de Brumado também, acho que na época era Denis Meira, Agnaldo Meira e aí se formou o Movimento de Luta pela Terra o MLT, mas foi por conta de reuniões entre sindicatos e trabalhadores, e através do partido também né, do PC do B.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi o primeiro grande movimento organizado de frente popular na luta pela reforma agrária. No entanto, conforme as narrativas de meus colaboradores, houve discordâncias entre os militantes, o que gerou a formação de movimentos paralelos ao MST. Com objetivos e modelo de enfrentamento semelhantes, o Movimento de Luta pela Terra foi um dos produtos da dissidência dos membros do MST; incentivou a (re) organização de objetivos e ideologias dentro dos assentamentos que passaram a representar e inaugurou um novo capítulo na luta por terras e reforma agrária.

Bacumuxá (*Micropholis crassipedicellata*) não aceitou ser entrevistado, mas concordou em participar deste manuscrito como colaborador<sup>33</sup>. Ele foi o único que não narrou sua história de vida. Para ele foi elaborado um questionário (Quadro 01) com onze perguntas sobre suas relações com os movimentos sociais, suas motivações para participar desses movimentos e suas opiniões sobre as ações desenvolvidas no decorrer da organização desses movimentos na Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna. Suas respostas foram analisadas por meio de biografia e referencial bibliográfico disponíveis em meios digitais de acesso e pesquisa.

---

<sup>32</sup> O termo meninos é utilizado para identificar os integrantes do MST que saíram do Extremo Sul para o Sul da Bahia. Estes meninos foram os participantes e organizadores das mobilizações que deram origem ao Movimento de Luta Pela Terra (MLT).

<sup>33</sup> Bacumuxá optou por ter suas memórias registradas a partir do uso de questionário, devido a distância física e outros motivos particulares. Sua participação não poderia ser omitida deste trabalho, já que sua liderança foi essencial na organização dos movimentos, assim como na organização nacional de ações de luta pela terra e reforma agrária.

1. Nome Completo e Idade
2. Quando iniciou as atividades junto aos movimentos sociais?
3. O que o motivou a juntar-se as atividades destes movimentos?
4. Quais suas principais funções dentro do movimento?
5. Teve parentes ou conhecidos ligados a estas atividades? Qual a proximidade com eles?
6. Quais foram as primeiras ações dos movimentos sociais na Bahia e no Sul da Bahia, existiram diferenças nas táticas utilizadas na ocupação de áreas de ambas as regiões? Sim ou Não e o porquê
7. Existem áreas para ocupação que são priorizadas e o porquê são priorizadas? Ou qualquer área pode ser ocupada?
8. Poderia relatar algum caso dentre as ocupações do Sul da Bahia que teve repercussão positiva (maior organização, melhores táticas...) e outro de repercussão negativa (violência)?
9. Há uma política de conservação ambiental ligada ao processo de ocupação das áreas indicadas para a reforma agrária? Que políticas seriam essas e por quem seriam estabelecidas?
10. As ações de conservação ambiental são planejadas de que maneira e por quem? E qual a importância destas para a organização do movimento?
11. Existe correlação entre o sucesso do movimento em suas respectivas áreas e a preocupação com os aspectos socioambientais do grupo? Sim ou Não e o porquê.

o do colaborador cujo pseudônimo é Bucumuxá.

Com 60 anos, Bucumuxá responde que iniciou suas atividades junto aos movimentos sociais na sua juventude, em 1980, e que entre as razões que o motivaram a engajar-se na luta destes movimentos estava a própria fome. No caso de Bucumuxá, a falta de alimento representou a necessidade de lutar por esse direito básico, que foi retirado dele, e continua sendo negado a uma grande parcela da população pela ausência de assistência social e pela insuficiência na oferta de postos de ofícios. Essa, talvez, seja uma das estratégias utilizadas para manter a subserviências dos povos camponeses, já que como afirmou Lula em 2003: “A fome, em lugar nenhum, levou a ser humano à revolução. A fome leva à submissão” (BRASIL DE FATO, 2021)

A fome representa uma sensação fisiológica pela qual o corpo identifica que há necessidade de alimento para manter suas atividades vitais diárias, como respirar e manter o coração batendo; e representa a condição social de muitos indivíduos que não possuem acesso as calorias diárias necessárias para desenvolver atividades laborais, ou seja, que não tem condições de comer o mínimo necessário por dia. Organizador, formador e dirigente no Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra, Bacumuxá é responsável por estabelecer relações políticas entre o movimento e gestores de Estados e Municípios.

Assim como Thomson, Frisch e Hamilton (2006), considero que as histórias de vida ajudam no reconhecimento e valorização das experiências que foram silenciadas, ou que enfrentaram aspectos dolorosos de suas vidas, já que contribuem para a compreensão do passado, para as construções sócio-históricas do presente e para as possibilidades futuras. Esse processo, que envolve aproximação e escuta, pode ser polêmico para alguns e gratificante para outros, mas contribui para divulgar as experiências vividas pelos indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados nas narrativas históricas anteriores.

A história da memória concentrase em vetores identificáveis: política de memória do Estado, associações de preservação da memória, representações do passado, na historiografia (ROUSSO, 2006); e se debruça na construção de representações culturais, políticas e sociais que sejam sensíveis as transformações individuais e coletivas dos grupos. Para Delgado (2007), o uso da história oral como metodologia qualitativa permite que sejam recolhidos depoimentos pessoais sobre processos históricos e sociais capazes de:

1. Recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas;
2. Possibilitar a construção de evidências via entrecruzamento de depoimentos;
3. Recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos, ou mesmo que, estando registrados, não estão disponíveis para a comunidade de pesquisadores por diferentes razões;
4. Possibilitar a redefinição de cronologias históricas através de depoimentos que revelam novas óticas e diferentes interpretações em relação às predominantes;
5. Contemplar o registro de visões de personagens ou testemunhas da história, nem sempre considerados pela denominada história oficial;
6. Possibilitar o registro de versões alternativas as da história predominante.

Nesse contexto, os depoimentos ou narrativas orais dos colaboradores do projeto contribuíram na reconstituição de épocas e acontecimentos que tiveram importância para a vida dos movimentos aos quais estão vinculados. Juntamente com uma bibliografia especializada, discuti sobre dois grandes temas relacionados as memórias das ocupações de terra e do processo de reforma agrária na Região Geográfica Imediata de Ilhéus – Itabuna: a importância da educação do/no campo para o fortalecimento dos movimentos sociais em relação a um projeto de futuro e a importância das ações de conservação e desenvolvimento social dos movimentos sociais em áreas de reforma agrária no bioma Mata Atlântica, considerando o empoderamento camponês através da soberania alimentar e nutricional.

### **2.5.1 MLT E MST NA REGIÃO SUL DA BAHIA: NARRATIVAS DAS OCUPAÇÕES**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surge da real necessidade de luta pela terra e em vários estados ao mesmo tempo. A partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as mais diversas lideranças da luta pela terra no país; os principais, ligados a formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, os quais constituíram a base para o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra (MORISSAWA, 2001).

O Encontro Regional do Sul organizado em julho 1982 reuniu líderes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; ao final de três dias de debates, os agricultores presentes consideraram que o maior inimigo dos trabalhadores rurais era o modelo de desenvolvimento econômico em vigor, já que este priorizava apenas os interesses de grileiros, latifundiários e grandes empresários. No Seminário de Goiânia, realizado em setembro do mesmo ano, os participantes relataram as formas de luta em cada estado, analisaram erros, acertos e limites; determinaram que as articulações regionais em cada frente de luta (arrendatários; parceiros, meeiros e assalariados) eram imprescindíveis para prosseguirem com a organização (FERENANDES, 2012; MORISSAWA, 2001).

Odiado por uns e admirado por outros, o MST nasceu em 1984 no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra na cidade de Cascavel no Paraná; com participação de líderes sem-terra, agentes, sindicalistas, assessores e diversas entidades de classe de 14 estados. Elegeu sua primeira direção no ano seguinte e pôs o tema reforma agrária na mídia, nos debates com governos e nas disputas

eleitorais. Sua principal forma de luta é a ocupação dos latifúndios, além de marchas, greves de fome, ocupação de prédios públicos e a articulação com o conjunto de lutas sociais em todo o Brasil.

Em *Pioneiros do MST*, Eduardo Scolese (2008) apresenta uma sequência de narrativas que apresentam informações sobre as ações de enfrentamento que o MST adotou em seus primeiros anos. As narrativas são dos líderes de diferentes regiões do país; os quais ajudaram a construir a identidade do movimento. Darci José Antunes Maschio destaca que “o MST é fruto do trabalho das Igrejas Católicas e Luteranas, ambos via Pastoral da Terra, e também de reivindicações e conquistas de lavradores de alguns estados” (p.21).

As narrativas que Scolese destaca em seu livro, auxiliam na compreensão sobre a formação da identidade do movimento, a qual não se limita apenas a uma afirmação do seu caráter nacional. O MST se opõe a transnacionais da agricultura alinhando-se as questões ambientalistas internacionais, defendendo o desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente, além de combater a desigualdade entre homens e mulheres, tanto dentro quanto fora do movimento, fazendo par com interesses históricos de movimentos feministas (CALDART et al., 2013; ZACCHI, 2016; STEDILE, 2012). Silvio Manoel dos Santos afirma que toda a conjuntura política, econômica e social de enfrentamento que o movimento defende faz com que “o movimento seja uma tentação. Um negócio de doido” (p.154).

No Sul da Bahia, entre as primeiras ocupações do MST está o assentamento Terra Vista, no município de Arataca (68 Km de Itabuna). Para o movimento, o papel das mulheres é essencial para a conquista de direitos, portanto, como modo de homenagear estas mulheres, as lideranças da época optaram pela ocupação da, então, fazenda Bela Vista no dia 08 de março de 1992. Esse momento é parte das memórias de Samuma; em sua narrativa, ele esclarece que a escolha dessa data foi emblemática para o grupo de 360 famílias, que se reduziu a 28 no final dos conflitos. Ele fala:

Em 1992, pra homenagear as mulheres, no dia internacional das mulheres, nós ocupa a Terra Vista, então o Terra Vista é também uma área emblemática. Aqui chamava fazenda Bela Vista do espólio do coronel Elias. Aqui era uma terra produtiva de cacau, embora já estava em forte ameaça da vassoura de bruxa de novo, aí nois enfrenta em 8 de março de 1992 todo o aparato do estado, do poder judiciário, da mídia, um grande aparato de um escritório de advogado aqui chamado Carlos Burgo, e enfrenta todos os coronéis mesmo falidos da região do cacau a gente passa em cima pra enfrentar, passamos a enfrentar. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

Samuma continua sua narrativa e esclarece como a participação das mulheres nos conflitos por terras, foi além da posição social de mães e esposas. Ele prossegue sua narrativa, contando como elas auxiliaram nos enfrentamentos provenientes das primeiras ocupações que o MST organizou na região Sul da Bahia, e como representaram papel essencial na organização de ações contra a parcela de latifundiários do cacau representados pela União Democrática Ruralista (UDR):

Na época, a UDR e os latifundiários eram muitos fortes; e os fazendeiros tudo se organizava na UDR e enfrentava a gente e aí nós enfrentamos os latifundiários, a UDR e os capangas com resistência de grupo. E enfrentava a polícia e o poder judiciário com resistência de massa, onde as crianças e as mulheres foi a parte principal desse enfrentamento. Como nós não podia enfrentar a polícia militarmente, então nós usamos a tática das mulheres; as crianças e as mulheres enfrentaram a polícia, então isso foi muito importante pra gente. A questão das mulheres e as crianças enfrentar à polícia militar do Estado da Bahia, e a resistência de grupo enfrentaram os pistoleiros e a UDR<sup>34</sup>, que era no tiro. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

No que tange a organização e a permanência do MST no Sul da Bahia, os conflitos foram severos, incluindo a organização de instituições para capturar militantes considerados perigosos pelos coronéis do cacau, entre os quais estavam homens e mulheres. Das memórias de Ipê-roxo emergem traumas silenciados pelo tempo, e pela posição política que ocupou durante sua participação no MST, sobre os conflitos e perseguições a líderes do movimento ela narra:

Aqui na região tinha sindicato do crime organizado, com sede em Eunápolis, que se contratava pistoleiros pra levar a cabeça. O valor dependia da importância daquela pessoa na luta né, se era um trabalhador qualquer só intimidava, se era uma liderança, se era um padre, o que fosse, aí se estipulava o quanto valia aquela cabeça. O sindicato era pra caçar gente envolvida na luta, tinha preço. Vivemos isso nessa região, a ponto que tínhamos um companheiro Odack Miranda, que era jornalista, ninguém dava cobertura a nada aqui, ele chegou a receber em Salvador um presente, quando ele abriu era uma caixa de bala, entendeu, porque ele começou a denunciar as coisas que estavam acontecendo,

---

<sup>34</sup> Associação civil criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990). Entre suas metas estavam medidas que impedissem a desapropriação, levando ao enfrentamento direto com os trabalhadores rurais nas regiões de conflito e à desqualificação das instituições favoráveis à reforma agrária, em especial a Igreja "progressista". Além de incentivar a violência contra os trabalhadores rurais. Ver em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>



então foi uma luta brava aqui. A gente pra sair, a gente saia e tipo: vou pra Canavieiras, ligava na hora de sair, os companheiros ligavam, ou as vezes já tinha gente me esperando no meio da estrada, porque tinha que descer do ônibus, porque já tinha gente esperando. Então foi uma guerra no campo aqui. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Os conflitos armados fizeram parte das lutas sociais que tiveram o Sul da Bahia como cenário. Os perigos eram constantes, assim como a preocupação com os companheiros de luta. Apoiadores das causa sem-terra eram intimidados e a ausência de justiça pelos companheiros mortos nessa trajetória se tornou habitual. Sobre isso, as memórias de Ipê-roxo continuam:

Teve a chacina do Sarampo, porque Puxim e Sarampo era assim, matavam e escondiam o corpo, então se não tem corpo, não tinha aquela história, não tem prova não tem crime, e isso já foram outros crimes que a gente ficou dias e dias procurando companheiro na mata, até que achamos a ossada, e fazemos o que agora, nos dividimos em dois grupos, um grupo que ia pra Canavieiras pra delegacia avisar, e outro grupo fica de tucaia nos ossos. Eu fiquei no grupo de ficar de tucaia nos ossos pra eles não darem fim, enquanto ia atrás da delegacia pra dizer, tá confirmado! Embora a gente já tivesse feito a denúncia, mas cadê, entendeu. Aí depois teve a chacina da Serra da Onça, que já é de Santa Luzia, que foi a família inteira degolada, até o cachorro. A criança, botaram o corpo em pé e a cabeça veio pra cá (ela indicou a linha dos ombros), a mulher grávida, a gente ficou dias naquela mata procurando e procurando, até que achamos<sup>35</sup>. Eles pegaram o corpo dela, colocaram naquelas árvores grandes com raízes bem abertas enfiaram ali e cobriram. A gente saiu catando os pedaços. Teve denúncia, o companheiro disse que tudo foi pra Canavieiras em cima de uma caçamba. É que de repente você, né, vai e entra no contexto todo de novo [...] Puxim e Sarampo, Serra das Onças são próximos, essas chacinas aconteceram principalmente lá porque a polícia não ia. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Os papéis que homens e mulheres desempenharam durante o estabelecimento do MST na região foi essencial a estrutura que atualmente detém enquanto movimento social. A defesa pela legalidade do direito à terra, a busca pelo aparato de justiça e a luta para manter a integridade física de si e de seus companheiros, são parte indispensável a compreensão de como estes sujeitos escreveram a história do movimento na região Sul do Estado da Bahia. Provavelmente, memórias semelhantes resistem sendo guardadas e, portanto, pouco representam o contexto de compreensão da luta pela reforma agrária, principalmente aos que não participam dela.

---

<sup>35</sup> Fizemos uma pausa para que ela pudesse se recuperar, pois as memórias sobre esse momento em que buscavam os restos mortais de seus companheiros e companheiras ainda é muito presente. Ficamos em silêncio e após um tempo de conversa sobre outro tema, indiquei que não seria necessário ela relatar mais nada sobre esse momento, mas pedindo para continuar a gravação, afirmou que era uma obrigação dela transmitir essas memórias, então continuou a sua narrativa.

A responsabilidade social, a identidade coletiva e a preocupação ambiental fizeram deste movimento social o mais expressivo da América Latina, representando 350 mil famílias em território nacional e auxiliando outros movimentos sociais, a exemplo dos zapatistas no México, a alcançar autonomia política, econômica, social e cultural (MENEZES NETO, 2016). No entanto, dissidências e conflitos políticos internos provocaram o aparecimento de outro movimento social, que se tornou importante na organização das lutas pela reforma agrária no Estado da Bahia.

O Movimento de Luta pela Terra (MLT) é outro grupo que destacasse na região. Movimento político-social de luta pela reforma agrária, surgiu em 1994 na Bahia. Organizado a partir de uma ruptura de integrante do MST com próprio movimento, a institucionalização do MLT surgiu em um contexto de disputas políticas. Sobre esse momento de separação, Adalberto Rocha Pacheco em Pioneiros do MST (SCOLESE, 2008) declara que “por lá (assentamento 40x45 em Alcobaça<sup>36</sup>) é individualizado. As poucas experiências de trabalho coletivo foram extirpadas, muito por conta do racha entre as famílias ligadas ao MST e aquelas levadas no início pelo prefeito de Alcobaça. Um lado não aceita o que é proposto pelo outro”.

Após despejos sucessivos dos trabalhadores rurais sob a bandeira do MLT, o grupo político PCdoB, que auxiliava na organização e nas ações de ocupação das fazendas no Extremo Sul, começou a questionar-se no que diz respeito ao processo de condução da luta pela terra, já que não detinha experiência suficiente em conduzir essas ações. Sobre o processo de despejos e construção do MLT Biriba e Sapucaia declaram:

No início teve despejo, houve despejo, trouxeram a gente pra um lugar chamado cascalheira, não vou dizer que não era uma questão saudável mas tinha, realmente tinha naquele período a questão do não posso dizer jagunço, mas eram contratados da fazenda, eu lembro que tinham armas, ficavam como segurança pra lá e pra cá na rodagem, aí a gente ficava sempre, não deixava ninguém fazer locomoção sozinho a partir de certo horário; sempre a gente só andava em grupo pra evitar uma coisa de um confronto, de uma desavença maior, não deixava ninguém sozinho; só andava em grupo por conta de uns defender aos outros. (Biriba. Entrevista concedida em 11.12.2019).

O pessoal que tava com gente ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais, ligados ao PC do B, falou de criar um movimento também que seja representativo. O MST já existia, aí a gente criou esse movimento o MLT, Movimento de Luta pela Terra, que veio do Movimento dos Desempregados. É desse Movimento

---

<sup>36</sup> Compõe o Território Rural Extremo Sul localizado na região Nordeste, que é composto também pelos municípios de Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. Em: [sit.mda.gov.br](http://sit.mda.gov.br)

dos Desempregados que tinha a frente inclusive sindicatos urbanos, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Servidores da CEPLAC, é esses sindicatos urbanos que na verdade puxou esse movimento dos desempregados, aí culminou nesse outro movimento o MLT. Fomos ocupar as áreas improdutivas, começamos a fazer isso com esse movimento, aí ocupamos, começamos a ocupar. Como a gente era, vamos dizer assim, um movimento mais politizado que os demais, os demais ocupavam uma área e aí ficavam, assentavam também as lideranças ali e estacionava. Como a gente tinha um movimento de lideranças mais jovens na época, alguns inclusive dissidentes do MST, então essa juventude não tava muito afim de ficar sentada não, tava afim de fazer a luta, idealista e tal, de mudar, então a gente começou a fortalecer esse eixo Ilhéus-Itabuna irradiando pra essa região, depois fomos pra Chapada Diamantina, e começou já a organizar na Chapada Diamantina e começou a organizar na Bahia toda e hoje estamos organizados em todo o Brasil esse movimento. (Sapucaia. Entrevista concedida em 10.02.2020).

O MLT surge com um perfil mais político, que prefere negociar antes de fixar acampamento. Ao desenvolver este trabalho junto aos sindicatos, muda-se o sentido da sua atuação, pois cai na esfera legal. Ele passa a ter uma atuação respaldada pela estrutura formal das entidades sindicais passando a ser influenciado pelas contradições dessas organizações, ao mesmo tempo que também influencia na mudança da sua estrutura; mas, a luta pela permanência na terra segue o modelo estabelecido pelo MST: barracos de madeira cobertos de palha ou plástico, falta generalizada de infraestrutura e produção de alimentos básicos como verduras e hortaliças (COSTA, 1996).

O ritmo da reforma agrária avançou principalmente pelas ações do MST. Contudo, os conflitos relacionados a política de gestão fez com que o MLT surgisse frente a uma nova perspectiva de luta social e coletiva. Ambos fazem a luta por terras e reforma agrária e promovem debates sobre ambientalismo e desenvolvimento sustentável, assim como sobre a internacionalização de gênero e o direito das mulheres a posse e titulação da terra. Reconhecer a importância destes movimentos para a construção da identidade regional, proporciona compreensão sobre o permanência e continuidade das populações rurais no campo frente a violência e marginalização de suas ações.

Sobre as narrativas, é possível construir uma fundamentação sobre os papéis que cada movimento desempenhou no que atualmente concerne a luta por reforma agrária no Litoral Sul da Bahia. Mas o propósito aqui é demonstrar quão importe foram estes movimentos para a organização e estabelecimento das famílias em áreas estratégicas, que proporcionaram

desenvolvimento econômico, emancipação produtiva, reconhecimento político – cultural e equidade social.

Os conflitos armados, a busca por cadáveres de companheiros desaparecidos e o enfrentamento da justiça para fazer valer o direito a segurança, fazem parte da primeira fase desses movimentos. A continuidade de suas ações atualmente se alicerça em transformações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e a produção agrícola e agropecuária, o que não desmonta o passado, mais inspira o presente e idealiza o futuro. Desse modo, apresento no próximo capítulo as memórias do MST e MLT sobre a importância do ensino e do aprendizado como ferramenta de transformação política e social e emancipação econômica e cultural das populações do campo.

### 3 MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*O esforço que uma nova sociedade faz para descobrir qual o caminho a ser seguido passa pela demolição do edifício da sociedade anterior*

(Figueira, 1995)

#### 3.1 COMUNHÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE, ESPAÇO

Memórias são atributos naturais de atividades coletivas e espontâneas, que dialogam na construção de identidades e, portanto, estão associadas a contextos sociais, em particular a lutas políticas e sociais (RIBEIRO, 2005). Com seu núcleo antropológico, a memória representa recordações que unem diferentes grupos em comunhão sobre um mesmo ideal, uma determinada celebração ou instituição. Em contrapartida, Assemann (2011) afirma que a memória humana não passa uma recordação autêntica, o que demonstra claramente a plasticidade de tais recordações.

A memória do indivíduo se constitui através de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão e com os grupos de convívio e de referência. Ecléa Bosi (1994), a partir de uma perspectiva da psicologia social, apresenta que qualquer alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória, atrelando a memória de uma pessoa à memória do grupo, pois ambas não se dissociam por estarem imbricadas pela situação social à qual as pessoas estão expostas.

De Giorgi (2006) reconhece que as memórias se constroem e se multiplicam comunicativamente. Para Pereira e Flexor (2010), a percepção da memória como uma realidade fundamentalmente positiva e indispensável, necessita ter um caráter imperativo ético e político, portanto, as memórias tendem a estabelecer práticas e saberes constituídos pelos grupos humanos em seus espaços, caracterizando formas similares ao rizoma<sup>37</sup>. A memória como repertório imagético precisou ser renovada e interpretada como dispositivo de construção social e política, o qual era capaz de revisitar semelhanças, ocultar imagens externalizadas e imprimir fatos.

---

<sup>37</sup> Para Deleuze, o rizoma refere-se à inter-relação dos conceitos e modelos de como os acontecimentos são realizados, livres em seu tempo e espaço.

Para Delgado (2007) a memória é suporte vital das identidades reveladoras da pluralidade inata à vida humana, contudo, como suporte da identidade, a memória não é sinônimo de conservação, mas reordenamento e reconstrução das lembranças. A memória humana é conflitiva e também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito, assim como suas transformações (CANDAUI, 2016).

As memórias são o principal motor das narrativas, e isso atribui aos indivíduos uma identidade dentro do contexto coletivo do qual participam. Destacar a importância da coletividade na construção dessa identidade, e analisar as narrativas com o objetivo de compreender como essas construções se estabelecem e se desenvolvem, permite que cada narrativa seja analisada de acordo com as particularidades que apresenta, contribuindo para a (re) construção de realidades silenciadas em documentos oficiais devido a classe social ou posição política dos envolvidos.

Zacchi (2016) afirma que há um trabalho de memória que atua na construção da identidade dos movimentos sociais, e que essa memória não permanece indefinidamente, todavia, mas é um processo de repetição acompanhado de diferenças. Nesse contexto, os movimentos sociais de luta pela terra do Sul da Bahia têm empregado esforços na elaboração de Projetos Pedagógicos, que objetivam a construção de uma identidade política e social de seus colaboradores através de uma educação democrática libertária/libertadora.

Para Paixão e Frisso (2016), a relação entre memória e democracia não é uma relação automática, ou seja, ela é construída lentamente, e se apresenta frágil, a partir do fortalecimento de uma esfera pública inclusiva, capaz de tematizar e discutir o período ditatorial através do diálogo, que se torna uma importante ferramenta de construção das memórias, a qual passa a reconhecer os processos de vitimização e a afirmar a humanidade de todos.

Aprendemos no meio em que vivemos, com as relações que estabelecemos. A educação se processa na vida real e tem por fundamento a produção da existência. Em meio ao processo de ensino-aprendizagem, os sentidos humanos ensinam sobre o mundo objetivo, enquanto as correntes pedagógicas destacam o papel do ambiente na educação, ignorando, em contrapartida, o papel da ação humana nesse ambiente. Diante disso, sindicatos e movimentos sociais tiveram um papel pedagógico relevante e reconhecido na formação de lideranças, e como instituições de formação política das diversas categorias de trabalhadores, que aprendiam entre outras coisas, a mobilizar e educar as camadas populares (ARROYO, 2003).

Os movimentos sociais têm desenvolvido a função de pedagogos que constroem representações de seus coletivos, e mostram outros saberes de si. Estes saberes afirmam, em sua multidisciplinaridade, que diante da própria diversidade os movimentos são capazes de elaborar projetos futuros de sociedade. Os movimentos sociais lutam pelo direito aos conhecimentos e radicalizam as formas históricas de segregação do seu acesso, fortalecendo suas ideias através de coletivos sociais, étnicos e raciais (ARROYO, 2015).

Para Arroyo (2003), os movimentos sociais são coincidentes em mostrar que a formação humana é inseparável a produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação e de segurança. Para o autor, os movimentos têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado grandes grupos em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra e pela inserção nas cidades.

A mesma forma que a compreensão dos processos de construção de sentido para o espaço escolar tornou-se vital no mundo atual para a sobrevivência da escola enquanto lugar de pertencimento, as reflexões sobre o tema da memória, e suas contribuições para a construção de identidade individual e coletiva, tornaram-se indispensáveis para o entendimento dos processos de construção de sentidos para as experiências humanas (SANTANA, 2016). Desse modo, a valorização das memórias dos movimentos sociais é uma condição para uma gestão democrática, e para a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Os movimentos sociais revelam à teoria e o fazer pedagógicos diante da centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação; além disso, relembram quão determinantes são as condições de sobrevivência no refazer humano diante da luta pela vida e direitos básicos, que representam sua condição de indivíduo. Portanto, os movimentos são educativos, mais precisamente, ao questionarem as estruturas sociais por meio de suas ações, lutas e organização coletiva; ao colocarem as pessoas em movimento, em outras circunstâncias e relações, possibilitando dessa maneira a alteração sobre a direção da educação (DALMAGRO, 2016).

A educação é inerentemente social e fundamental à existência humana e “não um processo mais ou menos inútil do qual a sociedade possa prescindir” (FIGUEIRA, 1995). Logo, viver consiste em um processo de educação continuada, o qual educa o homem no decorrer de sua própria existência, objetivando uma inserção social sob a perspectiva histórica, representando

um produto de relações concretas. Com o aprofundamento das discussões sobre Educação do Campo, surge um contexto particular dos educadores e educadoras, entidades, movimentos sociais, que buscam promover a inserção analítica e política de forma mais ampla.

A educação vinculada a prática revolucionária resolve a questão do que deve mudar primeiro, se as circunstâncias ou os homens. A luta coletiva contém um potencial educativo e formativo no qual a educação determina o real, tanto que as bases de emancipação do processo de ensino-aprendizagem tornam-se verificáveis por via puramente empírica. As principais formas de luta são também formadoras de consciência, capazes de questionar como as bases de sustentação da sociedade, que são também as bases da consciência e educação, se constituem.

Segundo Dalmagro (2016) pensar a formação dos trabalhadores e em particular a formação dentro dos movimentos sociais é pensar a realidade, uma vez que a base na qual nos educamos coincide com aquela em que provemos nossa existência. A dinâmica do processo ensino-aprendizagem, que os movimentos sociais têm proporcionado dentro das áreas de assentamentos é tanto da normalidade, quanto contra hegemônica; isso porque necessitam estar inseridos nessa dupla e antagônica realidade educacional.

A dualidade no processo ensino aprendido favorece rupturas ideológicas ao longo do caminho das lutas sociais e de classe, em contrapartida fortalece o ideal de uma educação do campo, no campo e para o campo, pensada e feita por integrantes dos movimentos sociais e por simpatizantes das lutas camponesas. Pensar a educação como meio e não como fim, proporciona uma conscientização de que é durante o processo de educação e aprendizado que as novas lideranças se formam, que novos adeptos são conquistados e que as transformações são orquestradas.

Para Kolling, Nery e Molina (1999), uma nova qualidade de educação em um determinado país é condição para que se alcance um outro modelo de desenvolvimento. Este contexto trouxe diversas leituras sobre a relação entre desenvolvimento e educação, promovendo reflexões acerca das contradições entre ideias e práticas pautadas pelos movimentos, já que estes se propõem a realizar uma educação combinada com a reforma agrária como meio de transformação social e política.

Tais contradições se manifestam quanto a efetivação de políticas educacionais democráticas, coexistindo dentro dos movimentos e implicando na necessidade de transformações socioculturais para a escolarização da população e na centralização do processo



de educação em projeto cujas forças sejam representantes de acumulação do capital (ANTÔNIO, 2005). Diante dessas tendências, o modelo conservador de ensino e aprendizado se torna mais forte, contribuindo para a exclusão e desigualdade dos movimentos nos projetos de modernidade.

Desse modo, os movimentos sociais são a expressão dos limites e das contradições da sociedade atual e com isso são profundamente educativos; uma vez que por sua atuação questionam, simultaneamente, as estruturas sociais e a educação delas provenientes, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação (DALMAGRO, 2016). Como direito individual, a educação é uma construção histórica política intencional, e deve ser assumida pelos movimentos sociais e pelos intelectuais que analisam e teorizam essa nova consciência de mudança:

Os movimentos sociais revelam a consciência da centralidade das lutas pelas bases materiais da existência, reforma agrária, terra, trabalho, mas lutam também contra as estruturas de poder que condicionam os avanços na reforma agrária e em outro projeto de campo (ARROYO, 2015, p.51).

Não basta ter escolas no campo, é preciso construir um projeto popular de desenvolvimento e de educação, expandir a escolarização para todos os povos e colocar a cultura camponesa como elemento fundamental do processo de escolarização. Devem ser consideradas a diversidade de experiências e representações da tradição política e educacional, além da necessidade de transformação da educação do campo diante de desdobramentos políticos de um perfil urbano/industrial predominante (ANTÔNIO, 2005), portanto:

A necessidade pela educação do campo é identificadora da ausência de políticas públicas planejadas e efetivadas para o contexto rural em nosso país, como exemplificado nas assertivas dos movimentos sociais do campo: “a nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação” (CALDART, 2002b, p.27); “a maior parte da população do campo sofre com a ausência de políticas públicas adequadas para suprir suas demandas”(CARTA DE PORTO BARREIRO, 2000, p.01).

A necessidade de um projeto futuro, promoveu a organização de uma matriz pedagógica cuja concepção de educação e escola deveria formar sujeitos de atuação política, da materialidade dos processos de trabalho e da luta social no campo, à um projeto de país e sociedade (CALDART et al., 2013). Diante dessa perspectiva, os movimentos sociais de luta pela terra utilizam suas memórias sobre as ocupações de terras e da luta pela reforma agrária, como ferramenta de empoderamento camponês através da educação.

A memória é o resultado das interações de todos os sinais deixados pelo passado, logo, é preciso interpretar os fatos, relacioná-los uns aos outros e reconhecer causas e efeitos. A relação entre memória e educação nos movimentos sociais constitui um sentimento de identidade, individual e coletiva, que é fator importante do sentimento de continuidade, em contrapartida, o processo educativo pode ignorar formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação e de formação a que estão submetidos os educandos, ignorando a realidade dos processos didáticos escolares e dos processos socializadores em que os setores populares se reproduzem (ARROYO, 2003).

Transformar a educação modifica a realidade social, promovendo o debate e a politização de cada sujeito. Discussões sobre as problemáticas que envolvem a organização social de movimentos do campo, são pertinentes ao tratar das denúncias de expropriação dos direitos sociais e de bens materiais, sobretudo contribui para a construção de uma pedagogia histórico crítica, que promove a práxis da existência humana e contribui para a construção de um projeto futuro de novas formas de vida.

Os alunos do campo não tem sido uma prioridade governamental, o que torna a educação um direito abstrato; a estrutura formal da escola não é uma possibilidade concreta no campo e quando essa possibilidade é viável, a mesma não atende todas as demandas, promovendo o atraso da Educação no Campo (SUZART; SILVA; SILVA, 2012). Porém, cabe aqui diferenciá-la de uma escolarização rural, que se limita a uma demanda geográfica; a Educação do Campo deve ser pensada como emancipatória, capaz de considerar as cosmovisões do trabalho camponês e representar as matrizes culturais:

(...) uma nova qualidade de educação num determinado país é condição para que se alcance um outro modelo de desenvolvimento. É um contexto que trouxe diversas leituras sobre a relação entre desenvolvimento e educação e que sugere refletirmos sobre como contradizem com as ideias e práticas pautadas pelos movimentos sociais, já que esses propõem que a educação não levará ao desenvolvimento se não for combinada com a reforma agrária e com transformações profundas na política agrícola do país (KOLLING; NERY, MOLINA, 1999, p. 63).

Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, o acesso aos serviços das cidades. Eles reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica e sua expansão se torna realidade não tanto porque o

mercado tem exigido maior escolarização, nem porque as elites se tornaram mais humanitárias, mas pela consciência social e pressões populares (ARROYO, 2003).

A pressão política que os movimentos sociais exerceram sobre os Estados e o Governo Federal para assegurar direitos básicos as suas organizações, constitui um marco histórico na luta por terras e reforma agrária. A representatividade de lideranças sociais fez de alguns assentamentos modelos de construção coletiva, que vem resistindo a conflitos, desmontes de estruturas governamentais e forte êxodo rural.

O Estado da Bahia tem um histórico de lutas sociais e políticas, que reflete o paradigma dominante da história regional pelo controle econômico, social, político e cultural das populações camponesas. Gregório Bondar (1938, p.23) reiterou em suas pesquisas a tradição dos desbravadores quando afirmou que:

Não foram os efeitos de braços estranhos, não o ouro de abastadas bolas, não foi o amparo dos governos fortes, mas a constância de modestos homens, a intrepidez do trabalhador patricio, cujo único capital constituía nos seus braços, quem a fez (refere-se a economia cacaueteira) triunfante.

No Sul do Estado, o enfraquecimento do coronelismo em função do declínio do cacauete e a falência da produção, abriu espaço para as ocupações de terras, o que significou a emancipação e ofereceu autonomia a famílias camponesas, contribuindo para que os movimentos sociais na região de Ilhéus – Itabuna se organizassem através da atuação e compromisso de fortes lideranças. Tendo em vista que toda transformação exige uma tomada de decisão e objetivos contundentes, os movimentos sociais investiram em suas potencialidades estratégicas de produção, em tecnologias alternativas que contribuíram com a construção do movimento ambientalista e na educação como meio de mudança social.

Os movimentos sociais do Sul da Bahia têm uma história de lutas por acesso a terras agricultáveis e por uma educação contra hegemônica. A reorganização da estrutura pedagógica com o objetivo de formar sujeitos conscientes dos papéis que desempenham no processo de construção dessa luta, a proposição de um novo modelo de futuro e a validação dos conhecimentos camponeses como ferramenta capaz de transformar as realidades locais, sempre será o desafio de uma educação voltada as necessidades e particularidades dos sujeitos que vivem no e do campo.

Organizados frente aos problemas econômicos gerados pela praga agrícola denominada vassoura de bruxa (1987 a 1991) , a mão de obra trabalhadora desempregada e inserida num contexto de instabilidade econômica, política e social, o “batalhão de reserva”<sup>38</sup>, permaneceu na região e fortaleceu as lutas pela reforma agrária (CULLEN JR; ALGER; RAMBALDI, 2005). Desse modo, as demandas por uma educação diferenciada exigiram que o processo ensino-aprendizagem priorizasse o processo fundamental da humanização, a construção da natureza humana, o desenvolvimento social e a articulação entre os diferentes saberes.

Sujeitos outrora silenciados por sua condição social e posicionamento político tiveram, durante o desenvolvimento desta pesquisa, um espaço para apresentar suas memórias sobre a construção e organização dos movimentos sociais na microrregião Ilhéus-Itabuna, e narrar sobre a importância da educação do campo na manutenção desses movimentos. Associei as narrativas dos colaboradores a referenciais teóricos, bibliográficos e a informações jornalísticas, tendo em vista apresentar um conteúdo sólido, capaz de redefinir aspectos relacionados a construção social, política e econômica dos assentamentos sul baianos.

Nesse contexto, as entrevistas apresentaram informações sobre como o processo de escolarização é realizado dentro dos assentamentos; como o processo de ensino-aprendizagem vem se desenvolvendo; como a luta pela reforma agrária conquistou escolas técnicas e fábricas de processamento de cacau e como as redes sociais tem influenciado agentes externos a colaborar com a luta por terras e reforma agrária.

As principais bandeiras de luta dos movimentos sociais são transformação social, a luta pela terra e a reforma agrária. Nesse contexto, a educação para o crescimento coletivo se faz premissa primordial no decorrer das ações articuladas pelos movimentos em seus territórios. De acordo com Grzybowski (1987), os movimentos permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; do mesmo modo que contribuem na afirmação de uma identidade social consciente e em conformidade com seus interesses, direitos e reivindicações. O processo de educar para a luta significa que, a construção coletiva deve ser capaz de apreender e criticar práticas e representações socioculturais.

---

<sup>38</sup> Termo utilizado para se referir aos trabalhadores que continuaram no campo após a devastação das lavouras de cacau pela vassoura de bruxa e pela podridão parda.

A educação no campo, do campo e para o campo, exige que o educador se permita ir além do usual e do que lhe é imposto pelas “grades”<sup>39</sup> curriculares. Como sujeito que intenta construir a vida pessoal e social através de lutas pelo controle da transformação do sistema social (PETRY, 2008), o educador que se compromete em exercer a educação em áreas rurais deve ter em mente que o conhecimento cultural, étnico, social, ambiental, etc. são passíveis de uso e devem estar presentes nas discussões em salas de aula, sejam elas tradicionais, sejam elas espaços de convivência coletiva.

A história de Ilhéus e Itabuna é contada em livros de memorialistas regionais e importantes escritores internacionais como Jorge Amado e Euclides Neto, no entanto, as memórias dos povos que construíram esse legado não têm registro em sua totalidade. Os trabalhadores do cacau não foram ouvidos durante os anos de prosperidade da lavoura cacauzeira, e tão pouco durante os anos de esfacelamento desta cultura que representou no século XIX uma parte significativa do PIB brasileiro.

Para Delgado (2007) a construção de fontes e documentos registrados por meio de narrativas, induzidas e estimuladas, representam as múltiplas dimensões da história e o registro sobre a história vivida. A pesquisa com assentamentos da reforma agrária, permitiu que os depoimentos revelassem um contexto diferente da produção especializada e articulada pelos memorialistas regionais.

As narrativas sobre os conflitos por acesso à terra, as ocupações das fazendas de cacau devastadas pela vassoura de bruxa e muitas vezes abandonadas pelos seus donos, a necessidade de comida e abrigo e a extinção de um modelo econômico que empregava milhares de famílias, permitiu analisar que uma parte significativa da história foi desconsiderada em documentos oficiais, mas tem sido recuperada pelas pesquisas de campo que envolvem as comunidades e principalmente uma escuta sensível e comprometida em registrar as vozes esquecidas e silenciadas.

Descendentes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assumem uma identidade sem-terra diante de suas próprias histórias de vida. A permanência na luta por terras, conquistar uma política eficiente de reforma agrária e a necessidade de uma educação do/no campo apropriada as

---

<sup>39</sup> O termo grade entre aspas é utilizado como atenção a crítica sobre a estrutura rígida que o sistema de educação vigente impõe aos educadores e instituições de ensino. Um currículo endurecido não é capaz de proporcionar discussões ou debates acerca de temas diversos, impede que o educador seja mediador do conhecimento e transforma a sala de aula em um ambiente abarrotado de animosidades.

particularidades da sociedade camponesa, que possibilite a construção do sujeito político, com responsabilidade social e representatividade cultural indicam que, para esses sujeitos, a memória é a presença do passado no presente compartilhada coletivamente.

Para Rousso (2006) ao fazer a história de manifestações, realiza-se uma pesquisa sobre a representação autóctone de fatos passados e de sua evolução cronológica, permitindo chegar mais perto da noção de memória coletiva. Nessa perspectiva, a análise das narrativas dos colaboradores da pesquisa permitiu a descrição das relações entre forças políticas, sociais, econômicas e culturais que representam a continuidade do tempo como trajetória para construção do presente e do futuro.

As memórias silenciadas de um período agitado da história do Sul da Bahia, são um marco para compreensão de como comunidades de pequenos agricultores desempregados articularam-se para transformar suas realidades e desenvolver projetos de emancipação política, econômica e sociocultural. O ponto de partida das análises, foram as narrativas dos colaboradores sobre a importância da construção de um projeto de Educação do Campo nas áreas de assentamento.

Tendo em vista que a educação proposta aos povos do campo imprime a negação de uma educação de qualidade sob a alegação de ser desnecessária e dispendiosa, a proposta desse capítulo foi apresentar que a partir do engajamento social e político que os movimentos praticam, é possível obter uma organização educacional contra hegemônica, que valida o conhecimento camponês e cria um projeto de humanização para seus participantes:

Os movimentos sociais têm tido um papel pedagógico no aprendizado dos direitos e são coincidentes em nos mostrar que a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança [...] têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2003, p.32).

A seguir, são apresentados os resultados das análises sobre as memórias do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelos movimentos sociais no Sul da Bahia. Relatos sobre a importância da educação no fortalecimento das lutas e na organização e divulgação das ações de

reforma agrária através da utilização de plataformas de comunicação digital, as quais estão sendo construídas para promover conhecimentos, divulgar conteúdos e estabelecer contato com diferentes pessoas, países e movimentos sociais. A medida que as narrativas se desenvolveram na prática das histórias de vida de cada colaborador, foi possível compreender o quão maior é a influência das comunidades camponesas na ressignificação da região cacauzeira.

### **3.2 MEMÓRIAS DAS EXPERIÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO**

O movimento pedagógico nos assentamentos de reforma agrária foi sendo potencializado porque se aprendeu a aproveitar melhor os acontecimentos para o crescimento da coletividade, entendendo que os conflitos e as contradições são o motor do processo de formação (CALDART, et al., 2013). Dentro dessa perspectiva, os colaboradores da pesquisa acessando suas memórias sobre a institucionalização das matrizes de educação voltadas ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária, apresentaram suas vivências, colaborações e receios sobre a ausência de políticas públicas eficientes de Educação do Campo.

O abandono do Governo Federal e a erradicação de programas governamentais de acesso à educação no campo pelo Decreto 10.252/2020, foi o reflexo do descaso e da marginalização dos povos camponeses durante os governos de Michel Temer e do atual presidente da República Jair Bolsonaro. Essa nova realidade desassistiu centenas de jovens, que almejavam cursar universidades e cursos técnicos com o objetivo de restituir o conhecimento adquirido em unidades de ensino superior as suas localidades de origem, como meio de aperfeiçoar técnicas de produção, organização sociopolítica e de valorização cultural. Sendo assim, o que se via como progresso foi enterrado sob o julgo de atos violentos e amorais contra os direitos dessas populações.

Nesse mesmo sentido, a ausência de políticas públicas eficientes e a erradicação das que estavam em vigor, a exemplo do Programa Nacional de Educação em Área de Reforma Agrária (PRONERA) discutido a seguir, deteve o avanço das ações sobre estratégias de conservação produtiva<sup>40</sup> voltadas ao desenvolvimento de práticas agrícolas ecológicas, ou agroecológicas, que fomentam atualmente uma grande parte do desenvolvimento econômico dos trabalhadores do campo, auxiliando no bem estar de produtores e também consumidores.

---

<sup>40</sup> Proposta que prevê a produção dentro de um sistema natural sem prejudicá-lo. Wallace Setenta e Dan Érico Lobão. Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos. Itabuna: Bahia, 2012.

Cada colaborador recebeu seu pseudônimo aleatoriamente, através de sorteio, já que algumas das informações dizem respeito a episódios de violência e conflito armado contra famílias ainda influentes na região de abrangência da pesquisa. Os nomes dessas famílias também serão ocultados, com o objetivo de preservar a idoneidade da própria pesquisa. Logo, mesmo com a disposição de apresentar-se por seus nomes e sobrenomes, neste capítulo serão preservadas as identidades de todos os participantes, narradores e terceiros.

Início a apresentação das narrativas e discussão dos resultados obtidos, pela história de vida de Ipê-roxo, que atualmente, é uma das representantes da associação de pequenos agricultores e agricultoras do projeto de assentamento em que reside. Para ela, a Educação do/no Campo deve nortear as ações de luta por terra e reforma agrária. Suzart, Silva e Silva (2012) defendem que esse modelo de educação nasce das experiências de luta, devendo ser constituído a partir das referências dos trabalhadores rurais e organizado em uma proposta pedagógica que reúna seus sujeitos sociais, suas formas de resistência, seus saberes tradicionais e seu modo de vida.

Sua trajetória de militância junto aos movimentos sociais e o compromisso com o bem-estar de seus semelhantes começou quando ainda era jovem, e foi fundamental para a formação de sua identidade sem-terra à medida que se envolveu com os movimentos, os quais ganharam força política e espaço territorial através do apoio de órgãos religiosos. Ela narra:

Comecei essa vida na minha cidade natal e não acabou mais nunca. Aí na década de 1970 fui realmente pra questão do campo, da luta pela terra começando com a questão dos sindicatos né, dos trabalhadores rurais e militei um tempo na CPT, tipo assim, eu fui uma das fundadoras da CPT<sup>41</sup> daqui, de Itabuna, que Ilhéus, embora aqui fosse diocese de Ilhéus que antes era uma diocese só, depois separou. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde sua fundação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e a violência contra o que se conveniu chamar de trabalhadores e trabalhadoras do campo<sup>42</sup>. No Nordeste, os bispos e as dioceses foram particularmente atuantes na denúncia dos efeitos das prolongadas secas (sobre os trabalhadores rurais, sobre o pequeno

---

<sup>41</sup> A Comissão Pastoral da Terra foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e para ser um suporte para a sua organização (<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>).

<sup>42</sup> Conflitos no Campo: Brasil 2018. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2019



proprietário, sobre o arrendatário) e da relação disso com a crescente emigração na região; e em 1981 as Igrejas Católica e Luterana lançaram um manifesto a favor da reforma agrária “Terra de Deus, terra para todos” (REIS, 2012).

A participação de Ipê-roxo na organização e fundação da CPT na microrregião Ilhéus-Itabuna, revela sua empatia pelas causas sociais e pelos movimentos de luta. Para ela, a necessidade de sentir o que seus semelhantes viviam pela ausência de recursos, foi o início de sua trajetória como militante. Suas ações junto a CEB, fomentaram a organização e desenvolvimento das ações de luta pelo acesso à terra e reforma agrária na região Sul da Bahia. Durante sua trajetória de luta, a educação foi utilizada para conceber a identidade sem-terra dos acampados e assentados. Sobre isto ela afirma:

Nos acampamentos já era um trabalho preventivo, então você fazia todo o trabalho de educação ambiental, já pra quando eles irem pras fazendas eles irem com outra visão de preservação. Fazíamos isso porque quem tava acampado já tinha sua produção por ali e então a gente fazia toda essa orientação toda essa discussão com quem fosse, com as mulheres e tal [...] Eu virei professora informal né, porque tipo assim, eu fazia educação ambiental, na questão com as mulheres era a questão da reconstrução da identidade e autoestima, mas tudo na questão ambiental, na questão da organização, e na questão ambiental, então eu era professora e era um trabalho continuado, porque você trabalhava com aquelas pessoas anos, e as vezes tipo assim, sentava dois, três dias de cada vez, a cada quatro meses, então o processo de educação continuava mas não na sala de aula, quer dizer, tinha sala de aula porque tinha a formação com os grupos e depois tinha a observação deles no dia a dia né, e depois voltava a observação deles na sala de aula o que perceberam “coisa que eu não via - menino é” aquele negócio muito, muito gratificante. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Essas memórias promoveram conhecimento sobre desdobramentos da luta camponesa na região Sul da Bahia, esquecidas em meio as histórias apresentadas em documentos oficiais e pela negligencia social herdada do coronelismo. Para Silva, Torres e Lemos (2012), aos povos do campo é imposto um trabalho desprovido de reconhecimento social, mesmo que seu trabalho cotidiano tenha um valor, possua uma mística, uma relação com os modos de vida específicos da área rural; a educação escolar ofertada não considera, na maioria dos casos, o trabalho dos povos campesinos através de suas cosmovisões, mas, ao contrário, impõe uma cosmovisão

urbanocêntrica<sup>43</sup> que inferioriza o trabalho no campo, reduzindo-o a um trabalho braçal desprovido de valor, de conhecimento e de validade social.

Menor ainda é o reconhecimento sobre a participação da mulher na reforma agrária brasileira. Mesmo com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 189, determinando que “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentemente do estado civil”, houve pouca persistência no que tange a implementação dos direitos das mulheres à terra (DEERE, 2004). Mas esse fato não diminui a confiança do trabalho feminino em áreas de reforma agrária e sua participação nas ações de luta pela terra.

Karam (2004) afirma que as mulheres desempenham um papel fundamental em todo o processo de produção; nesse campo elas têm sido precursoras dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo que desafia a produção convencional a pôr em prática saberes adquiridos por gerações. A autora expõe sobre a importância do trabalho feminino na reintrodução de sementes, que aguardadas nas hortas domésticas, passam a fazer parte das articulações e costuras do tecido social da unidade familiar e da comunidade.

O trabalho das mulheres na articulação de ações para ocupação de terras, organização de acampamentos e estruturação de assentamentos, é essencial para os movimentos sociais alcançarem o sucesso, pois as mulheres além de executar múltiplas tarefas, são detentoras de saberes ancestrais sobre conservação e manejo de plantas alimentícias, medicinais e tóxicas, que são utilizados na preparação dos locais de acampamentos. Nessa perspectiva, Jequitibá-rosa narra sua história de vida e trajetória na luta por terras e reforma agrária:

Meus pais eram agricultores, mas mudaram pra São Paulo buscando uma vida melhor. Eu nasci em São Paulo. Quando meu pai percebeu que não dava mais morar lá a gente voltou pra Camacan, morar lá. A cidade entrou numa situação que não dava mais pra continuar na cidade, que foi logo na entrada da vassoura de bruxa, a cidade parou, ai não tinha mais opção na questão de emprego, na época meu esposo tinha uma loja, mas não tinha mais movimento, ai surgiu a oportunidade dele vir trabalhar em Ilhéus e a gente veio embora pra cá. Nos anos 2000 eu recebi o convite de uma pessoa pra vim participar de um acampamento, e a partir daí começo a luta e a militância. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

---

<sup>43</sup> O modelo urbanocêntrico foi utilizado para se referir à concepção de educação e modelo didático-pedagógico utilizado nas escolas da área rural, que tinham a mesma estrutura das escolas da cidade, ou seja, um modelo atrelado ao processo de urbanização. Silva (2009). As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

O município de Camacan foi o maior produtor de cacau da Bahia nos séculos XIX e XX, e onde os impactos da crise foram mais visíveis. Após os primeiros anos de convivência com a vassoura de bruxa, as áreas de mata primária e secundária foram frequentemente derrubadas e queimadas, o que representou grande risco para a capacidade de fertilidade do solo e qualidade dos rios, além de provocar danos para a biodiversidade e o microclima local (COSTA, 1996).

Outro aspecto da narrativa de Jequitibá-rosa reflete sobre a consciência crescente das mulheres sobre o reconhecimento de seus direitos a terra, e como isso fortaleceu suas habilidades em defender e perseguir interesses políticos e estratégicos. Seu compromisso com o empoderamento, com as lutas coletivas e formação política, promoveu o crescimento dos grupos de mulheres e de lideranças capazes de organizar modelos de desenvolvimento que contemplam a igualdade de gênero através da distribuição de atividades diárias, oferta de oportunidades de cargos de representação coletiva e ocupação dos espaços políticos.

De acordo com Gomez Pereira et al. (2016), a participação das mulheres na agricultura tem se transformado e lhes assegurado através do empoderamento lugar dentro dos espaços de disputa no campo, principalmente através da conquista de direitos sobre o acesso à terra, a educação, a cargos de liderança dentro de movimentos sociais. No entanto, os autores também destacam que a participação das mulheres na agricultura familiar ainda tem sido considerada como “ajuda”, revelando uma visão machista e patriarcal, uma vez que considera a atividade agrícola como sendo apenas de responsabilidade e obrigação masculina.

Este pensamento transmite a ideia errônea e distorcida de que a mulher não faz parte do processo de fortalecimento da agricultura familiar. As memórias de Jequitibá-rosa e Ipê-roxo reafirmaram que os espaços de trabalho e atividades comunitárias tem sido gradualmente ocupado por mulheres, e que além das atividades de produção, elas participam de reuniões, assembleias, organizam atividades e criam nichos de comercialização, lugar que foi ocupado, prioritariamente, por homens.

Jequitibá-rosa é neta de lavradores do café, cresceu vendo seus pais e avós trabalharem nas fazendas para acumular capital a fim de conseguir suas próprias terras. Não teve envolvimento com as lutas por terra e reforma agrária antes de sua vinda para Ilhéus, o que não a impediu de juntar-se as mobilizações sociais e ao assentamento que atualmente reside com sua

família. Para ela, a educação oferecida dentro do assentamento proporciona oportunidade ao desenvolvimento social e político de cada indivíduo. Em sua narrativa Jequitibá-rosa enfatiza:

Uma coisa importante que eu percebi quando cheguei aqui, era a situação da educação, que tinha muito dedão. O pessoal ao invés de assinar as atas, era o dedão colocado. E não tinha escola funcionando, tinha tido uma antes, mas acabou fechando, uma coisa assim, sem muita importância, então as crianças, os pais tinham muita dificuldade pra poder levar lá pra baixo, pro Banco da Vitória, onde tinha escola pra colocar as crianças pra estudar, as crianças ficavam muito na rua, com pipa, com gude, entendeu, e sem nenhum ensino. E outra situação, a situação dos assentados, que iam para as assembleias, a gente percebia aquela situação de, é, muito, as pessoas voando. Na hora da votação não tinha um conhecimento do que eles estavam votando ali, e eu perguntava “você sabe no que você votou?” “ahh! Pra quê”. Era uma obrigação pra cumprir, de tá lá, de melar o dedo na esponja colocar na ata e pronto. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

As mulheres camponesas emergem em diferentes cenários como sujeitos sociais, históricos e econômicos, que tem constituído uma força de trabalho mundial; constroem lutas e enfrentam os mais diversos mecanismos de opressão, aumentando sua visibilidade política através do sindicalismo oficial, que tem crescido publicamente a partir de debates políticos sobre a posição delas em cargos de lideranças (MENDES et al., 2014). A busca por empoderamento fortaleceu as mulheres nas comunidades e assentamentos quanto ao seu papel de líderes, garantiu o acesso à terra como beneficiária e incluiu o trabalho doméstico estratégico na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Populações do campo querem o reconhecimento da sua presença sobre a terra, “querem a reformulação das relações sociais e a ampliação dos direitos sociais” (MARTINS, 1993). A educação reivindicada pelos povos do campo não é a educação propedêutica e enciclopedista, o camponês luta por uma educação que valorize sua cultura, seus saberes, suas crenças; sua luta é para que a diferença que caracteriza o campo não desvalorize seus processos de produção de conhecimento e suas formas de organização da ação educativa (SILVA; TORRES; LEMOS, 2012).

Durante a narrativa de Jequitibá-rosa percebe-se que, o envolvimento da comunidade nas decisões sobre o funcionamento do assentamento não era unânime. Para os assentados, a participação em assembleias significava uma obrigação determinada, até então, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); que para eles representava o órgão fiscalizador. As assinaturas das atas, era o meio apenas para provar o planejamento, organização

e execução de ações que objetivavam manter o desenvolvimento nas áreas de produção tanto individuais, quanto coletivas, mantendo-as produtivas pelas famílias assentadas.

A educação é elemento central para a construção de uma cultura alicerçada nos ideais e valores da democracia, da inclusão social e da formação de sujeitos de direitos; os processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais estão situados, em sua grande maioria, no âmbito da educação não formal (PEREIRA, 2015). A organização de uma escola com classes multiseriadas permite a troca de experiências, a valorização de saberes e a problematização das contradições acerca do processo educativo, por outro lado, pode contribuir na desmotivação de alguns educandos, que não se adaptam a esse modelo de ensino.

Após anos de luta pelo direito a educação, Jequitibá-rosa conseguiu que o município de Ilhéus permitisse o funcionamento de uma escola dentro do assentamento. Para ela, as classes abertas promoveram a alfabetização de crianças, jovens e adultos, e contribuíram para a transformação de um movimento social que visava conquistar direitos sociais, em uma organização política local; mas, que também se estruturou para contribuir na ressignificação dos assentados e na valorização do trabalho camponês. Assim ela relata:

(...) em 2004 eu falei não, aqui tem que ter escola, aí fui lá pra baixo (*pra prefeitura – grifo meu*), mesmo não sendo da direção, porque não é preciso você estar na direção pra poder fazer algo, entendeu, eu acho que quando você tá na luta o compromisso é de todos. Aí peguei uma pessoa que já tinha mais tempo na comunidade, fui pra prefeitura pra solicitar a questão de ter um professor, da escola funcionar e aí a prefeitura atendeu o pedido, entendeu, então passou a ter. Uma das coisas que eu exigi foi pra que fosse professor da comunidade, pra que a prefeitura pudesse contratar os daqui pra dar aula aqui, porque eu achei que pudesse ser um incentivo e eles passaram a dar credibilidade também. Aí foi colocado, a prefeitura exigiu que eu apresentasse a lista de alunos, então a gente saiu por aí colocando, e pra que pudesse ter uma credibilidade maior, eu falei não, vou colocar meus filhos também, né. Foi assim até tive muita crítica assim, da questão da família, “como é que você vai colocar seus filhos numa sala multiseriadas, pra retardar o aprendizado deles, não vai dar certo”, eu falei não, eles vão estudar lá e coloquei, os meus filhos já estão matriculados aqui, já coloquei o nome deles, coloca o seu também, vem, não sei o que, e a gente conseguiu montar a turma, pegamos as pessoas do assentamento, do fundo, da beira do rio, e a gente colocou, a escola funcionou, e aí depois como era situação de alfabetização a gente conseguiu fazer umas turmas do Alfabetiza Brasil<sup>44</sup>, e a

---

<sup>44</sup> Jequitibá-rosa se refere ao Programa Brasil Alfabetizado que é realizado pelo MEC desde 2003 e está voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na

gente conseguiu montar nove turmas, todos com professores do próprio assentamento. Aí nove turmas de alfabetização pros adultos, que era pra sair da questão do dedão, o pessoal passar a assinar. E aí essas nove turmas aconteceram, foi feito, o pessoal aprendeu, hoje a gente não tem ninguém mais dentro da comunidade que coloca o dedão, entendeu. Todos foram alfabetizados, muitos seguiram ainda, estão seguindo. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

A organização e funcionamento das instituições formais e não formais de ensino nos assentamentos, geralmente proporcionam a formação política e social de crianças, jovens e adultos, pois estabelece uma ligação concreta entre a educação e a luta por terras e reforma agrária. As memórias sobre a construção do processo educativo implementado nos assentamentos de reforma agrária e a eficiência desse processo na formação de jovens e adultos camponeses, representa o caminho a emancipação dos movimentos sociais em todo o país.

Os esforços por uma Educação do Campo no Sul da Bahia não têm sido fáceis, já que as políticas públicas não são cumpridas devidamente, e a negligência das autoridades ultrapassa todo o limite de uma gestão justa e conciliadora das diferenças entre educação urbana e educação do campo. Sem um processo educativo pensado para a realidade dos movimentos sociais, as mobilizações passam a ser marginalizadas devido à falta de uma argumentação sólida acerca do que é a luta pelo acesso à terra, para quem ela é feita, por quem essa luta deve ser realizada e quais os objetivos de mantê-la ativa e permanente:

Um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é reeducar-nos para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. Eles nos lembram que os sujeitos estão em movimento, em ação coletiva, e que são atores em público. Sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo. Em movimento. (ARROYO, 2003, p.33).

Potencializar o movimento pedagógico significou aproveitar melhor os acontecimentos para o crescimento da coletividade, entendendo que os conflitos e contradições são o motor, e não os obstáculos, ao processo formativo (CALDART et al., 2013). Logo, o processo de construção de um ambiente educativo não pode realizar-se sem uma análise coletiva; a responsabilidade de

cada sujeito surge através do debate e garante que o processo contribua na organização política e cultural dos assentados (camponeses).

Atuando na construção coletiva de um movimento de empoderamento e de legitimação da sociedade camponesa, Bucumuxá afirma que “a terra tem que cumprir uma função social e todas as áreas ocupadas precisam ter alguma serventia” (Entrevista cedida em 17.11.2019). Em um contexto que sugere um novo modelo de educação voltado a promoção da igualdade social, sua afirmação corrobora com o lema do MST “Terra para os que nela vivem e trabalham” (BRANFORD; ROCHA, 2004). Para este colaborador é importante que a reforma agrária e a luta por terras sejam realizadas e reconhecidas como meios de (re) construção social, pois alcançar o respeito, a pluralidade das populações e conseguir firmar a importância da biodiversidade para alcançar a dignidade humana, são atos ainda altruístas frente a falta de acesso a serviços básicos como alimento, educação e moradia.

Todavia, nesse contexto de luta por acesso ao direito a dignidade, as memórias contribuem como forma de conhecimento e como experiência, é a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas que relacionam tradições, gerações e conhecimentos (DELGADO, 2007). Por sua vez, as memórias passam a ser seletivas, assim como atributos de atividades naturais, do lembrar e do esquecer, transformando-se em importante veículo de poder de sentido transitório, capazes de transmitir relações e representações coletivas ao longo do tempo e do espaço.

As memórias estão intimamente relacionadas a disputas por poder, e sua exigência deve levar em conta as grandes dificuldades que pesam sobre a transmissão oral e o lembrar; caso essas dificuldades sejam desconsideradas, o discurso de memória corre o risco de ser rapidamente apropriado por uma história oficial (alternativa), em que outros inimigos são construídos (PAIXÃO; FRISSE, 2016).

As análises das narrativas, proporcionaram um conhecimento maior sobre como a educação representa um pilar importante na construção da luta por acesso a terras e reforma agrária, da identidade sem-terra e para a transmissão das memórias coletivas do grupo. Realizar este trabalho no qual as memórias sociais foram compartilhadas como forma de preservação de suas conquistas, representa a confiança sobre a integridade da pesquisa.

Participante do Movimento de Luta Pela Terra (MLT), Biriba assume que há dificuldades em organizar um modelo de educação dentro dos assentamentos, mas afirma que mesmo diante

dos obstáculos estabelecidos pela marginalização e vulgarização da luta por terras e reforma agrária, o MLT tem conseguido junto com outros movimentos sociais apresentar seus colaboradores e adeptos uma alternativa de renovação. Para ele a educação significa resistência:

Vamos lá, tinha umas políticas públicas se não me engano chamada PRONERA, é que fazia essa questão da educação nas áreas de assentamento, mas hoje é difícil, poucos assentamentos aqui em Ilhéus, vamos dizer assim de sete, dois tem escola dentro do próprio assentamento, escola rural. A maioria vai estudar nos distritos, a prefeitura manda um ônibus e vai estudar nos distritos próximos ou vem pra sede aqui mesmo em Ilhéus, mas to lhe dando uma ideia mais ou menos, que de sete assentamentos, dois ainda tem escola, muito pouco, e só da primeira à quarta série. Não tem uma escola agrícola. (Entrevista concedida em 11.12.2019).

Para Molina e colaboradores (2014), o PRONERA fôra responsável pelo processo de formação dos jovens, que passavam a contribuir para o processo de produção de novos conhecimentos necessários a mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma matriz tecnológica nova, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Exemplo emblemático foi a Universidade Federal do Ceará (UFC), que criou um grupo de trabalho em Reforma Agrária para realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão para auxiliar a pequena produção dentro de assentamentos (MOURA SÁ; MOLINA, 2014).

Através da Pedagogia da Alternância, estas instituições de ensino procuram valorizar as situações e experiências cotidianas dos estudantes e de seus familiares, incentivando a elaboração de propostas concretas voltadas para o trabalho no campo e a valorização da cultura e modo de vida inerentes a esse lugar; com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento socioambiental das comunidades rurais e evitar o êxodo dos jovens para a cidade (CERQUEIRA; SANTOS, 2004).

De acordo com as memórias de Biriba, a institucionalização do MLT enquanto movimento social de luta pela terra é o resultado de três processos concomitantes e aparentemente interdependentes, que culminaram na materialização e concretização do movimento como é conhecido atualmente. De acordo com suas memórias, o MLT surgiu mediante a organização do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia; a dissidência de membros do MST do Extremo Sul; e a interferência do PC do B na política sindical rural da região.



O agravamento dos conflitos sociais no campo, ocorridos na região a partir da década de 1980, como reflexo imediato da crise da lavoura cacaueteira, tornou-se assunto constante nos meios de comunicação local; questão que passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, e trouxe para o conjunto da sociedade novos problemas: favelização, aumento do desemprego, crescimento da violência urbana e rural (COSTA, 1996).

Para Baldi e Orso (2013), uma das grandes inovações que os movimentos sociais têm apresentado é a compreensão da necessidade da educação enquanto parte do processo de transformação da atual sociedade. Para os autores, a reforma agrária torna-se fundamental em qualquer política no sentido de promover o desenvolvimento do Brasil e desse ponto de vista, as memórias de Biriba apresentam a fragilidade que representa o sistema urbanocêntrico de educação na formação de crianças, jovens e adultos do campo.

Dentro dos movimentos sociais, a educação é intrinsecamente ligada as questões da luta por terras e reforma agrária, o que converge para um sistema de educação cujas políticas públicas redefinem o sentido da reforma agrária, priorizando não mais a socialização da terra, mas a transformação dos assentamentos existentes em espaços de produção, viáveis economicamente e voltados ao mercado consumidor (MELIANE, 2014). Nessa perspectiva, algumas narrativas evidenciaram o potencial produtivo, com viés capitalista, que pode ser desenvolvido nessas áreas.

A narrativa de Cedro, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e técnico agropecuário, apresenta que é o MST que melhor consegue mobilizar as lutas por acesso à terra e assim realizar a reforma agrária. Para ele, educação é a base do desenvolvimento e transformação da produção agrícola dos assentamentos e, portanto, a principal ferramenta na busca por uma melhor qualidade de vida através da autonomia econômica e emancipação de saberes.

Referente ao modelo de enfrentamento do MST, Dalmagro (2016) afirma que a principal forma de luta utilizada são as ocupações de latifúndios e os acampamentos, cuja presença de centenas ou mesmo milhares de famílias exerce grande pressão para a legalização da desapropriação, ou seja, as ocupações e os acampamentos são ações de grande radicalidade pois questionam a propriedade privada da terra, e por isso são combatidos pela classe dominante que buscam inviabilizá-los das mais diversas formas.

Bacumuxá também compartilha da ideia que o MST é o mais influente movimento social no Brasil, sobre isso ele afirma: “o método do MST foi o que utilizaram nas primeiras ações dos

movimentos sociais na Bahia e no Sul da Bahia, era ocupação com muitas famílias e que se implantou em todo o Brasil” (Entrevista concedida em 17.11.2019). Entre as memórias de Cedro, está a descrição sobre como as ações do movimento influenciaram em transformações sociais coletivas na região:

Uma das grandes coisas importantes que tem aqui na região hoje (Ilhéus-Itabuna), que tem muitos assentamentos com agricultura orgânica atuando com a agroecologia [...] Lógico que essa não é uma discussão fácil, porque a tradição dos agricultores não é essa né, os assentados tem uma tradição que não é da agroecologia, esse é um processo de formação que tá sendo feito, por isso que se incentiva as escolas, os cursos, instalação dos cursos do PRONERA dentro dos assentamentos, pra você começar a introduzir isso na dinâmica inclusive na parte da educação, pra que as pessoas se eduquem da importância da agroecologia. (Entrevista concedida em 15.09.2019).

Em suas conclusões, Michelotti (2014) afirma que a dissolução do PRONERA implica na dissolução de cursos, que tinham grande responsabilidade em contribuir com as lutas camponesas. Por um lado, por incorporaram na academia a questão agrária sob a perspectiva crítica ao projeto hegemônico, dando visibilidade ao campesinato; por outro, por contribuírem para um diálogo de saberes entre camponeses e acadêmicos, fundamental para a consolidação de novas bases técnicas e políticas para um projeto camponês contra-hegemonico e emancipatório para o campo brasileiro.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), extinto pelo atual Governo Federal, foi um exemplo nacional da luta pelo direito à educação; desde sua fundação em 1998, promoveu ações que qualificaram a formação profissional de trabalhadoras e trabalhadores, melhorando suas vidas, reescrevendo seus territórios e mudando o campo para melhor. Seu principal objetivo era fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas às especificidades do campo, para contribuir com a promoção do desenvolvimento, resgatando e religando dois mundos historicamente separados, quais sejam: o mundo escolar/acadêmico e o mundo rural (DE PAULA et al., 2015).

O PRONERA foi responsável até 2015 pela formação superior de 192 mil camponeses e camponesas, mas foi interrompido através do decreto 10.252/2020 publicado em Diário Oficial. Nas circunstâncias do referido ato presidencial, a coordenação do INCRA responsável pela Educação do Campo foi extinta, o que por sua vez tornou inviável a continuação do programa

voltado a educação em áreas de reforma agrária. Nesse contexto, a desarticulação de setores de órgão governamentais através de decretos, leis ou medidas provisórias, sugere que as populações do campo não são respeitadas em seus direitos mais fundamentais.

Em contrapartida, tanto o Movimento de Luta pela Terra, quanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, têm realizado um trabalho significativo na validação dos conhecimentos tradicionais como ferramentas pedagógicas dentro do processo de ensino aprendido oferecido em alguns assentamentos. Amescla, outro representante do MLT, compartilhou suas memórias sobre o processo educativo nos assentamentos e apresentou uma realidade vivenciada por muitas famílias de pequenos agricultores:

A gente tinha o movimento fazendo educação, agora temos a cooperativa fazendo fortemente essa parte. Esse é o trabalho, trabalhar os jovens e o público infantil. Esse foi um grande desafio; nós tínhamos escolas, mas o município fechou duas escolas nossas né, a escola do Vila Isabel foi fechada e a escola do Horizonte, e os alunos sendo remanejados. É um equívoco, as prefeituras têm um pensamento diferenciado pra barretar custos, então é melhor você pegar aluno e trazer (para as cidades) do que você levar (professor para a escola), então esse é um problema terrível. Todos os alunos foram pra cidade. Nós temos um problema com os municípios, porque os municípios têm as secretarias de agricultura não como secretarias, mas como cabides de emprego, aí emprega o cara lá sem formação nenhuma, aí faz aquela articulação e fica os quatro anos. As escolas rurais e a secretaria de educação têm vocação mais urbana do que rural. Aí você vê hoje, um aluno que toma um suco ou que não come o próprio aipim da própria escola que está ali no entorno, então você não tem uma política agrária entorno da escola rural. E não digo só as escolas que estão no assentamento não, as escolas que estão nos povoados, que tá a 12 Km do município também tem essa deficiência né, ela é praticamente rural e pensar que todos os alunos vão ter a formação de doutor, advogado ou médico, não quero dizer que não seja um sonho dele; mas não vai ser o perfil de 100% daquele público. Aí dava pra trabalhar a atividade agrícola que envolveria o próprio assentamento, a comunidade de entorno pra ele se desenvolver. Eu acho que a gente começou bem com o PRONERA através do INCRA, mas teve uma queda muito grande em recurso e tudo e também, são ações que não casa com os entes públicos, deveria casar com os municípios, as ações do PRONERA que é uma educação do INCRA, mas deveria estar casada com políticas municipais e desenvolvimento das áreas rurais. Que hoje nós temos um grande problema de êxodo rural e pessoas acima de 60 anos nas áreas, pra você tem um trabalho muito grande; se você não retomar os filhos desses agricultores e tudo pra essa atividade, vão ter muitas áreas aí abandonadas por muito tempo, é um grande desafio. (Entrevista concedida em 15.01.2020).

Para Esmeraldo et al. (2014), o PRONERA foi uma política pública que nasceu da luta pela ampliação dos direitos por educação formal, para populações residentes nas áreas de reforma

agrária, em atendimento à histórica reivindicação dos movimentos sociais rurais por escolarização no campo rural. Diferente da experiência de Amescla com o programa, Esmeraldo e seus colaboradores afirmam que o PRONERA vinha sendo realizado por meio de projetos voltados para oferecer cursos de alfabetização e ensino nos anos iniciais e finais dos ensinos fundamental e médio, além de cursos profissionalizantes e de graduação na modalidade Pedagogia ou Pedagogia da Terra.

A luta por uma Educação do Campo tornou-se uma bandeira levantada pelos movimentos sociais rurais no Brasil como forma de garantir sua autonomia, emancipação e liberdade (RIBEIRO, 2010). Propostas análogas que surgiram em outros países serviram de inspiração para o desenvolvimento do modelo das Escolas Família Agrícola (ou como se refere Biriba, escola agrícola) que tem suas origens mescladas em dois movimentos: o da Mansion Familiare Rurale na França e o da Escola Família Agrícola na Itália.

O bem-estar da população do campo é a prioridade das lideranças locais, pois com o desenvolvimento social e econômico, estes indivíduos conseguem ter sua mão de obra assimilada em programas governamentais e não governamentais voltados ao desenvolvimento social e tecnológico dessas comunidades. Isto posto, o ganho de recursos financeiros para o planejamento e operação de cursos de médio e longo prazo, cujo objetivo seja fomentar mão de obra qualificada dentro dos assentamentos e promover a inclusão dos educandos no sistema de escolarização da normalidade, deve ser a prioridade de cada localidade.

Sobre a necessidade de estruturar e dar qualidade ao desenvolvimento educacional de nível básico no campo, com o objetivo de formar líderes, sujeitos dotados de criticidade política e que sejam capazes de promover transformações sociais, Azevedo (2001, p.25) afirma:

Diante dos rumos da reforma educacional nos níveis básicos, ou a possível limitação do Estado na provisão de educação nesses níveis da escolarização, temos caracterizado uma das fortes tendências do pensamento conservador para essas políticas sociais nas duas últimas décadas. Associados ao pensamento neoliberal, que minimiza o papel do Estado nessas políticas, os problemas da educação de qualidade estão enfocados a partir da eficiência do sistema de ensino, e, por isso se justifica a intervenção do Estado, em níveis de ensino compatível com o seu novo papel retraído.

O uso da história oral como metodologia, permitiu que fossem expressadas distintas emoções. Falar de suas vidas particulares e apresentar suas apreensões acerca do legado que estão construindo para as gerações futuras representa, como afirma Cedro, a preocupação coletiva com

o bem-estar dos assentados e apresenta que a partir do modelo de escola técnica tradicional, novos conjuntos de agricultores foram formados, dotados de competências sobre novas tecnologias de produção, gestão de recursos e com habilidades estratégicas de produtividade. Além disso, para ele o modelo de escola adotado forma além de líderes; mediadores do conhecimento tanto na questão agrícola, quanto na questão política. Assim ele diz:

O Terra Vista é um assentamento do MST, então a discussão de como os assentados participam desses cursos (*que são oferecidos nas escolas do assentamento – grifo meu*) é uma discussão interna do MST, é um ponto de direcionamento político que o MST tem em relação a agroecologia. Aquela escola de formação que hoje existe dentro da Terra Vista, é um foco que o MST tirou nas regiões de ter as escolas modelos para desenvolver a agricultura a agroecologia, então no extremo sul tem uma escola desse formato, aqui no Sul tem, no Sudoeste tem, na Chapada Diamantina tem. Essa é uma política interna do MST em relação à implementação a um novo modelo de educação. (Entrevista concedida em 15.09.2019).

A ocupação do atual Projeto de Assentamento (PA) Terra Vista, data de 08 de março de 1992. Representa o resultado das primeiras ocupações do MST na região cacauzeira e teve como ponto de partida a definição de seu modelo de exploração a partir da organização de atividades econômicas como a piscicultura e instalação de agroindústria processadora de frutas; primeiro caso em que o reconhecimento da propriedade efetivou-se através do título de concessão real de uso, destaca-se pelo modelo de não divisão da área em parcelas individuais, ou seja, no Terra Vista a terra é trabalhada e não apropriada individualmente (GEOGRAFAR, 2020).

As dificuldades da luta por terras ultrapassam o aspecto social, aos assentamentos é cobrado um posicionamento político, o que promove rompimento e obstaculiza a organização e desenvolvimento de ações conjuntas. Biriba reflete sobre a necessidade de alianças entre os movimentos sociais, tendo em vista a insuficiência representativa que estes sozinhos exercem junto as políticas públicas. Biriba retomou suas memórias sobre o desenvolvimento educacional do MLT e relatou a dificuldade na construção do processo ensino-aprendizagem:

A educação acontece, mas com dificuldades, e aí já entra a questão do sindicato, da federação, não falo nem do movimento; recentemente a gente fez um curso em um posto de base e lá é muito pouco, lá, só daqui de Ilhéus são doze pessoas ligadas a agricultura. A gente fez o máximo de cada local levar um ou dois pra ser agente multiplicador, a dificuldade é muito grande na questão porque pra hoje em dia abraçar uma bandeira eles tem que mostrar serviço e a dificuldade tá aí, a dificuldade tá aí nisso, ou a gente diz ao nosso povo que a gente tem que tentar mudar, ou é daí pra pior. (Entrevista concedida em 12.11.2019).

Dentro do projeto de educação, busca-se compreender como se forma a consciência organizativa e como se educam as pessoas, para assumirem a condição de sujeitos de um determinado projeto de mudança ou de desenvolvimento social (CALDART et al., 2013). Segundo Mészáros (2007), o real significado de educação é “fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação”. Nessa perspectiva, as escolas modelos têm o papel fundamental de valorizar e promover o desenvolvimento social, político e cultural de seus educandos.

As memórias de Sapucaia, que também integra o MLT, sobre o processo de educação e construção da identidade do movimento, revela a necessidade de fomentar cooperações entre movimentos sociais e instituições de ensino, por exemplo, para não só ocupar um espaço de representação sociocultural e política, mas para transmitir os ideais da luta por terras e reforma agrária, assim como sua importância para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem colaborativo e crítico. Ao perguntar sobre o trabalho de educação que era realizado, Sapucaia narra suas experiências como militante:

É isso, geralmente a gente tinha um canal de entrada, batíamos na porta da escola, das Universidade e falávamos “eu quero falar aqui”, mas as vezes tinham o canal de professor que cedia um espaço na aula dele, um dirigente sindical que conhecia uma diretora de escola que abria espaço pra gente fazer uma palestra e tal, mais mesmo pelos professores mais simpático à ideia, nos convidava pra fazer palestra. Falava sobre o Estatuto da Terra, porque a imagem que se tinha e que se tem até hoje é que sem-terra é vagabundo e é ladrão de terra dos outros, ladrão de terra dos outros, e na verdade existe uma Lei que ampara a desapropriação de terra, existe uma Lei criada no regime militar ainda, o Estatuto da Terra e a gente diz: oh! existe a terra e ela não tá cumprindo sua função social, a função social ela tem que produzir, ela tem que empregar gente, ela tem que cumprir sua função social, se ela não cumpre ela é passível de desapropriação, então a gente tá ocupando pra mostrar ao governo que a gente quer fazer isso que o proprietário não faz. E aí a gente ganhava muito adepto por isso né, foi uma luta interessante essa que a gente fez também nas universidades, escolas, inclusive conheci minha esposa, já conhecia né, me casei, mas a vi lá na universidade que ela era estudante de direito aí a gente se conheceu lá nesse processo né, aí foi assim, o processo foi esse aí. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

O Estatuto da Terra, designado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, foi criado para representar um instrumento institucional, antes inexistente, destinado a adequar a estrutura agrária brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Com a

aprovação da Emenda Constitucional nº 10, imediatamente sancionada, em 9 de novembro de 1964, pelo então presidente Castelo Branco, a União poderia promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos da Dívida Pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia; vinte e um dias após a aprovação da emenda constitucional, o Congresso aprovou e o presidente Castelo Branco sancionou o Estatuto da Terra (STEDILE, 2012).

A conjuntura política do período militar no Brasil desarticulou medidas, que garantiriam a desapropriação de terras e a demarcação dos assentamentos; promoveu a perseguição de líderes camponeses e sindicais em todos os Estados, além de estimular atos contra personagens religiosos importantes para a organização e fortalecimento dos núcleos de luta pela terra e reforma agrária, principalmente no Nordeste e no Sul do país (FERNANDES, 2012; STEDILE, 2012).

O processo de criminalização dos movimentos sociais teve um protagonismo inusitado do Congresso Nacional, tanto a Câmara como o Senado passaram a utilizar mecanismos como Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), Propostas de Fiscalização e Controle, requerimentos de fiscalização ao Tribunal de Contas da União e Decretos Legislativos, com o objetivo de bloquear ações do Executivo, que mesmo secundárias, garantiam algum apoio aos movimentos sociais e a entidades ligadas a reforma agrária (SAUER, 2010; MICHELLOTTI, 2014).

Outro colaborador ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi Samuma. Filho e neto de pequenos agricultores do interior Bahia, foi em São Paulo, enquanto adolescente, que teve seu primeiro contato com uma entidade de organização social de luta pela terra e reforma agrária. Atualmente é membro da coordenação do assentamento no qual reside e vê a educação como base estrutural ao desenvolvimento, manutenção e fortalecimento das ações do MST em abrangência nacional. Para ele:

Nós estamos tentando ir para além da cerca e nesse sentido nós, a primeira coisa foi a discussão “a terra tem que ser medida pelo trabalho” [...] Elegemos, são quatro prioridades que nós temos que eleger pra isso: primeiro é a conquista da terra; segundo a conquista da soberania alimentar, ou seja, da existência; terceiro a renda e quarto a educação, que aí é o maior problema, porque essa educação tem que ser para além do capital. Como nós dependemos do Estado, o Estado dá a educação da normalidade, a educação escravista, escravocrata, então também é um problema, então essas três premissas, essas quatro premissas aí são

fundamentais para o sucesso dos sem-terra. Nós optamos por ter nossa própria escola, mais nós estamos com um problema gravíssimo, que a escola vem de fora pra dentro. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

As relações entre movimentos locais de base popular e mobilizações em torno de um determinado símbolo de defesa dos direitos do homem do campo, carregam consigo a marca de projetos sociais. O registro das memórias através dos relatos contribuiu para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas. Ao recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, foi possível construir evidências via entrecruzamento dos diferentes relatos (DELGADO, 2007).

A educação da normalidade não é apropriada as questões do campo. Educadores e educadoras que atuam em áreas de reforma agrária, tendem a desenvolver estratégias de ensino como meio de alcançar maiores resultados de aprovação, continuidade escolar, interesse na formação e alfabetização de adultos. Portanto, ouvir como os problemas do processo ensino-aprendizagem se devolveram mediante as questões de gênero e sobre a negação da diversidade cultural e étnica que estas áreas apresentavam, ressignificou o posicionamento acerca da problemática da pesquisa e permitiu apresentar resultados constrangedores sobre como políticas públicas em vigor, foram desconsideradas pelo próprio poder público com a finalidade de desmobilizar os movimentos sociais e marginalizar suas ações em prol do direito a uma educação de qualidade.

O MST se coloca na contramão da hegemonia ao defender uma proposta educacional que envolve ampliação do número de escolas para atendimento dos acampamentos e assentamentos, a introdução do tema das lutas dos trabalhadores e sua importância em conteúdo a ser desenvolvido, bem como uma formação política para sua militância, (RODRIGUES, 2017). Esse processo de formação contribui para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos, necessários à mudança do novo modelo de desenvolvimento e para criação de nova matriz tecnológica (MOLINA et al., 2014)

Durante sua narrativa Samuma se refere a escola como construção feita de fora para dentro; dando significado a migração de educadores formados por instituições estaduais e federais (os de fora) para as escolas dos assentamentos (os de dentro). Mesmo profissionais formados em escolas técnicas dos assentamentos, têm dificuldade de incorporar métodos de



ensino-aprendizagem mais eficientes para a educação do campo, já que devem priorizar as diretrizes enviadas pela secretaria do Estado. Ele enfatiza:

As pessoas vem com a formação acadêmica do lado de fora, e como são urbanos, diz que a mente pensa onde seus pés é firme né, ou seja, quem é firme no urbano, sua mentalidade é urbanoide e não consegue ver essa questão do rural, e quando vê a questão do rural vê na ótica do latifúndio, do agronegócio, e não vê uma agricultura na base dos povos, e primeiro que nós somos extremamente colonizados, e todo tempo afirma a negação da negação, nós negamos a si mesmos [...] Muitos dos alunos que formaram nos cursos técnico voltaram pra lecionar, tem poucos, mais muitos voltaram e estão dentro do processo, mas o problema é que a escola, essa escola, ela deforma as pessoas, a gente coloca o filho pra formar e ela deforma, porque como a visão é urbanoide, a concepção é do menino ir pra fora, educação exportadora, não é educação integradora, de reafirmar seu local, sua identidade, então não tem essa filosofia, é de negar os povos originários, é de negar os povos africanos, então é sempre de negação né, e no contexto da escola, como já disse, é cartesiana, das caixinhas, então não é escola holística, que pensa o todo. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

Assim como para Frigotto (2014), o termo agronegócio utilizado por Samuma sintetiza de forma direta tanto os tratos culturais (produção agrícola) quanto a produção de animais (pecuária) na ordem do lucro, sem garantia de alimentos a população, ou seja, a fome não importa tanto quanto os lucros que o produtor latifundiário alcança com a produção agropecuária que desenvolve. Nesse contexto, a complementariedade das narrativas expôs informações sobre o movimento pedagógico que ocorreu nos primeiros anos de organização dos movimentos sociais, das políticas públicas que visaram transformar a realidade em áreas de reforma agrária, mas que foram marginalizadas e interrompidas pelo próprio Governo Federal, além de questões sobre conflitos armados, mudanças de hábitos e popularização de sistemas de produção ecológica.

Os relatos processam memórias e suas respectivas dimensões: a do tempo individual e do tempo coletivo, assim como alimentam imagens, testemunhos e experiências humanas que traduzem a singularidade de cada indivíduo dentro do grupo ao qual pertence. Para Paul Thompson (1992) essa singularidade é uma profunda lição da história oral e de cada história de vida. As memórias foram agrupadas durante o processo de discussão dos dados a partir das semelhanças entre as informações compartilhadas, e implicaram na construção da representação que os colaboradores têm sobre as primeiras ocupações do Sul da Bahia pelos movimentos sociais.

As populações do campo são vítimas do processo de exclusão, reivindicam terra e também o reconhecimento da sua legitimidade como direito social. Martins (1993) afirma que os camponeses exigem a reformulação das relações sociais e a ampliação de seus direitos sociais, pois, mesmo com a expansão quantitativa da escola rural desde a década de 1920, a educação continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima fundamental ao homem do campo.

O uso das memórias na construção de um processo pedagógico diferente do oferecido em contexto urbano, permite que os saberes e as tradições camponesas sejam transmitidos, os acontecimentos passados sejam revitalizados e os projetos futuros construídos. Nessa perspectiva, o uso das memórias pelo coletivo favorece a união desse grupo através de sua ideologia; a transmissão de conhecimentos fortalece a luta por terras e a imagem de uma sociedade despida de preconceitos, nutre realizações futuras.

Os integrantes dos movimentos de luta por terra e reforma agrária experimentam a vida em coletividade, pois a partilha atinge o trabalho e a vida social, os processos de repetição desaparecem com o tempo, e os espaços passam a ser ocupados por práticas sociais, narrativas e pela construção permanente da sua identidade (ZACCHI, 2016). Portanto, para Erll (2018) memórias são forças integradoras, que permitem entender as relações entre tradição e hegemonia; monumentos e consciência histórica, conexões familiares e conexões neurais.

No Sul da Bahia, com base nas narrativas orais e participação por questionário de assentados e assentadas (camponeses e camponesas) entrevistados (as), é possível perceber que, apesar dos diversos ataques do poder hegemônico e de disparidades éticas e políticas dentro das áreas de reforma agrária, estes grupos resistem principalmente por estarem organizados de maneira coletiva, o que lhes propicia a transferência de saberes por meio de práticas educacionais próprias, ações socioambientais, valorização do comércio justo e a comercialização direta de seus produtos ao consumidor final.

O modelo de educação praticado pelos movimentos sociais e a realização de ações pedagógicas através das articulações de núcleos e coletivos de discussões, reitera a necessidade de ajustar, de acordo com as particularidades de cada contexto social, as propostas curriculares e programas de ensino-aprendizagem entregues as instituições. O dever de desenvolver e otimizar uma estrutura pedagógica apropriada aos seus educandos, é parte do compromisso dos movimentos sociais com seus participantes.

Foi possível analisar as narrativas sobre as identidades locais, conflitos gerados pelas disputas de terras, a necessidade de educar para transformar, e avaliar que, mesmo diferentes<sup>45</sup>, os movimentos sociais implementam uma abordagem metodológica de ensino-aprendizagem semelhante, que permite ao educando construir uma base crítica sobre a luta pela reforma agrária e sobre seus desdobramentos políticos e sociais. As histórias de vida ajudaram a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas; contribuíram para divulgar experiências vividas pelos indivíduos e pelo coletivo, e representaram uma maneira de subverter afirmações da história e das ideologias culturais dominantes (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006).

As narrativas dos entrevistados corroboram que há exploração dos homens e mulheres do campo, que a desassistência governamental é uma realidade cruel e que o acesso aos direitos básicos como educação, moradia, saúde e alimentação torna-se uma luta cansativa para os movimentos sociais, que por sua vez permanecem com vigor e assiduidade na batalha de desenvolver e exercitar o modelo de sociedade justa que objetivam construir.

Desse modo, buscando ampliar suas ações e o reconhecimento sobre seu contexto sócio histórico, os movimentos sociais incluíram em seu repertório de atividades o uso de mídias digitais como ferramenta de divulgação das ações de reforma agrária e luta pela terra. Além de utilizar esses veículos de comunicação como meio de adquirir conhecimentos acerca da utilização de novas tecnologias de produção, camponeses e populações tradicionais desenvolvem suas próprias ferramentas de divulgação e valorização histórica e cultural.

O uso do Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp e You Tube, permitem que grupos distantes fisicamente entre si, compartilhem experiências e deem apoio emocional e, às vezes, jurídico a outros integrantes dos movimentos. Estas ferramentas têm auxiliado na organização de grupos, na divulgação de ideias, ações e na promoção das atividades que são desenvolvidas em áreas de assentamento e reforma agrária, como também em comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, por diferentes pessoas e em distintos contextos socioculturais, políticos e econômicos, além de promover uma estrutura mais dinâmica e corresponde as expectativas de elaboração de um projeto futuro de sociedade.

---

<sup>45</sup> O uso do termo diferentes, não representa uma diferença política ou ideológica, mas a ruptura de alguns colaboradores com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### 3.3 MEMÓRIAS RECENTES: O USO DA INTERNET PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>46</sup>

Durante as narrativas orais pude perceber que a relação entre movimentos sociais e redes sociais ainda é muito distante, isso porque, nos assentamentos visitados a maioria dos residentes são maiores de 50 anos, o que por sua vez representa dificuldade em manter-se conectado à internet. Com a idade, aumentam as dificuldades de compreensão sobre o funcionamento de computadores, celulares e outros veículos de comunicação digital, no entanto, com o auxílio de filhos e netos, algumas famílias conseguem estabelecer uma relação mais próxima com as redes sociais.

As redes sociais são uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações a partir de interesses ou valores comuns. Estruturas formadas dentro ou fora da internet, ela é composta por sites e aplicativos que operam em níveis profissional, de relacionamento, político, econômico, educacional, entre outros, mas sempre permitindo o compartilhamento de informações. Muitos as confundem com as mídias sociais, que na verdade são apenas mais uma forma de criar redes.

A presença de jovens nas áreas de reforma agrária tem diminuído com a necessidade destes encontrarem vaga no mercado de trabalho para se manter, já que a desvalorização do trabalho camponês assume o êxodo rural e os problemas sociais que essa migração ocasionam. A falta de infraestrutura é outro obstáculo para a popularização do uso da internet e de suas ferramentas de comunicação; poucos dos assentamentos visitados tem área de cobertura das empresas de internet, o que dificulta o uso do mais popular meio de comunicação digital que é o WhatsApp (ZACCHI, 2016).

Com o WhatsApp as populações camponesas, que dispõem de internet, conseguem enviar informativos, organizar reuniões, desenvolver atividades a longas distâncias e encaminhar, assim como receber documentos. Essa ferramenta tem facilitado a comunicação entre diferentes grupos e auxiliado na organização e desenvolvimentos de núcleos dentro de assentamentos menores e/ou mais distantes geograficamente. Com a disponibilidade da internet, os movimentos sociais

---

<sup>46</sup> Este tópico contém resultados da pesquisa sobre o uso de redes sociais no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem realizada em áreas de reforma agrária e em áreas tradicionais, apresentado no IV Congresso Internacional sobre Culturas realizado na cidade de Cachoeira – BA, entre os dias 21 e 23 de novembro de 2018, sob o título Tecnologias de Comunicação na construção da identidade e da memória social.

tiveram maior condição de se estabelecer e de se organizar frente as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que a revolução digital promoveu, sem, contudo, deixar sua identidade e ideologias sucumbirem as propostas da sociedade hegemônica.

De acordo com Castells (1999) movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos, eles são o que dizem ser e suas práticas, sobretudo as práticas discursivas, são seu auto definição. Os movimentos sociais podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas, entretanto, são sintoma de nossa sociedade, e todos causam impactos nas estruturas sociais. A comunicação sempre foi considerada uma ação política importante no processo de organização das lutas dos movimentos sociais (BARBOSA, 2014).

O uso das novas tecnologias de comunicação por diferentes grupos (índios, movimentos sociais, quilombolas, feministas, desempregados entre outros), tem como finalidade integrar diversas habilidades em um contexto complexo do uso da linguagem. Nesse sentido, a conexão entre as novas mídias se caracteriza pela diversificação e autonomia de um público para o qual toda experiência mental coletiva é virtual.

Para Ianni (2000), os grupos hegemônicos e de resistência passam necessariamente pelo uso dos meios eletrônicos de comunicação e nesse contexto, a mídia passa a exercer o papel antes designado a figura clássica da política. Selber (2004) descreve a tecnologia como uma formação constituída de discursos inseridos nas relações sociais, políticas, históricas e materiais e que, portanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) utiliza as tecnologias e suas linguagens como meio de conscientização política, integrada ao projeto pedagógico da formação de membros.

A dinamização de conhecimentos empíricos associados ao desenvolvimento de comunidades e a seu repertório de saberes, promoveu a corrida pela compreensão e uso das redes sociais e mídias digitais na ressignificação da luta pela terra e reforma agrária. O fortalecimento das ações sobre questões agrárias, direitos humanos, respeito a identidade de gênero, reconhecimento da luta feminina na reforma agrária entre outros, foi possível e teve maior repercussão quando os movimentos sociais expuseram sua realidade cotidiana em páginas da internet compartilhadas entre milhões de pessoas.

Além de marco turístico e histórico, conforme descrito nas obras do escritor Jorge Amado, a Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna passou a ser reconhecida pela força da história camponesa; homens e mulheres que sobreviveram a vassoura de bruxa e revitalizaram a

lavouira cacauera apresentando-a como novo núcleo de produção de cacau e também de chocolate. A compreensão sobre a cadeia de produção ocorreu após anos de subserviência e perdas econômica e cultural, e vem mudando a realidade de muitos assentamentos na região, o que pode ser acompanhado em redes sociais e de mídia.

Propondo levar conteúdos informativos, culturais e essenciais a organização e valorização do trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais do Sul da Bahia é que muitos canais digitais de compartilhamento de informações foram, colaborativamente, organizados através de múltiplas parcerias. O objetivo destes canais é a construção de um núcleo permanente de comunicação, tendo como perspectiva o fortalecimento da comunicação alternativa como ferramenta de luta pela terra.

Durante as observações em campo que compuseram o próprio desenvolvimento da pesquisa qualitativa, e uso da história oral por meio da técnica história de vida, os colaboradores ao serem questionados sobre o uso da internet e das redes sociais como ferramentas de divulgação e apreensão de conteúdo, divulgaram que ainda está distante do ideal a relação que os assentamentos têm com essa tecnologia. As dificuldades geográficas e de recurso humano promove separação e preconceito entre o estilo de vida rural e urbano.

Em contrapartida, por meio da internet, neste caso devido a busca por bibliografia para discussão da tese, identifiquei que a comunicação através das mídias digitais e radiofônicas tem contribuído para a organização da luta pela terra, de coletivos para discussão de aspectos socioculturais e como base do multiletramento<sup>47</sup>. Isso porque o mundo contemporâneo é caracterizado pela multiplicidade cultural das sociedades, que se expressam e se comunicam por meio de textos multissemióticos (impressos ou digitais), ou seja, textos que se constituem por meio de uma multiplicidade de linguagens, sendo elas fotos, vídeos e gráficos, linguagem verbal oral ou escrita, sonoridades, etc., que lhe atribuem significados (CORRÊA; DIAS, 2016).

Para tanto, discutir como as plataformas digitais e radiofônicas contribuíram na divulgação, valorização e fortalecimento das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais no Estado da Bahia, e como as memórias sobre as ocupações da região contribuíram na articulação e organização das lutas sociais em mídias digitais e internet, permitiu apresentar a importância de

---

<sup>47</sup> Conceito que surge para dar conta da extrema complexidade dos novos usos da linguagem – aspectos tradicionais que passaram a interagir com aspectos visuais, sonoros e digitais – e de seus complexos usos por novas comunidades tradicionais. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagem, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006, v.1, p.85-144.

plataformas de educação e de valorização cultural para a construção e empoderamento das ações de reforma agrária como ato político, social, ambiental e cultural, visando a dignidade dos sujeitos, assim como sua autonomia individual e colaboração coletiva para com o desenvolvimento do ambiente de moradia e trabalho.

Construir essa base de dados foi possível através da metodologia história oral que, por meio das narrativas, oportunizou a discussão sobre o uso das redes sociais na construção da luta por terras e reforma agrária, e pela pesquisa quantitativa, através da qual foi possível quantificar o número de sites e plataformas digitais que cumprem o papel de popularizar a educação e desconstruir a identidade marginal das populações do campo. Nesse contexto, utilizando as palavras chave movimentos sociais, educação e redes sociais em repositórios virtuais de pesquisa acadêmica, selecionei bibliografia especializada para realizar as discussões dos dados da pesquisa.

Ligados ao terceiro setor, os movimentos sociais buscam, cada vez mais através de sua ideologia, formas de adquirir visibilidade, sendo assim, através de estratégias de agendamento midiático, buscam estar visíveis para conquistar mais adeptos e disseminar as suas reivindicações, garantindo a divulgação de seus ideais com a finalidade de promover mudanças na esfera social. Contudo, o acesso a essas mídias ainda é limitado em algumas áreas devido à ausência de infraestrutura, como narra Sapucaia:

As redes sociais ajudam, mas a gente tá utilizando pouco, a gente não tá usando essa ferramenta como deveria né. A gente usa os blogs. Mas a gente usa pouco, acho que ainda tá aquém do que deveria estar, isso porque muitas vezes a ausência da internet, muitas vezes você tem que profissionalizar pessoas pra tá fazendo isso entendeu, de tá fazendo a comunicação do movimento, pra tá criando aplicativos que você possa favorecer e tal, não é muito fácil não, eu acho que gente tem utilizado pouco. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

Atualmente, a utilização das mídias pelos movimentos é uma das principais fontes para o engajamento de novos participantes (MACHADO; PÉRSIGO, 2015). Para Gohn (2011) a internet tem sido o veículo articulador de ações coletivas pelos movimentos sociais, e a qual possibilita criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos, dentre os quais estão aqueles que primam pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. Ipê roxo narra a importância dessa democratização na organização do assentamento, mas em contrapartida critica o uso excessivo dos meios digitais de comunicação:

Assim, eu acho que é bom, assim, pelo uso. Por exemplo, como a gente na comunidade, tem gente dispersa, aí criou um grupo que a gente chama de família \*\*\* (o nome do assentamento foi retirado como medida de segurança), que a gente manda recado, a gente marca reuniões, então isso também facilita a gente posta alguns vídeos que a gente acha interessante, até nesse ponto de vista da gente não perder nossa perspectiva de como ser humano, a gente tá atento a isso, porque eu as vezes me choco com essa forma de querer, de hoje a gente se transformou num dedo, só pra digitar, sentimento, ser humano, assim, eu só quero ser o dedo. Então pra mim, ela (*se refere a internet*) é uma ferramenta importante nesse aspecto de que também ajuda na articulação tanto interna, quanto externa né, mas temos os riscos. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Segundo Fonsêca e colaboradores (2018), apesar dos vários benefícios que as redes sociais promovem, como estreitar as fronteiras e facilitar a vida das pessoas, é importante destacar que o uso excessivo pode trazer prejuízos; a possibilidade de se comunicar em redes online pelos celulares, permite uma maior facilidade de acesso aos companheiros, todavia, tal comportamento pode atrapalhar o cotidiano das relações pessoais, especialmente o convívio com seus pares (familiares, amigos, colegas), já que, mesmo na companhia de pessoas pode prevalecer o status de conexão às redes sociais, negligenciando desse modo momentos de interação física (PINCON et al., 2015).

Em meio a disseminação e uso frequente das redes de comunicação digital, pode-se verificar que existem *prós* e *contras*. Para Ipê-roxo, os riscos sobre o uso dessas redes estão ancorados na disseminação de falsas notícias, na desarticulação de grupos, que passam a não mais conviver entre si em sociedade, e na crescente construção de uma identidade genérica dos povos do campo. Em sua narrativa estão expostos a angustia e o temor, sobre o que a juventude campesina se tornará em um futuro próximo, sobre isso ela afirma:

Um dos riscos que eu acho que é a gente trocar, a gente tá substituindo as relações pessoais de se encontrar, de bater papo, é isso que eu to dizendo, invés da gente sair pra encontrar com a pessoa, então eu prefiro e gasto menos, por assim dizer, passando mensagem pra pessoa. E de alguma forma até mascara as relações, não estabelece relações, porque quando eu falo com as pessoas: olha eu sou do tempo antigo e tem coisa que eu não gosto, e eu falo que quero olhar pra pessoas, falando olhando no olho pra ver se a informação que ela tá me dando é verdadeira, então tem coisa que, então telefona, não! Eu to indo aí ou você vem aqui, então acho que a gente quebrou esse vínculo pessoal, e as vezes nas reuniões e tem gente que tá tão concentrada que tá ali voando. (Entrevista concedida em 22.09.2019).



Como ferramenta de articulação interna, a comunicação digital se provou eficiente, mas também um problema para a tomada de decisões, já que atrapalha na concentração dos indivíduos, quando estes precisam estar atentos ao que está se organizando e se desenvolvendo em benefício da área que reside como assentado. A comunicação em tempo real e de longo alcance, ampliou e democratizou o acesso a informação; expandiu múltiplas redes de relacionamento e compartilhamento e proporcionou o descontrole e a manipulação de conteúdo criminosos nesse ambiente das redes sociais (MACHADO; TIJIBOU, 2005).

As redes sociais também são utilizadas para a divulgação do trabalho construído ao longo da última década na região cacauceira. Com a revitalização das lavouras de cacau, com a produção de amêndoas de qualidade e chocolates de origem, foi necessário tomar parte de como fazer a divulgação e comercialização dos produtos produzidos na Mata Atlântica, frente a isso a narrativa de Amescla declarou:

Hoje temos site, Instagram, temos o Facebook né, temos essas redes sociais que a gente participa postando alguma coisa, toda essa atividade e valorizando o homem do campo né, que eu acho que foi isso que se perdeu, acho que isso foi, você comer um chocolate aqui, quando você morde uma barra de chocolate alguém lá atrás teve todo um processo, um histórico de fabricação né, e de luta. Você não tá pagando 10,00 reais no preço de uma barra de chocolate porque, você não tá pagando só 10,00 reais, você tá pagando por um conceito de que alguém precisa ser valorizado. Outra questão nossa aqui, nós temos essa desvalorização do produto né, o produto do chocolate ele é muito cruel; uma barra de chocolate custa hoje 500,00 reais no mercado, um quilo de chocolate, mas o cara lá só ganha uma arroba, ele também não recebe 300,00, é um disparate muito grande. (Entrevista concedida em 15.01.2020).

Dar visibilidade a cadeia de produção do cacau e do chocolate também é um meio de construir a luta e fortalecer a identidade do trabalhador do campo, já que estes são, atualmente, os responsáveis por transformar o deserto verde deixado pela crise da lavoura do cacau em uma floresta produtiva revitalizada. A inovação nos meios de comunicação permitiu que estes indivíduos construíssem uma identidade digital, na qual podem apresentar seu modo de vida, suas necessidades sobre melhores condições de trabalho e a importância da sua produção.

Para Aguiar (2018), a rede é o tecido da sociedade que vai se fragmentando com o objetivo de angariar parcerias e desta maneira influenciar a opinião pública, propagando suas plataformas de trabalho. Com a necessidade crescente de apresentar o trabalho das populações do campo para o mundo, em 2012 surgiu um importante evento de empoderamento camponês e

divulgação científica voltada a valorização do homem do campo, a 1ª Jornada de Agroecologia do Sul da Bahia, que teve como objetivos principais unificar as diversas lutas por terras, reforma agrária, valorização étnico cultural e independência econômica através da soberania alimentar.

Para Callegaro e López (2017) a proposta de resgatar aspectos da biodiversidade alimentar em uma unidade do território brasileiro é uma tarefa desafiadora diante da pluralidade étnica e megadiversidade biológica que cada Território de Identidade<sup>48</sup> apresenta. Para estes autores, o resgate, a produção e a conservação de culturas alimentares e diversidade sociocultural possibilita que a história seja contextualizada e compreendida em sua totalidade.

Do encontro de estudantes, pesquisadores, participantes, apoiadores, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, caiçaras, ONGs e representantes do governo do Estado que ocorreu no Assentamento Terra Vista, município de Arataca, surgiram discussões sobre a agroecologia, tema discutido mais profundamente na próxima sessão, como trabalho laboral no campo e tema de pesquisa sobre atualização tecnológica da produção em pequena escala. Este momento foi marco da construção do Coletivo Cabaça (Figura 04-A) e da Teia dos Povos (Figura 04-B), os quais tem colaborado para a divulgação, organização e manutenção de atividades ligadas a educação, capacitação e realização de mutirões em áreas de reforma agrária.

---

<sup>48</sup> No Estado da Bahia existem 27 Territórios de Identidade constituídos a partir da especificidade de cada região, levando em consideração o sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar sobre o desenvolvimento equilibrado e sustentável em cada região.



**Figura 04-A:** página do Coletivo Cabaça  
**Fonte:** <http://assentamentoterravista.com.br/cabaca/>



**Figura 04-B:** site da Teia dos Povos  
**Fonte:** <http://teiadospovos.redelivre.org.br/>

Entre os anos de 2012 e 2013, surgiram o Coletivo Cabaça e a Teia dos Povos, que buscaram colaborar para a divulgação, organização e manutenção de atividades ligadas a educação, capacitação e realização de mutirões em áreas de reforma agrária, indígenas, quilombolas e caiçaras, como meio de transformação social e valorização étnico cultural. O Coletivo Cabaça localiza-se dentro do Assentamento Terra Vista, mas atua junto a muitos outros assentamentos locais como meio de divulgação de atividades de campo e reuniões sobre as ações de reforma agrária e luta pela terra. Já a Teia do Povos, representa os núcleos de discussão e orientação que se instituíram dentro de diferentes assentamentos e comunidades tradicionais dos territórios Litoral Sul<sup>49</sup>, Extremo Sul<sup>50</sup> e Baixo Sul<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> Composto pelos municípios de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), cada território representa um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais (ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições) e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

A representatividade desses frutos colhidos durante a Jornada Agroecológica, passou a contribuir na dinâmica de organização dos assentamentos, escolas do campo e empoderamento dos povos camponeses, pois apresentou o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras rurais com a devida importância que lhes cabe, sobre isso Samuma afirma:

A agroecologia não é só pra produzir coisas, não é pra produzir mercadorias, a agroecologia é pra (...), é uma ciência que ela é transversal a todos os processos, ela é holística, então nessa parte ela tem forte peso, e o último que eu falei: a educação libertadora pra que a gente possa reconhecer nosso passado, nosso presente e reconstruir nosso futuro, reconstruir não, construir nosso futuro. Então isso só é possível se os movimentos tiverem coragem e capacidade de ir para além da cerca, ou seja, nós fomos capacitados, preparados pra derrubar cerca, e fizemos isso muito bem, inclusive o MST é o maior movimento da América do Sul, se não dizer da América Latina e do mundo. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

A necessidade de organizar o conteúdo da Jornada Agroecológica e promover a mediação dos conhecimentos gerados pelas discussões entre os participantes e representantes dos movimentos sociais durante o evento, direcionou a construção de páginas em domínios da internet, blogs, Facebook, Instagram e também uma frequência de rádio. O conteúdo é, majoritariamente, direcionado a divulgação das ações de luta pela terra, as questões de direitos básicos para alcançar melhor qualidade de vida, multiletramento, etc., ou seja, apresenta interação entre as diversas habilidades e competências destes sujeitos.

Considerada uma ação política importante para os movimentos sociais do Sul da Bahia, a comunicação popular consolidou-se como espaço autônomo dentro de algumas áreas: Casa do

---

<sup>50</sup> Composto pelos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda

<sup>51</sup> Composto pelos municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

Boneco, município de Itacaré (Figura 05-A), aldeia indígena Pataxó HãHãHãe, no município de Porto Seguro (Figura 05-B) e o Assentamento Terra Vista (ATV), localizado no município de Arataca (Figura 05-C). Alcançando maior amplitude e maiores chances de se tornar efetiva ao longo do tempo, através das gerações, minimizando um possível passado de imagem negativa ou até de esquecimento dos valores e objetivos do movimento (MACHADO; PÉRSIGO, 2015).



**Figura 05:** locais dos pontos de comunicação comunitária  
 05-A (casa do boneco – estação quilombola em Itacaré-BA); 05-B (aldeia indígena Pataxó, Porto Seguro-BA); 05- C (Assentamento Terra Vista – estação MST, Arataca-BA)  
**Fonte:** A e B (retirada da internet); C (acervo pessoal)

Tendo em vista que a mídia da sociedade em rede tem grande variedade de canais de comunicação, estas estratégias desempenham um importante papel nos modos de construção de significados extremamente importantes para o trabalho com a terra, e para a transformação das diferentes realidades sociais (ZACCHI, 2016). O uso da internet para divulgar ações e ideias, torna claro ao público as repressões sofridas e as contradições dos argumentos governamentais, quando insistem em marginalizar e vulgarizar o trabalho dos movimentos sociais em busca de equidade social e valorização do conteúdo cultural que albergam.

Os movimentos conseguem angariar apoio entre intelectuais, trabalhadores de bases, pesquisadores e outros setores, isso porque além da luta política empreendida na ocupação de terras, prédios públicos e áreas de convivência social (praças, parques, explanadas, etc.); ocupam lugar nos veículos de comunicação impressa (jornais e revista), em canais de comunicação áudio visual (You Tube) e nas redes sociais (Facebook e Instagram). Em âmbito nacional, os

movimentos sociais defendem que todas as organizações populares tenham seus espaços de comunicação (BARBOSA, 2014).

O site do MST traz que: “o povo tem o direito de organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa e o Estado deve garantir os recursos para que exerça esse direito”. É preciso democratizar os meios de comunicação, começando por acabar com o monopólio privado. Atualmente no Brasil menos de dez grupos – constituídos por famílias ou agremiações religiosas – controlam as maiores redes de comunicação, incluindo televisão, rádio, jornais, revistas e portais na internet.

A luta dos movimentos deve garantir o funcionamento desses meios de comunicação, incluindo as rádios comunitárias existentes no país, como meio para fomentar a mediação entre comunidades e governos, e não compactuar com a burocracia criada pelo próprio Estado para a manutenção do poder da comunicação nas mãos de poucos. Sobre a importância e relevância do uso da internet nos assentamentos rurais, Jequitibá-rosa traz à tona alguns de seus receios, mas também de como tornaram-se necessárias essas novas formas de comunicação:

Esse negócio de Instagram, Facebook eu não gosto. Por que assim, eu acho que é uma coisa muito viciante, e ao mesmo tempo a pessoa usa muito pra questão maldosas, mas a internet em si é muito boa, porque facilita muita coisa, as vezes a gente tem um documento que precisa ser mandado pra Salvador, pra Itabuna, não precisa as vezes ir lá, manda aqui por e-mail, escaneia, faz o documento entendeu, facilita muito a questão dos editais né, que se coloca tudo ali sua proposta, você tem acesso, é muito bom né, mas ao mesmo tempo é um pouco injusto pra situação de muitos na roça, porque nem todo mundo sabe utilizar, tem o conhecimento, eu não digo os mais novos, porque hoje qualquer criança pega um celular e é expert, mas pra situação de pessoas que tá na associação mais idosa, não tem esse conhecimento, na realidade eu falo da questão injusta da internet, mas é a questão do saber mesmo entendeu, se torna injusta no contexto todo. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

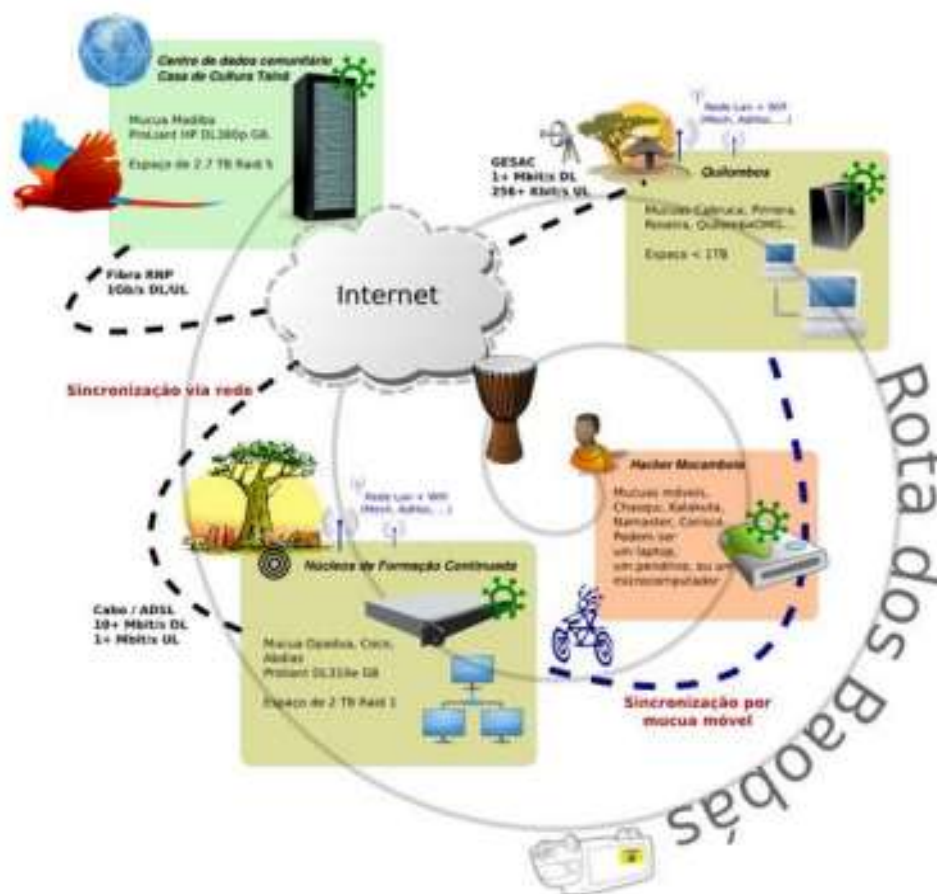
Conforme a narrativa de Jequitibá-rosa, o uso das redes sociais pode oferecer riscos as pessoas. O risco a saúde mental é um exemplo do que a dependência das redes sociais pode ocasionar, para Mayaute e Blas (2014) o uso da internet e das redes sociais é um paradoxo, pois se por um lado as redes sociais auxiliam e aceleram a comunicação entre as pessoas, por outro elas impedem o contato presencial, em que ocorrem as trocas reais de afetos e interação entre amigos e familiares, empresas e produtos.

O universo virtual é, atualmente, o espaço de maior interação entre pessoas, mas nem todas as áreas de assentamento e reforma agrária, ou comunidades tradicionais, que têm sujeitos envolvidos na luta pela terra e reforma agrária, possuem conexão à internet, conforme narrado pelos colaboradores da pesquisa. Esse fato cria obstáculos para a publicação de conteúdos direcionados as questões do campo.

Visando solucionar esta ausência, foi criada pela rede Mocambos<sup>52</sup> a Baobáxia (Figura 06), repositório multimídia projetado para operar em comunidades rurais com nenhuma ou pouca internet (MOCAMBOS.net). Essa rede permite que muitos territórios estejam conectados, e influencia na produção de conteúdo digital voltado as populações tradicionais e camponesas. Cada conteúdo é disponibilizado na plataforma interativa e pode ser visto ou baixado em qualquer aparelho móvel, desktop ou notebook.

---

<sup>52</sup> A rede Mocambos é uma iniciativa da Casa de Cultura Tainã que foi ampliada através do Convênio feito em 2005 com o Programa Cultura Viva Ponto de Cultura Projeto Mocambos. Integra aproximadamente 80 comunidades, em 15 estados brasileiros, em sua maioria comunidades quilombolas, urbanas e rurais e também entidades culturais e de terreiros. Presente em outros países da América Latina, em países da Europa e da África. De âmbito nacional, reuni lideranças negras que acreditam que ser um educador e difusor de conhecimento, vai muito além dos diplomas e méritos conferidos pela educação formal.

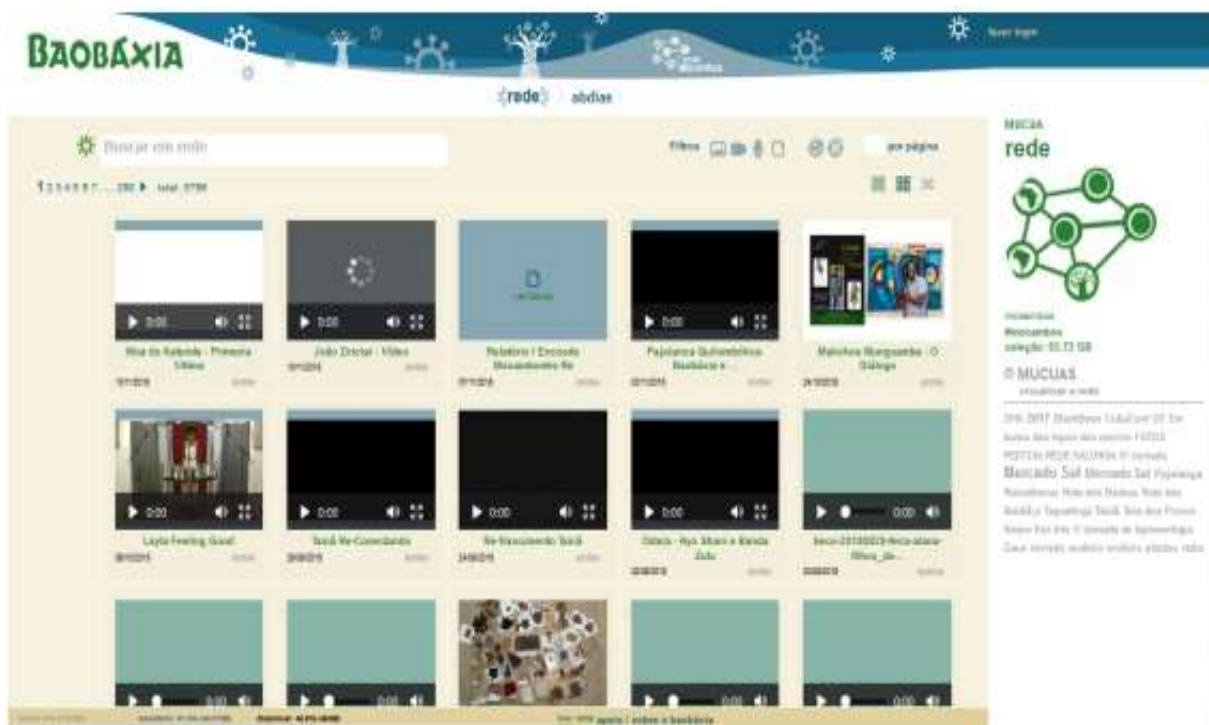


**Figura 06:** esquema de funcionamento da plataforma Baobáxia. A rede Baobáxia é uma coleção de mucúas ou nodos (nós), onde cada mucúia é um computador ligado na rede da comunidade.

**Fonte:** MOCAMBOS.net

Os usuários podem fazer *upload* da própria produção cultural, na forma de áudio, vídeo, texto e imagens (Figura 4). O conteúdo de cada mucúia pode ser sincronizado com o de outras online ou off-line, através das mucúas móveis (*pen drive* e *hd* externo) das pessoas que circulam nas comunidades. Desse modo as memórias se espalham e cada nó pode potencialmente abrigar todo o conteúdo de toda a rede (MOCAMBOS.net). Com o uso dessa ferramenta de transmissão, as memórias passam a ser articuladas entre si, preservando tradições e conexões semânticas, predominantemente orais, em um sistema global de informações.





**Figura 07:** Conteúdos disponíveis em vídeo no repositório Baobáxia.

**Fonte:** MOCAMBOS.net

Nesse espaço, são os próprios usuários que realizam a filtragem e seleção dos conteúdos que consideraram importantes e úteis para a preservação das memórias e do patrimônio biocultural dos grupos. A rede Mocambos através da Baobáxia, oferece apoio recíproco as comunidades que dela participam integrando diferentes programas, projetos e ações voltadas ao desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental, angariando desta maneira novos leitores e apoiadores das questões agrárias e agroecológicas.

A memória social componente da estrutura virtual em rede criada dentro do site da Baobáxia representa as imagens e palavras de um conjunto de pessoas, que através de seus esforços pessoais interpretam, ligam e representam os acontecimentos cotidianos em forma de vídeo, contribuindo para o fortalecimento da própria história de vida. Para Fentress e Wickham (1992, p.70): “as histórias fornecem-nos um conjunto de explicações de reserva subjacentes à nossa predisposição para interpretar a realidade da maneira que interpretamos”.

Outras plataformas digitais são utilizadas como veículo de divulgação e valorização, principalmente étnica e cultural, das ações e da ideologia dos movimentos sociais do Sul da

Bahia, entre os quais o MST possui maior abrangência e organicidade. As redes sociais como Facebook e Instagram são utilizadas para divulgar ações de luta pela terra, cursos de capacitação, encontros e ações socioculturais e ambientais, as quais permitem conhecer a ideologia e as ações empregadas pelos movimentos sociais. A seguir estão exemplos das páginas encontradas na internet, e do serviço radiofônico disponível em plataforma digital:



**Figura 08:** A. Instagram do assentamento Terra Vista; B. Blogspot Casa do Boneco; C. Rádio ligada ao MST.

**Fonte:** Imagens da Internet.

A organização de conteúdos em plataformas digitais e o uso de aplicativos de comunicação facilitam por um lado a aproximação daqueles indivíduos distantes fisicamente, mas por outro podem contribuir para o distanciamento de quem está próximo, como ficou evidente nas narrativas de alguns colaboradores. Essas versões antagônicas sobre o uso e a relevância das redes sociais, e da internet, como ferramenta de planejamento, organização e divulgação das ações de luta por terras e reforma agrária, fazem parte do processo de construção do novo modelo de sociedade a que os movimentos sociais almejam para o futuro, assim como espaço atemporal capaz de abrigar as memórias das lutas sociais.

Os espaços digitais representam um novo ciclo para a história das sociedades, que antes representadas em monumentos, museus e estátuas, atualmente pode ser acessada em qualquer lugar do mundo apenas por uma busca de palavras-chave. A construção de espaços capazes de abrigar diferentes perspectivas sobre as memórias de indivíduos e também da coletividade,

promove a emancipação de povos resignificados mediante a luta pela aceitação cultural, étnica e estética.

Toda essa conjuntura foi trabalhada a partir da (re) construção de um modelo de vida. Para os povos do campo, a mesma revolução tecnológica que lhes garantiu espaços de representação sociocultural e político, também tem garantido um espaço de desenvolvimento econômico. Com o paradigma agroecológico, produção de alimentos sem uso de defensivos agrícolas e adubos sintéticos, a saúde do ambiente e dos seres humanos tem sido largamente contextualizada nas plataformas digitais de comunicação e divulgação, junto a isso, a popularização do consumo de produtos oriundos da agricultura familiar e de pequena escala ganhou espaço em canais de comercialização.

A agroecologia tornou-se um marco de transformação, que reflete a mudança e a adaptação do grupo aos novos contextos sociais, econômicos e políticos que devem privilegiar ações de conservação ambiental, na perspectiva de conduzir o projeto futuro a um novo degrau de desenvolvimento. A mudança que estes grupos desejam ver refletidas na sociedade, começou com eles agregando valores ancestrais a ideia de ambiente saudável e futuro comum; nesse sentido, a valorização dos recursos humanos para a produção saudável é o início de uma próspera cadeia de conservação e lucratividade.

Durante as narrativas ficou evidente a necessidade de uma infraestrutura e de capacitação pessoal para lidar com o cenário digital que se desdobra atualmente. Construir um repertório de conhecimento para agregar valor à cultura de cada população, é um desafio plural a ser transposto pelos líderes locais. Samuma indica que o uso do Instagram e do Facebook se tornou essencial a divulgação, organização e desenvolvimento de atividades ligadas a reforma agrária, a luta por terras e a conquista da autonomia econômica através da venda de produtos da floresta.

Nenhum dos colaboradores citaram a existência da Mocambos, da Casa do Boneco ou da Rádio do MST, o que pode dar significado a ausência de inclusão dos assentamentos a nova realidade do universo digital. Em contrapartida, indicaram suas páginas do Facebook como mural de divulgação de informações relevantes as ações de planejamento e organização de atividades nos assentamentos e o Instagram como veículo de comunicação visual de produtos do cacau.

As memórias sobre como os movimentos sociais têm se mantido frente a disputas políticas, embargos econômicos e desvalorização cultural, são indispensáveis a organização e delineamento de um novo modelo de gestão. Isso porque, para construir uma sociedade capaz de

se autogerir, esses movimentos sociais necessitam de investimentos governamentais em segurança, moradia, alimentação e educação, nada além dos direitos que já lhes são garantidos pela Constituição.

Necessariamente, o conhecimento acerca do histórico de lutas por terra e pela reforma agrária é o começo do entendimento sobre como essas populações vêm (re) construindo e (re) afirmando seu lugar na terra, de modo a assegurar que esta cumpra sua função social: abrigar sujeitos destituídos de bens, mas capazes de cultivar para sua subsistência. Dentro dessa perspectiva, a seguir foi abordado como o processo educativo integra o desenvolvimento de um modelo de gestão pautado na agroecologia, que como ciência multidisciplinar e interdisciplinar, permite que conhecimentos ancestrais sejam utilizados junto a inovações tecnológicas, aumentando a eficiência do plantio, melhora as relações políticas e culturais, além de maximizar lucros.

## **4 MEMÓRIAS E CONSERVAÇÃO: A AGROECOLOGIA NO SUL DA BAHIA**

*Em sua origem, a ordem social é determinada pelo grau de desenvolvimento do trabalho e da família*

(Guzmán e Molina, 2013)

### **4.1 MEMÓRIAS DO CAMPESINATO E O PARADIGMA AGROECOLÓGICO**

De acordo com Gagnebin (2009), a memória dos homens se constrói a partir de dois polos; o primeiro da transmissão oral viva, que é frágil e efêmera e o segundo da conservação pela escrita, que talvez perdure por mais tempo, mas que em contrapartida desenha o vulto da ausência. Nesse contexto, memórias são importantes pontos de fixação, capazes de assegurar certezas dispendo do esplendor e da fragilidade da própria existência, assim como dos esforços para mantê-la.

A capacidade plural da cultura humana em manter relações entre sujeitos em diversas formas, contribuem para a organicidade das sociedades mediante suas prioridades e realizações. Desse modo, deve-se considerar que nossa condição de mortais exige que cuidemos de nossas memórias, para que estas, através da narração e da escrita, sejam capazes de documentar o que nossos antepassados viveram e assim permitir, aos descendentes fazerem escolhas diferentes e melhores para si e para o coletivo em perspectiva presente e futura (ROSSI, 2010).

Para Ribeiro (2005), as memórias são atributos naturais de atividades coletivas capazes de atuar na construção de identidades e organizar lutas políticas. Nesse contexto, Perochena (2020) associa as construções da memória aos guerreiros memoriais, que buscam esclarecer a verdadeira história sobre uma história falsificada, dando lugar a um regime memorial fraturado e aos negadores da memória, que evitam entrar nas batalhas do passado para manter um regime memorial unificado.

Memórias como recordações evitam a repetição, e repelem a construção de que memórias são passado. Reconhecer a importância das memórias para a construção e para a transformação social, permite que como seres sociais apliquemos os conhecimentos acumulados por gerações a

novas estruturas de governo por exemplo. Nesse ponto, é essencial reconhecer e recuperar também a memória biocultural da humanidade, a qual permitirá a visualização e construção de um modelo moderno e alternativo de desenvolvimento que não destrua as tradições, mais que conviva, coopere e coevolua com elas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009b).

Cada sujeito ou grupo possui maneiras de sentir e existir, consistindo em um campo de mediações simbólicas pelas quais um grupo humano apreende o real e fundamenta suas identidades, ou seja, lugares de memória não são restritamente ou simplesmente materiais, considerando que são definidos pelo sujeito em seu desejo de preservar uma memória sistemática e factual, ou que beira o esquecimento (PEREIRA; FLEXOR, 2010). Portanto, a necessidade do homem em preservar suas memórias abre o precedente teórico denominados lugares de memórias.

O pesquisador Pierre Nora discute o que são esses lugares de memórias, principalmente os que representam períodos de conflitos armados na Europa. Em suas conclusões, arquivos, museus, estátuas, praças entre outros monumentos são representações físicas das memórias que compõe um determinado período histórico, entretanto, para grupos marginalizados e vulneráveis que não detém influência política suficiente e menos ainda recursos monetários para fazer valer suas ambições socioculturais, a narrativa de suas trajetórias e o ambiente no qual elas ocorreram, tornam-se os próprios lugares de memórias. Logo, narrativas orais passam a contribuir não apenas como ferramenta de apresentação de fatos, mas como um local imaterial capaz de resistir ao tempo e dar significado a diferentes espaços.

Por meio da narração e da autonarração pode-se alcançar uma autoconstituição do sujeito, que não se confunde necessariamente com a renúncia do desejo e com a rigidez que resulta dessa denuncia (GAGNEBIN, 2009). A autora também afirma que temos a facilidade de sermos vítimas de uma definição empobrecedora da verdade; logo, ratificamos de maneira não crítica o conceito de verdade que preza pela adequação a objetivos reais, e que pode ser submetido aos critérios de falsificação e verificação empíricos.

Preocupar-se com a verdade do passado que possa completar as exigências do presente, repercute na formação da identidade e dos modos de vida das sociedades também no futuro; as memórias bioculturais representam uma parte desse potencial de recordar para fortalecer ambientes, sujeitos e culturas. A conservação do patrimônio biocultural, pode se configurar em um caminho para manter e enriquecer a diversidade cultural, social, genética e paisagística em

diferentes níveis de organização, contribuindo para o fortalecimento de cada sujeito dentro de sua comunidade, assim como pode oferecer aumento da produção e expansão de gêneros alimentícios que contribuem para a segurança alimentar (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009b).

Nesse contexto, a agroecologia, ciência que exige abordagem sistêmica e enfoque holístico, representa não somente o conhecimento técnico sobre manejo ecologicamente responsável de recursos naturais, mas constitui-se em um campo do conhecimento que pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Isso se deve à amplitude do enfoque agroecológico que se propõe a compreender toda a complexidade dos processos biológicos, tecnológicos, socioeconômicos e políticos que intervêm no fato de uma semente se transformar em um bem de consumo (GLIESSMAN, 2003; SEVILLA GÚZMAN, 2002).

A agroecologia defende mudanças no processo político, econômico e sociocultural, na medida em que a transição agroecológica implica tanto na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada sistema de produção (agroecossistemas<sup>53</sup>), quanto em mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais, com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e das relações sociais (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009). Portanto, esta ciência representa a desconstrução e também reconstrução de valores, princípios e práticas, que devem ser capazes de articular conceitos e organizar estratégias.

Nesta sessão, estão apresentadas as memórias dos movimentos sociais que ocuparam o Sul da Bahia sobre a importância da conservação do ambiente natural como lugar de memória. A luta por terras e reforma agrária, no contexto desse manuscrito, não significa apenas a necessidade de espaço geográfico para plantio e habitação, mas o essencialismo sobre o valor e representatividade de cada sujeito em sua forma individual e coletiva, que por sua vez abriga a necessidade de transformação dos meios de produção, gestão política e patrimonial, organização social e empoderamento cultural.

---

<sup>53</sup> Sistemas de produção menos predatórios, que implica na produção de gêneros alimentícios variados, plantados de forma sistêmica, permitindo o aproveitamento mais racional dos recursos presentes na propriedade.

Ao longo do século XIX e primeiros anos do século XX, a região também conhecida como Chão de Cacau, ocupou todo o Sul da Bahia. Adonias Filho, memorialista regional, defendia que apenas a uniformidade ecológica - flora, fauna e clima – não era suficiente para justificar a civilização do cacau; em suas narrativas, afirma que a estrutura social e a organização econômica, resultantes do cacau, eram fornecedoras de normas, convivências, identidades e fins que asseguravam a integração responsável pela civilização em processo permanente de mudança.

Outro autor que descreveu a paisagem, as expectativas dos novos exploradores e as possibilidades de desenvolvimento da região Sul da Bahia foi Jorge Amado. Em Terras do Sem Fim, o escritor apresenta a imagem do que fôra a Mata Atlântica, as exasperações de seus futuros donos e dá a entender, por uma analogia crítica social, que o futuro da região seria a perda de sua integridade física mediada pelo processo de civilização que estava se construindo:

A Mata dormida seu sono jamais interrompido, sobre ela passavam os dias e as noites, brilhava o sol do verão e caíam as chuvas de inverno. Os troncos eram centenários, um eterno verde se sucedia pelo monte afora, invadindo a planície, se perdendo no infinito. Era como um mar nunca explorado, cerrado no seu mistério. A mata era como uma virgem cuja carne nunca tivesse sentido a chama do desejo. E como uma virgem era linda, radiosa e moça, apesar das árvores centenárias. Misteriosa como a carne de uma mulher ainda não possuída. E que agora era desejada também (Jorge Amado. Terras do Sem Fim, 2001, p.17).

O cacau foi introduzido nessa região por jesuítas e imigrantes europeus no século XVIII e como resultado, antes de 1800, agricultores da Bahia já exportavam pequenas quantidades das amêndoas do fruto. Ao longo do período colonial e nos primeiros dois terços do século XIX, o que viria a ser a região cacauceira da Bahia produzia madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios, principalmente mandioca; a maior parte da produção era consumida em Salvador e uma parte menor exportada para a Europa (MAHONY, 2007).

No entanto, a partir do momento que o cacau se tornou um produto de exportação, toda atividade de exploração de recursos naturais que estava sendo realizada em paralelo, passou a ocupar um lugar de irrelevância econômica. Os grupos de fazendeiros acumulavam bens e assim conseguiam expandir suas fazendas de cacau, agregando grande quantidade de mão de obra braçal, a qual passava a compor a cadeia produtiva e de mercado desse fruto, que crescia exponencialmente em um século sem muitos recursos tecnológicos. Nesse contexto, a civilização do cacau se construía:



O cacau se tornou o agente que trabalhando os componentes, engendrou um típico modelo de civilização regional. Agente surpreendente que, ao manipular os componentes, pôde definir determinados elementos culturais [...] A civilização do cacau, pois, não se impõe acima das mudanças, mas, ao contrário, foi em torno dessas mudanças – os ciclos – que se realizou. Conhecer esses ciclos será neles identificar os elementos culturais que, resultando do próprio processo cultural, configuram por isso mesmo a civilização do cacau (Adonias Filho. Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional, p.21-23, 1978).

Com o estabelecimento e o desenvolvimento da lavoura cacauzeira, a região Sul da Bahia passou a ser vista como um Eldorado; e nesse contexto atraía milhares de pessoas que migravam de diferentes partes do país, atraídos pela fama de riqueza atribuída à árvore dos frutos de ouro (ROCHA, 2008). Entre os grandes produtores de cacau do século XIX e XX estavam Bahia, Amazonas, Pará, Espírito Santo, Rondônia e Mato Grosso, sendo o Sul da Bahia principal área produtora do Estado e do país, e tendo vivido uma fase de prosperidade sem precedentes durante as décadas de 1970 e 1980.

Foi durante o século XIX que o cultivo do cacau cresceu surpreendentemente, transformando o fruto no mais importante produto de exportação do Estado da Bahia, colocando o Brasil como o segundo maior produtor do mundo, desbancando a cana-de-açúcar como principal fonte de riqueza do Estado e expandindo a fronteira agrícola para o oeste e o sul, expulsando os povos indígenas da região à medida que avançava (MAHONY, 2007). Todas essas transformações trouxeram mudanças políticas e econômicas para a região, assim como para o regime de trabalho e servidão<sup>54</sup>.

O período de ascensão do fruto de ouro, no entanto, mergulhou em uma situação de severa dificuldade a partir de meados do século XX. A vassoura de bruxa, doença fúngica que causa o apodrecimento e queda do fruto do cacau e morte das árvores, devastou as lavouras promovendo a queda da civilização do cacau e de seus coronéis. De acordo com Mahony (2007), essa mudança dividiu a então elite do cacau em dois grupos: um composto das famílias aristocráticas e outro formado pelas famílias dos novos-ricos, que se beneficiaram da venda das terras por preços baixos e iniciaram novos ciclos de produção.

Em outra frente de disputa e organizados para enfrentar os problemas econômicos gerados pela praga agrícola denominada vassoura de bruxa, a mão de obra trabalhadora desempregada e

---

<sup>54</sup> MAHONY Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas - Especificaria*. v.10, n.18, p.737-793, 2007

inserida num contexto de instabilidade econômica, política e social, o “batalhão de reserva”, permaneceu na região e fortaleceu as lutas pela reforma agrária (CULLEN JR; ALGER; RAMBALDI, 2005). Desse modo, as demandas por uma educação diferenciada exigiram que o processo ensino-aprendizagem priorizasse o processo fundamental da humanização; a construção da natureza humana; o desenvolvimento social e a articulação entre os diferentes saberes.

Sob o pressuposto de que para transformar seria necessário (re) construir princípios e ideais, alguns dos antigos trabalhadores das roças de cacau passaram a aplicar conhecimentos tradicionais em áreas cujas plantações haviam sido derrubadas, com a finalidade de impedir o progresso da doença. A organização política desses pequenos grupos por meio dos sindicatos, permitiu que a luta por terras e pela reforma agrária se tornasse uma realidade para os desfavorecidos, que naquele momento estavam sem terra, sem emprego e sem moradia, promovendo o acesso à terra e a recursos básicos como alimentação, educação e moradia.

A precariedade dos serviços básicos oferecidos aos grupos de trabalhadores rurais, fez com que sujeitos de diferentes regiões se reunissem e formassem movimentos, que por sua vez passaram a mobilizar outros trabalhadores na busca por melhores condições de vida. Os movimentos sociais surgiram como ferramenta fundamental na luta por melhores condições de trabalho, moradia, acesso à terra e a educação, assim como na conquista de direitos trabalhistas capazes de oferecer dignidade aos trabalhadores do campo.

Com a vassoura de bruxa terras verdes passaram a ser desertos (Figura 09), mas com a organização e desenvolvimento dos movimentos sociais, esses desertos transformaram-se em terras férteis e florestas produtivas (Figura 10). Ao nos perguntarmos o que houve nesse percurso que provocou tamanha transformação física e geográfica das áreas, que antes lucravam com o cacau e com a exploração da mão de obra, inclusive com a escrava<sup>55</sup>, somos capazes de responder que foi necessário lutar pela (re) construção política e social, a qual, neste caso, emergiu através do paradigma agroecológico.

---

<sup>55</sup> MAHONY, Marie Ann. “Instrumentos Necessários” escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. In: *Revista Afro-Ásia*, v.25-26, p.95-139, 2001.



**Figura 09:** Assentamento de Reforma Agrária. Terra Vista, Município de Arataca, 1985.  
(Autor desconhecido).



**Figura 10:** Assentamento de Reforma Agrária. Terra Vista, Município de Arataca, 2015.  
**Fonte:** Acervo particular.

A doença denominada popularmente como vassoura de bruxa provocou a queda eminente dos recursos monetários na região (SANTOS, 1957). O aumento, sem precedentes, de desempregados e sem teto promoveu a organização de sindicatos e associações, que incentivaram ocupações de fazendas e distribuição de terras para assegurar a subsistência local. Todo esse contexto do final do século XIX e início do século XX foi transmitido através da oralidade.

## **4.2 INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS, LUGARES DE MEMÓRIA E LUTAS SOCIAIS**

A agroecologia é mais do que mudar práticas de plantio e manejo de áreas agrícolas, trata-se de mudanças em um processo político, econômico e sociocultural, na medida em que a transição de modelos convencionais para o agroecológico implica na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, e nas mudanças de atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e de relações sociais (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Para Costa (2017), a agroecologia é uma das áreas da ciência que se fundamenta na compatibilização dos processos produtivos agrícolas com a conservação do ambiente e dos recursos naturais, com eficiência produtiva e energética, cuja distribuição dos alimentos seja mais justa e que a renda gerada com a produção primária seja empregada no bem-estar de seus apoiadores. Desse modo, a transição ou ruptura agroecológica implica na passagem de um processo de reprodução social, completamente insustentável, para outro que não carregue o fardo das tendências destrutivas de nosso tempo (MESZÁROS, 2007).

Com as mudanças de base tecnológica, e as medidas de proteção ao ambiente natural, a agroecologia surge como novo paradigma para o desenvolvimento agropecuário brasileiro, que foi resultado da implantação dos pacotes tecnológicos originados na Revolução Verde. O aumento na oferta de alimentos e da capacidade exportadora resultado desse modelo agrícola explorador e altamente impactante, contribuiu de forma consistente na economia do país, o que promoveu agravamento da violência no campo, aumento do êxodo rural, maior concentração fundiária, impactos negativos ao ambiente (enchentes, queimadas, assoreamento de rios), super exploração de recursos naturais e desertificação de áreas de floresta.

Sobre essas questões, Borges (2010) salienta que o importante é destacar o papel conjunto das práticas degradantes utilizadas durante a expansão da agricultura moderna no país, cuja política de créditos e estímulo estatal representou um dos fatores centrais para o crescimento do problema ambiental no país, ou seja, devemos considerar que o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, aliados ao desmatamento e queimadas, provocou grande desequilíbrio dos recursos naturais, e que as inovações inseridas nas práticas agrícolas devido aos “pacotes tecnológicos”, desencadearam a deterioração do solo, contaminação da água, e alteração nos fenômenos naturais, a exemplo de secas mais prolongadas, enchentes, aumento do calor, chuvas torrenciais entre outros:

Em países como o Brasil, em que a Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas sucedâneo desta, resultou em graves consequências, tanto de ordem econômica como de ordem social. Nestes países, a Revolução Verde foi apenas um instrumento da modernização conservadora que ajudou a aprofundar a internacionalização da economia e agravar o estado de dependência (BRUM, 1985, p.71-72).

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que o processo de modernização da agricultura se intensificava, movimentos sociais passavam a se organizar e questionar os impactos negativos e suas causas gerados pelo processo de produção pautada na Revolução Verde, e desse modo, os movimentos camponeses de luta por terra e território passaram a contestar e a atuar, principalmente por meio de ocupações de terras, na segunda metade da década de 1980 (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

Em sua prática, a agroecologia exibe um conjunto de dimensões que lhe conferem um caráter diferenciado quanto ao seu potencial transformador (SEVILLA-GÚZMAN, 2013), ou seja, sua natureza social contribui para o manejo dos recursos naturais em um processo de interação com diversos grupos e movimentos sociais. A agroecologia foi uma decisão viável as novas perspectivas de desenvolvimento que estavam em discussão no campo brasileiro, principalmente tratando-se do desenvolvimento e bem-estar de trabalhadores rurais familiares e pequenos produtores.

Quando se trabalha com este enfoque, deve-se partir não da lógica cartesiana da simplificação, mas da lógica da natureza que se expressa no ecossistema que será transformado em um agroecossistema, assim como da história dos processos de intervenção humana menos degradantes da qual se possa ter conhecimento (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009).

Os modelos de produção propostos pela agroecologia contribuem para a justiça social, colaboram para a produção de alimentos livres de defensivos agrícolas, para o abastecimento do comércio local com diversidade de produtos alimentícios e sustentabilidade do ambiente natural. A agroecologia atua na construção de relações mais horizontais de produção e consumo, onde se tornam possíveis ações coletivas que envolvem cooperação e reciprocidade entre agricultores e consumidores (WARMLING; MORETTI-PIRES, 2017).

Para Leff (2002) as práticas agroecológicas devem remeter a recuperação dos saberes e conhecimentos tradicionais, a um passado no qual o humano dono de si e do seu conhecimento marcava seu lugar no mundo e um sentido para sua existência. Portanto, sua construção deve se basear em termos conceituais que auxiliem na elaboração de estratégias de desenvolvimento aliadas à agricultura ecológica com finalidade sustentável, auxiliando na desconstrução e reconstrução de práticas, valores e princípios, que deverão abrir espaço para as articulações locais e saberes tradicionais.

Dentro desse contexto, a memória constitui-se como fonte informativa e de transmissão de experiências em diferentes faces, é também fundamento de identidade mediante processos dinâmicos e dialéticos, potencialmente, renováveis que contêm no seu amago as marcas do passado e as indagações sobre as necessidades do tempo presente (DELGADO, 2007). Como empreendimento de melhora do “imperfeito”, a memória não quer se agarrar ao passado; em sua linguagem e consciência, lida com a temporalidade de fatos e com a transitoriedade do finito.

A zona do cacau representou no século XIX uma parte significativa do PIB brasileiro, no entanto, com a vassoura de bruxa o aumento, sem precedentes, de desempregados e sem teto, promoveu a organização de sindicatos e associações, que incentivaram ocupações de fazendas e distribuição de terras para assegurar a subsistência. Todo o contexto das lutas transcorridas no final do século XIX e início do século XX, foi transmitido através da oralidade dentro das comunidades que se organizaram em movimentos sociais através de lideranças políticas e sindicatos.

Descendentes de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assumiram uma identidade sem-terra a partir de suas próprias histórias de vida. A permanência desses sujeitos na luta buscou políticas públicas mais eficientes de reforma agrária, e a necessidade de uma nova conjuntura de desenvolvimento social e econômico para as populações do campo, que possibilitasse a

construção do sujeito político, com responsabilidade social e representatividade cultural, indicando que a memória é a presença do passado compartilhado coletivamente.

Memórias podem aparecer como uma realidade vaga, fragmentada e incompleta, mas é o único guia seguro para reordenar o passado tendo por base as concepções e emoções do tempo presente (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Trabalhar o olhar técnico e científico para reconhecer a importância das memórias que albergam conhecimentos tradicionais sobre os meios de produção, não só estimulam o setor produtivo, mas o social e o ambiental, à medida que as memórias são relacionadas à revalorização do componente humano.

No contexto de desenvolvimento deste trabalho, a agroecologia surge como uma ferramenta de apoio a revalorização e ao (re) começo dos sujeitos que, pelo trabalho na lavoura, abastecem nossos lares, e consideram que a produção agrícola deve respeitar o ritmo da natureza. No entanto, se faz necessário compreender que a agroecologia é um sistema de produção que visa educar para a sociedade, conservar para a humanidade e produzir para assegurar alimentos de qualidade.

Para Allegretti, Barca e Centemeri (2013) o ambiente é objeto de uma leitura reducionista, isso porque ora é considerado como conjunto de recursos a serem explorados e ora é considerado como sinônimo de natureza intocada que deve ser protegida, mas que para ambos os casos o que deve-se assumir é a sua importante dimensão de “lugar”; sendo assim, isto significa esquecer-se de que o ambiente é, antes de tudo, um espaço concreto em que os seres humanos desenvolveram ao longo do tempo uma pluralidade de formas de organização da vida material, do trabalho e das relações sociais em estreita ligação com o que está à volta, aprendendo a conhecer, a representar e a apropriar-se desse ambiente:

O ambiente como “lugar” deve-se entender como um espaço depositário de memórias individuais e coletivas, às quais se está ligado não só por necessidade ou utilidade; é um espaço apropriado mais do que privatizado, no qual as regras de uso incorporam de forma natural um sentido do limite, que resulta da consciência e da valorização da interdependência entre o ser humano e o seu ambiente. (CENTEMERI, 2011).

Ao longo da construção textual, as memórias sobre as ocupações do Sul da Bahia proporcionaram conhecimentos acerca da transição agroecológica, de como os movimentos sociais apropriaram-se desse novo paradigma e como lidam com sua conjuntura dentro do sistema de gestão convencional e limitado imposto pelo Estado. Sapucaia, sob a bandeira do

Movimento de Luta pela Terra, apresenta suas memórias sobre essas ocupações e o processo de manejo das áreas devastadas pela vassoura de bruxa:

Quando chegamos, inicialmente, o que a gente tava precisando, era tomar posse da área, a gente ocupava a área, aqui já existia uma luta de posseiro antiga, desde a década de 1960-1970, tem uma luta de posseiro aqui na região principalmente na região de Itacaré e de Canavieiras, era onde mais tinha, era uma terra inclusive pouco produtiva, mas inclusive devolutas, mas que havia uma disputa dos trabalhadores com fazendeiros, então essa luta de posseiros era uma luta diferente da que a gente fazia que foi inaugurada pelo MST, pelas Pastorais da Terra, que a luta de posseiro, ele ocupava uma área e cada um tomava posse de uma área, fazia sua casa e ia construir, essa luta nossa foi diferente, era tomar a posse da área como um todo e fazer um acampamento e ficar todo mundo junto, é uma forma de se proteger entendeu, um ao outro, essa luta de posseiro aqui morreu muita gente, o Poxim e Sarampo ali saiu caçamba de gente morta, caçamba de gente literalmente, então foi uma luta muito sangrenta a do Poxim né e eu conheci o pessoal que participou dessa luta, conheço gente que até hoje tá lá vivo pra contar essa história. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

A resistência dos posseiros em Poxim e Sarampo foi manchete em alguns jornais, devido à grande violência infringida aos posseiros na época; mas marca uma conquista importante para os movimentos sociais da região. Contudo, esses acontecimentos foram necessários para que o Governo Federal, na época representado por José Sarney, realizasse a demarcação de terras, a divisão dos lotes e assentamento das famílias. A busca por material impresso na Hemeroteca Digital revelou a seguinte manchete sobre a área: “Poxim e Sarampo são dos trabalhadores” (Figura 11).

Ocupar e resistir na terra, foram as ações que provocaram interesse jornalístico nas áreas pertencentes a Canavieiras. A repercussão desse confronto armado aconteceu devido as mortes de posseiros e pistoleiros no ano de 1985, nesse contexto, casas haviam sido invadidas e pessoas assassinadas a mando dos grandes latifundiários que tinham suas propriedades ocupadas. A intervenção do governo com propostas de assentamentos, culminou na assinatura de decreto que autorizavam a desapropriação de 1.574 hectares da fazenda Poxim (40 famílias) e 1.268 hectares da fazenda Sarampo (28 famílias).





**Figura 11:** as disputas de terras no estado da Bahia: Poxim e Sarampo. Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, n.1, mai 1981 / n.47, set. 1985.

**Fonte:** <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

No contexto de disputas, os movimentos sociais assumiram oposição ao modelo de desenvolvimento agrícola de monocultura, pois precisavam de provisões para sua subsistência nas áreas recém ocupadas, logo, em algumas décadas, consideraram que pela agroecologia alcançariam resultados satisfatórios de transformação sociocultural dentro dos assentamentos de reforma agrária e comunidades camponêsas (BORGES, 2010). Essa ciência, proporciona entendimento sobre a importância da valorização do conhecimento tradicional camponês no desenvolvimento social e político de cada sujeito e de cada comunidade, colaborando para a manutenção da qualidade ambiental.

### 4.3 PROCESSO DE EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA: CONTEXTUALIZANDO MEMÓRIAS

De acordo com Costa (2017), a história humana está repleta de exemplos de insucessos das civilizações que tiveram que migrar, ou que se extinguíram, devido a alterações microclimáticas, a degradações irreversíveis dos recursos naturais - pelo manejo inadequado e/ou explorados acima de sua capacidade de resiliência - ou ao processo natural de extinção. Esses fatores precederam a disseminação da ciência agroecologia, e forneceram as primeiras informações sobre o colapso que a agricultura convencional sofreria.

Para Samuma, membro do MST, a agroecologia é fundamental para a compreensão de toda a cadeia de produção, desde a semente que gera alimento até o sujeito que irá se alimentar dela, seus aportes físicos e também humanos. Sua narrativa se desenvolve sobre a necessidade dos produtores em compreender o que é a transição agroecológica, o respeito aos conhecimentos ancestrais e a importância da construção e valorização sociocultural em meio a desestabilização dos valores que as comunidades têm sofrido através de ataques públicos noticiados por veículos de mídia. Para ele:

A agroecologia é importante pra formação das crianças que frequentam as escolas do assentamento, é tudo. Seria o processo, mais você hoje tem as escolas extremamente urbanas que dificulta essa formação, então você já tem a Globo, a Bandeirante, que incentiva todo mundo – o agro é pop, o agro é tudo. Qual é o problema disso? o problema é que estamos indo pra outra perspectiva humana, desenvolvimento humano, nós estamos com outra perspectiva do acirramento entre o trabalho e o capital, nós estamos indo pra sociedade das tecnologias, da robótica, da nanotecnologia, todos os processos mais sofisticados que a humanidade criou apropriada pelo capital, que necessita ter outro ser, e eles estão transformando outro ser; a Globo, as mídias sociais, estão transformando outro ser, o povo dos dois dedinhos (*referência ao uso dos polegares em contato com a tela do celular*). Isso é um perigo, para a perspectiva que nós queremos de humanidade, de humanização que estamos pensando. Como vamos pra terra tem que ter esse pensamento, que é a reconstrução de outra perspectiva de humanidade pegando os princípios fundamentais dos povos originários, dos povos preto e de outros povos, também tem povos europeus que tem conhecimento, essa coisa toda, mais esses dois que eu falei primeiro são os fundantes. A sociedade africana é a origem da humanidade, os povos originários é o princípio do Brasil, então esse povo tem conhecimentos ancestrais: na domesticação da mandioca, na domesticação do milho, da agricultura como um todo, partiu daí, desses povos. E aí que eu to falando pra você, o povo Banto, os povos originários daqui, que tem conhecimentos milenares, o povo Banto que veio da África, e esse povo trouxe conhecimentos milenares de trabalho com a agricultura. Isso foi se perdendo, mais se nós quisermos ter uma perspectiva de humanidade tem que ter, e ir beber dessas fontes que é o princípio. São dois

princípios fundamentais: o princípio da terra e do território, se quiser ir mais longe o bioma e o segundo é os povos originários, ancestrais, e o povo preto que veio da África. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

Como afirma Gagnebin (2009), cada sociedade constrói seus negros, seus judeus e seus travestis, segundo suas angústias e necessidades, considerando a consciência da fragilidade e do efêmero que altera profundamente a significação da metáfora do rastro o qual, para Samuma, é a largada para a compreensão das potencialidades e do protagonismo social que a agroecologia representa para a agricultura familiar e para os movimentos sociais. Dentro desse contexto, as relações homem-natureza e as diferentes formas de uso e aproveitamento dos recursos naturais, consideram os elementos cosmológicos e simbólicos ao associar o ser humano a seu habitat ou território (ÁLVAREZ, 2012).

As místicas, encenações que os sem-terra costumam fazer na abertura de seus eventos, contém as narrativas que se valem de memórias para reforçar a identidade coletiva do grupo, promovendo coesão, onde o indivíduo (ego) no centro, move-se para a comunidade (etno) formando primeiramente a família e depois os próprios sem-terra organizados coletivamente representando o todo, o Cosmos, ou seja, representando uma narrativa espacial da memória (ZACCHI, 2016). Dentro desse momento também são levados em consideração aspectos sobre exploração de recursos naturais, ambientalismo, defesa da biodiversidade e resgate de técnicas ancestrais, já que a ideia de proteção se torna palavra chave para alcançar a harmonia ecológica e social.

Como movimento reivindicatório, o MST não se define por suas qualidades particulares, mas pelas relações de poder que caracterizam o contexto no qual está inserido. Ele trata da exclusão dos trabalhadores rurais ao acesso à terra, das péssimas condições de produção e trabalho, das desigualdades de classe, das questões de igualdade de gênero e Educação do Campo. No entanto, as relações sociais nos assentamentos são perpassadas por contradições e limitações que lançam questionamentos acerca do modo coletivista e igualitário de sua concepção (SALVARO, 2003). Samuma, defende com segurança suas perspectivas de desenvolvimento através da valorização e ressignificação dos conhecimentos ancestrais.

Suas memórias demonstram a importância dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento de um novo modelo de gestão política e de desenvolvimento socioeconômico, capazes de reconhecer diferenças culturais e apoiá-las como ferramentas de (re) construção

patrimonial material e imaterial. Para este colaborador, a agroecologia, não representa apenas um modelo de produção agrícola, mas uma ciência multidisciplinar capaz de atuar na transformação econômica e política em diferentes localidades, levando em consideração as particularidades de cada ambiente.

As mudanças de paradigma sobre as práticas de produção associadas aos diversos grupos de trabalhadores rurais que, em grande parte, são representados pelas ações dos movimentos sociais, foram desenhadas mediante as estratégias de invasões, ocupações, luta contra desigualdade e fome, assim como da busca incessante por um sistema educacional que contemplasse as necessidades locais e desafios globais, capazes de assegurar a qualidade de vida aos atores sociais. A exemplo, o MST produziu uma lógica produtivista com o objetivo de dar uma resposta à sociedade sobre a viabilidade da reforma agrária (BORGES, 2010).

Os movimentos sociais reúnem conhecimentos práticos e teóricos como meio para o desenvolvimento sustentável, e a agroecologia torna-se uma possibilidade de emancipação para os produtores, uma estratégia de promoção de saúde, e, ainda, uma alternativa para a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores (WARMLING; MORETTI-PIRES, 2017). Ela extrapola os limites do campo da agricultura convencional, porque além de incorporar tecnologias alternativas, incorpora ideias ambientais tais como: ecológicas, preservacionistas, conservacionistas e sociais.

Dentro da perspectiva conservação/preservação, Cedro, colaborador vinculado ao MST, atribui a dinâmica ecológica no Sul da Bahia à posição que está região ocupa na Mata Atlântica. De acordo com ele, só foi possível manter a riqueza e a biodiversidade local, mediante a conservação da mata em pé, da colaboração entre movimentos sociais e espaços de preservação das manchas de floresta secundária<sup>56</sup>. Em sua narrativa ele diz:

Existem vários assentamentos, a Terra Vista é o mais conhecido porquê (...) mais existem vários assentamentos, não é só a Terra Vista. E isso, o cacau tem essa prerrogativa importante de tá cultivado em baixo da Mata Atlântica e isso promove a preservação da Mata Atlântica na região, promove a discussão dos movimentos sociais em relação a agroecologia, sustentabilidade, já que a terra além de ser um bem de produção também é um bem de moradia, as pessoas vão residir, vão orar, vão constituir sua vida ali, então essa é uma discussão que os

---

<sup>56</sup> Florestas secundárias são áreas florestais que passaram por um processo de regeneração da vegetação ou foram recultivadas após uma grande perturbação (fogo, corte de madeira, vento). Essa nomenclatura se aplica também a matas que foram temporariamente usadas na agricultura ou pastagem, e que ressurgiu após o abandono destas atividades. São consideradas também secundárias as florestas que foram descaracterizadas.

movimentos tem em relação a preservação nas áreas de assentamento, pra poder garantir que esses assentamentos sobrevivam por bastante tempo, é ter a garantia de preservação e sustentabilidade (Entrevista concedida em 15.09.2019).

A questão central sobre o desenvolvimento de uma agricultura sustentável diz respeito ao entendimento das leis da natureza e dos princípios que governam seu funcionamento (COSTA, 2017). A socialização de conhecimentos empíricos e técnicos, são características da agroecologia, que tem tornado-se indispensável ao processo de formação dos que engajam na luta pela terra, com o ideal de igualdade social e empoderamento econômico e político. Através das memórias dos entrevistados, é possível verificar que a ideia de produção agroecológica é sinônimo de qualidade de vida, segurança alimentar e autonomia do trabalho camponês.

Mas convencer as famílias que viveram a pobreza gerada pela vassoura de bruxa, que a agroecologia é um caminho para alcançar as novas conjecturas que vêm sendo criadas e defendidas pelas lideranças, resultantes da formação para militância dos movimentos sociais, tem se mostrado trabalhoso. Em sua narrativa, Cedro destacou a importância desse novo sistema de gestão e produção, e exaltou o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nessa jornada de autoconhecimento e participação coletiva na organização de um sistema político e econômico mais equânime. Para ele:

A agroecologia vem pra diversificar com frutas que atuam dentro da própria área do cacau: banana, cupuaçu, açaí, e aí vai nessa discussão. Existe uma mudança dessa preocupação do começo até agora, tanto existe que já tem vários assentamentos com a agricultura orgânica, fazendo e discutindo agroecologia o tempo todo e várias escolas de assentamentos com os cursos voltados pra questão da agroecologia, no Terra Vista, que é MST, tem o curso técnico em agroecologia, tem as especializações dos cursos superiores também com a agroecologia, vários cursos de formação de agroecologia, viveiros a implantação produzindo mudas agroecológicas, área de cacau já com a produção agroecologia, orgânica, inclusive com certificação pra conseguir vender num preço melhor, com mais renda. Então há uma mudança muito grande em relação a isso. Lógico que isso não é na totalidade, mais é um passo importante. As questões sobre a conservação dependem da organização de cada movimento, não dá pra dizer que é nivelado não, porque os movimentos têm suas diferenças de organização, mas o sentido é o mesmo em relação a conservação, sustentabilidade, agroecologia, entendeu, da melhoria da qualidade de vida, mas lógico que cada um vai atuar com isso de acordo com sua dinâmica de organização. Em relação a agroecologia, o Terra Vista é um padrão para os outros movimentos, tanto que alguns cursos são ofertados lá, assentados de outros movimentos de outros assentamentos atuam nesse curso, fazem o curso né, estudam, vão participar. (Entrevista concedida em 15.09.2019).

Foi possível verificar que a agroecologia, em seu contexto holístico, tem dado bons resultados no assentamento Terra Vista, que tem sido considerado modelo de gestão e produção respeitando as relações homem-natureza estabelecidas nos agroecossistemas. Para Almeida (2004), a agroecologia tem se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os agentes reconhecem como estando mais próximos dos modelos camponês e indígena. Sendo assim, a agroecologia pode atuar na reconstrução de identidades que levem a uma consciência social e à participação coletiva, não podendo ser entendida somente como uma agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo (BAUER; MESQUITA, 2008).

Ao definir a agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, Altieri (2012) ultrapassa o simples uso de práticas alternativas e apresenta a possibilidade de desenvolvimento de agroecossistemas menos dependentes de venenos. Para Caporal e Costabeber (2005) são necessárias mudanças nos currículos de formação dos profissionais que irão atuar como agentes de desenvolvimento rural, de métodos de pesquisa e extensão rural mais apropriados, e uma estratégia integradora de conhecimentos, complexa, sistêmica e holística, capaz de aglutinar os conhecimentos científicos e empíricos.

Mas a construção de um novo modelo de produção que seja capaz de transformar hábitos, priorizando a ressignificação dos conhecimentos tradicionais na manutenção do equilíbrio ambiental, requer a renovação de conhecimentos, que tragam valor e respeitabilidade à luta por terra, e aos diferentes grupos de sujeitos que participam dessa nova agricultura. Cedro, que atualmente auxilia na organização de frentes para a luta dos movimentos no estado da Bahia, refere-se a agroecologia como processo de ensino utilizado pelo MST, que tem contribuído na construção social e política dentro dos assentamentos de reforma agrária:

Cada região importante pro MST tem uma escola modelo. Umas evoluíram mais, outras menos, entendeu, pela própria articulação da região, isso tem a questão institucional, o governo tem que entrar e apoiar essa estrutura, tanto que no Terra Vista hoje tem uma escola estadual, mais antes não era [...]. Tudo foi pensado dentro do movimento dos trabalhadores sem-terra, essa era uma estratégia que o MST tinha em relação à educação, sempre foi, tanto que em outras regiões existem escolas modelos com a mesma proposta entendeu. (Entrevista concedida em 15.09.2019).

As memórias de Cedro sobre as transformações para o bem-estar coletivo frente ao compromisso com as questões agroecológicas (educação, trabalho colaborativo, preservação ambiental, etc.), não se refere ao conteúdo apresentado em relatórios governamentais, mas sim a documentos disponibilizados através de publicações técnicas e científicas realizadas pelo próprio MST em seu site ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)). De acordo com os dados apresentados como resultados de pesquisas, existem mais de 2 mil escolas públicas construídas em assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso gratuito à educação, 50 mil adultos alfabetizados e 2 mil estudantes em cursos técnicos ou de ensino superior. Ele continua:

Existe uma mudança, tanto existe que já tem vários assentamentos com a agricultura orgânica, fazendo e discutindo agroecologia o tempo todo e várias escolas de assentamentos com os cursos voltados pra questão da agroecologia, no Terra Vista tem lá o curso em técnico em agroecologia, tem as especializações dos cursos superiores também com a agroecologia, vários cursos de formação de agroecologia, viveiros, produção de mudas, área de cacau já com a produção agroecológica, orgânica, inclusive com certificação pra conseguir vender num preço melhor, com mais renda. Então há uma mudança muito grande em relação a conservação. (Entrevista concedida em 15.09.2019).

O fortalecimento do movimento e o compromisso com os ideais tem tornado-se maiores a cada dia, o que conduz o movimento a uma reestruturação dos modelos de produção. Entre mudanças e comprometimentos, o MST do Sul da Bahia iniciou um trabalho de educação e fortalecimento sobre a importância da agroecologia como ferramenta para o manejo de recursos naturais em direção à subsistência dos seres humanos. Esse modo de pensar é muito importante para concretizar sua proposta de desenvolvimento rural; o enfoque agroecológico adentrou de maneira definitiva a agenda dos movimentos e consolidou uma vertente educativa nas escolas e centro de formação educacional por meio de iniciativas próprias e parcerias com instituições de ensino (BROGES, 2010).

A educação representa o alicerce mais tenaz sobre o qual a ciência agroecologia ganha força, respeito e credibilidade. Ela é o marco mais importante do processo. A alfabetização de assentados promoveu autonomia e permitiu que estes compreendessem a importância dos marcos legais na otimização de políticas públicas e sobre as exigências de demarcação de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, para atender a política ambientalista brasileira. Para Jequitibá-rosa, que representa um movimento social sem bandeira, essas transformações foram possíveis a partir da educação oferecida pela parceria com outro movimento social rural:

O Jupará<sup>57</sup> quando veio, veio como ONG de preservação. Eles vieram e começaram a ensinar ao pessoal todas as técnicas de conservação, de não usar produtos químicos, de fazer as caldas biológicas, como tratar a situação de cacau, fazer as barreiras de contenção, as curvas de nivelção, então assim, todo o trabalho ambiental o Jupará passou. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

A alfabetização dos assentados proporcionou a compreensão e a adesão ao código florestal, isso porque, além da obrigatoriedade de estabelecer APP<sup>58</sup> e RL<sup>59</sup> (ambas normatizadas pela Lei 12.651/2012) devido às exigências da legalização fundiárias em assentamentos, todos deveriam saber assinar seus nomes para tornarem-se beneficiários de projetos, através de créditos financeiros disponibilizados por instituições bancárias públicas ou de autarquia mista, tanto para o desenvolvimento de suas áreas de produção; como para a manutenção dos recursos alimentícios e conservação das áreas florestais.

Para Bacumuxá, integrante do MST, a política de conservação ambiental ligada ao processo de ocupação das áreas para reforma agrária são determinantes para a legalidade e manutenção das reservas, e as normas agroecológicas recomendam evitar queimadas, uso de agrotóxicos etc. Questionado sobre o planejamento das ações ambientais ele afirma:

Os sem-terra são os sujeitos da luta e da organização dos assentamentos. Seguem a linhas políticas e recebem assessoria técnica. Mas o sucesso que os movimentos sociais têm não depende de uma única causa, há situações em que o sucesso econômico privilegia a agricultura convencional em relação a outros que preferem o sistema agroecológico. (Entrevista concedida em 17.11.2019).

A perspectiva de Bacumuxa segue a ideia que Alentejano (2004) discute sobre Reforma Agrária. O autor afirma que ao invés de realizar tal reforma nas áreas onde se concentram as lutas por terras, os sucessivos governos brasileiros empurram as famílias assentadas para a fronteira agrícola, no que se denomina de descolamento geográfico entre as lutas pela terra e a política de Reforma Agrária, que segue sendo parte de uma complexa conservação sobre o futuro do país.

---

<sup>57</sup> A Fundação Jupará presta serviços à arte e a cultura do Sul da Bahia e luta pela ecologia através da educação.

<sup>58</sup> Áreas de Preservação Permanentes: florestas e demais formas de vegetação natural situadas às margens de lagos ou rios; nos altos de morros; nas restingas e manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de tabuleiros ou chapadas com inclinação maior que 45°; e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal.

<sup>59</sup> Reservas Legais: área do imóvel rural que deve ser coberta por vegetação natural e que pode ser explorada com o manejo florestal sustentável. Ela varia de acordo com o bioma em que está a propriedade.



Sob outro aspecto, a discussão segue sobre como a manutenção de áreas protegidas se mostra um fator essencial para garantir a conservação da biodiversidade (PRIMACK; RODRIGUES, 2001), a redução das pressões ambientais e assegurar a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos no caráter fundamental das interações (MAYWALD; JÚNIOR, 2013). Manter o bom funcionamento dos assentamentos em meio a disputas, foi possível com a organização de espaços para formação dos sujeitos. Compreender a dinâmica ecológica acerca do processo de produção foi proporcionado através do compromisso com a conservação do espaço que os abriga, o que pôde ser alcançado com a inclusão dos assentados no sistema de alfabetização e escolarização continuada.

Movimento social rural, o Jupará foi lembrado por outro colaborador devido a política assistencialista que praticava. Biriba, integrante do MLT, revive o processo de construção dos assentamentos reivindicados pelos movimentos sociais na região Sul da Bahia, e transmite sentimento ao falar dos despejos e remanejamentos de pessoas às áreas ocupadas e desapropriadas pelo INCRA, mas considera que foram ações necessárias para mitigar as ações antrópicas negativas sobre a dinâmica ecológica do local, considerando o número de famílias e a área total das localidades:

Tinha na época essa fazenda Cosme Muniz, quer dizer o assentamento Cosme Muniz que era fazenda Conceição II, ela tinha mais dois grupos: Brasil na luta e ASCAU; aí a gente negociou com o INCRA porque na verdade o número de famílias não dava pros outros movimentos, aí um foi pra fazenda Boique em Buerarema e o outro grupo foi pra fazenda Cascata lá próximo a Aurelino Leal, a gente fez esses acordos aí ficou o Movimento de Luta pela Terra, que tava pleiteando primeiro e que ficou com a fazenda Conceição, e os outros grupos foram remanejados pra outras áreas, tinha número de família, mas acho hoje que esses movimentos não existem o Brasil na Luta e a ASCAU, se não me engano em Aurelino Leal quem acompanhava era o pessoal ligado a agroecologia do Jupará, que também acho que não tá dando mais assistência lá; mas é assentamento Cascata, assim não me lembro, mas fica a margem da BR na divisa de Aurelino Leal, só lembro que esses dois grupos foram pra lá, um pra Buerarema pra fazenda Boique e outro pra fazenda Cascata. (Entrevista concedida em 11.12.2019).

Tendo em vista que a agroecologia e o desenvolvimento humano se sobrepõe em alguns contextos sociais e de produção, para Norgaard (1989) as bases epistemológicas da agroecologia mostram que a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do ambiente pode ser explicada com referência à cultura

humana, e propondo esclarecer essa argumentação o autor apresenta a seguinte sequência de eventos:

- a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola;
  - b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural;
  - c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro;
  - d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser melhor compreendida dado o presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial;
  - e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos;
  - f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós.
- (NORGRAAD, 1989, p.30)

As ideias de Richard Norgraad apresentam que a agroecologia deve ser entendida e aplicada de modo natural pelos seres humanos, e que o conhecimento empírico gerado pela convivência entre pessoas e ambiente deve compor rituais cotidianos aos participantes. Deve-se observar que as relações sociais podem ser exemplificadas em função de sua trajetória e vínculo com o meio do qual dependem e habitam. Para Ipê-roxo, as questões ambientais somaram-se as lutas dos movimentos sociais no Sul da Bahia, e passaram a ser equivalentes para a transformação social, cultural, política e econômica dos sujeitos. Em suas memórias:

A questão ambiental é opção de vida, porque assim, mesmo tendo tido toda essa formação política, marxista, à medida que eu me entranhei na questão ambiental eu descobri que a questão ambiental é o que existe de mais revolucionário, porque ela questiona, lembra aqueles pontos do que você vai fazer, pra que vai fazer, como você vai fazer, pra quem você vai fazer; então você questiona tudo dentro desse contexto, então assim, a gente começou a pensar que, ou você trabalha pensando na preservação ou você tá fadado a tá fazendo uma produção em decadência, vamos assim dizer: porque cada vez você deteriora sua terra, tudo isso significa que você tem que aumentar as coisas todas, e sem falar que a

cada dia você tem que ir derrubando mais. Eu acho pelo menos na minha convicção, é que toda a degradação do ser humano tá ligada a questão da degradação ambiental. Se a gente tudo é interligado, entendeu, à medida que aquilo - vamos assim dizer - quem é que nos dá o suporte né, se degrada eu vou junto, então pra mim a questão não é só a questão da produção entendeu, não vamos usar adubo químico, só vamos usar adubo orgânico, que a gente sabe que o sistema capitalista vai pra onde vão as coisas, então hoje já produzem adubo orgânico com caldas biológicas, a questão é a do lucro, você sai da dependência do capitalismo com a questão química e entra no mesmo capitalismo com a questão orgânica, então a discussão não é essa, a discussão é que a gente é agricultor familiar então a gente tem que criar nossos próprios mecanismos, então penso assim, é tanto que quando a gente começou a trabalhar nos assentamentos a gente, a questão ambiental tava colocada, porque nos assentamentos essas coisas, você tava correndo atrás do prejuízo que já tinha sido feito de desmatamento, essas coisas todas. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Para Salvaro (2003), as relações do trabalho no campo e as atividades laborais das mulheres compreendem um referencial semântico, convencionado coletivamente, que defende objetivos relevantes a participação igualitária das mulheres nos trabalhos que constituem o cotidiano dos acampamentos e assentamentos. Através da narrativa de suas memórias, Ipê-roxo afirma que a militância por terras, melhores condições de moradia e bem-estar, perpassam pelos debates sociais, políticos, econômicos, culturais e também de gênero.

Alcançar resultados significativos de transformações políticas, socioculturais e econômicas, significa priorizar a educação como principal ferramenta de (re) construção, capaz de preparar individualmente os sujeitos para a luta coletiva, e promover a formação de lideranças capazes de manter ações desenvolvimentistas ancoradas nos ideais de igualdade, inclusão e oportunidade.

#### **4.3.1 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO DEBATE AGROECOLÓGICO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Existem diferenças de argumentação dentro dos movimentos sociais sobre o que é a agroecologia. Cedro apresenta algumas dessas diferenças, e, de acordo com sua narrativa, cada movimento constrói suas relações sociais e políticas mediante as necessidades que possuem frente ao processo de luta, visibilidade sociopolítica e processo educacional. Para ele:

As questões sobre a conservação dependem da organização de cada movimento, não dá para dizer que é nivelado não, os movimentos têm suas diferenças de organização, mas o sentido é o mesmo em relação a conservação, sustentabilidade, agroecologia, entendeu, da melhoria da qualidade de vida, mas lógico que cada um vai atuar com isso de acordo com sua dinâmica de organização. Em relação a agroecologia o Terra Vista é um padrão para os outros movimentos, tanto que alguns cursos que são ofertados lá, assentados de outros movimentos de outros assentamentos atuam nesse curso, fazem o curso né, estudam, vão participar (Entrevista concedida em 15.09.2019).

É necessário planejamento, organização e estrutura de Estado para que muitos dos conflitos que ainda existem dentro dos movimentos sociais e em áreas de assentamento sejam superados. Para isso, no entanto, é fundamental uma política desenvolvimentista eficiente, capaz de atender as necessidades plurais de cada estado, que inclua a participação de membros desses movimentos em sua escrita e execução e que seja passível de adequações ao longo das transformações sociais, políticas e econômicas do país. Para Ipê-roxo, essa luta seguirá enquanto sua jornada existir, e refere-se as Instituições de Ensino Superior como núcleos essenciais a autoafirmação desses movimentos:

Eu continuo nessa luta porque não tem jeito não, é porque pra mim é uma questão de vida entendeu, de ser daquele jeito, de alguma forma você está contribuindo com a evolução, eu acredito que nessa questão ambiental você é, essa história pra mim de fazer local, aquela história de fazer global tá tá tá, pra mim as coisas não são soltas, tudo o que você faz você está contribuindo, o que você faz no local você tá contribuindo pro ambiental geral, global, então, eu não consigo pensar nas coisas descansadas (...) quanto as instituições, eu sempre vou pra UESC e esculacho, você sabe né, porque eu acho que a UESC como uma academia, poderia ter outro posicionamento; porque assim, tem pessoas profissionais como Emerson e outros, comprometidos, mas não é a instituição entendeu, eu acho que, eu disse lá num evento com a reitora, que a UESC precisava, e naquele momento que eu cheguei tinha mulher por tudo que é canto, eu falei “a UESC precisa derrubar os muros, porque é como se vivesse numa redoma, tem pesquisa só pra publicar nas revistas, e não tem uma devolução pra comunidades”, coisas que podia tá, não digo acelerar, mas melhorar nosso processo, fica na gaveta, utiliza a gente como laboratório mas não devolve as coisas, as pesquisas, então acho que como instituição tem muito o que fazer. Tem figuras fantásticas como professores, e acho que eles tentam na marra furar os bloqueios daquele lugar, mas tinha que ter compromisso como instituição. Você tá numa região dessas, em volta de mil e um problemas, comunidades, assentamentos, acampamentos, vilas, o escambal e você não tem uma proposta como instituição pra isso, porque acredito assim que você tem uma responsabilidade, uma obrigação como instituição de se envolver com seu entorno, não é uma coisa de bem querer, se eu quiser, você tem uma obrigação de fazer isso. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

A narrativa de Ipê-roxo apresenta um precedente que Frigotto (2014) discuti sobre a interferência sutil, e ao mesmo tempo avassaladora, de instituições como a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) em escolas e universidades públicas por meio de programas governamentais, a exemplo do Todos pela Educação. Para ele, a ABAG consegue cooptar alunos, educadores e dirigentes de secretarias a participar e defender uma educação que convém ao mercado consumidor e ao capital financeiro.

Ipê-roxo traz em suas memórias a ausência do Estado nos assentamentos. Refere-se a UESC como instituição ausente do contexto socioeconômico local. Traduz pela oralidade um sentimento de descaso e abandono, assim como a animosidade por se sentir usada em experimentos que a instituição executa no assentamento em que reside, sem conseguir acessar os resultados dessa participatividade, os quais poderiam auxiliar no desenvolvimento de áreas mais produtivas, em sistemas de educação mais convenientes as aspirações coletivas e a institucionalização de políticas públicas mais eficientes. Samuma também declara que sente a instituição negligenciar a situação local, para ele:

A UESC pra mim teria um papel fundamental numa perspectiva, se ele saísse daqueles muro, daquela cerca que atrai pra dentro cada vez mais. A UESC tem uma capacidade extraordinária intelectual, mais estão construindo Deuses cheios de ego, pós doc, pós não sei o que, esse povo se transforma em Deus e sem tempo, porque não tem tempo mais pra nada, sobe em cima do pé de mamão desce com um artigo, incentiva os estudantes pra fazer Iniciação Científica, pra se transformar em cobaia dos pós-Deuses; Deus ninguém pode questionar, porque Deus é Deus, então vira um ciclo vicioso de pós-Deuses com os discípulos, os discípulos querem ser Deus, e o Deus cada vez mais se afastando do discípulo pra ele nunca chegar lá, porque se não toma o lugar dele. Então esse ciclo vicioso que tá acontecendo e os ego e as vaidades tomam conta de tudo, então você só vê se estudando tudo que é de fora, menos as coisas boas daqui pra dentro, e quando se estuda as coisas boas daqui de dentro é pra exportar, é pra entregar as transnacionais de graça essa coisa toda. Então nós precisava, mais voltando a dizer o seguinte, a UESC seria a grande ferramenta pra ajudar no processo de desenvolvimento, e até agora o governo não fez conta, no dia que fizer a conta ou fecha ou dão um direcionamento pra aquela UESC, e a outra (*referindo-se a UFSB*) está em processo de construção, se a população regional for pra dentro dela, pra dar um rumo, entende isso, o problema que a população regional, como lhe falei, tá na síndrome do cachorro morto, perdeu a capacidade de formular, de acreditar nisso aqui, nessa região, essa coisa toda. Então fica muito difícil, se os intelectuais pudessem ajudar, todo mundo pudesse ajudar pra construir uma Universidade verdadeiramente regional. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

Para Samuma, militante do MST desde a juventude, a formação intelectual para fortalecer os ideais dos movimentos sociais, é fator preponderante para a consolidação dos movimentos sociais; em suas palavras, as Universidades públicas têm papel determinante na construção de um novo modelo de sociedade, o qual deve privilegiar as heranças e os saberes locais, promovendo a valorização dos recursos naturais e humanos capazes de proporcionar melhora da qualidade ambiental, aumento de atividades econômicas, mudanças políticas e sociais, e o fortalecimento da cultura.

Outro colaborador que revelou suas angústias sobre a ausência de ações da Universidade no campo foi Amescla. Ele vem trabalhando para fomentar o emprego de tecnologias na elaboração de chocolates de origem, mas narra um processo de exclusão e abandono, que impacta negativamente no desenvolvimento e na gestão municipal. Para ele, a Universidade Estadual de Santa Cruz desmobiliza e perverte profissionais, que não enxergam no campo as possibilidades de crescimento técnico e prosperidade econômica:

Nós temos outro problema, as Universidades que estão em nosso entorno não se envolvem no meio, nós temos um muro imenso entre a Universidade, como a UESC que tem curso de agronomia, tem técnico em alimento e tudo, mas não tá envolvida nesses municípios. As prefeituras não tem um política própria pra captar alunos do IF Baiano, da UESC, alunos desses cursos de formação pra tá dentro dessas áreas de agricultura familiar formando eles, orientando esses produtores; o cara se forma lá no curso de agronomia e não sabe nem fazer uma coleta de solo, é um desafio, e o agricultor cá também quando faz as vezes faz superficial, então a gente precisa repensar a região, se a gente quer ser grande e a gente quer ter uma região pujante, nós vamos ter que repensar esses elementos, não adianta que o agricultor tá lá isolado ou pensar que o governo vai fazer que não vai, a gente precisa agregar Universidade, agregar o Estado, agregar os próprios agricultores num conjunto de forças pra crescer. (Entrevista concedida em 15.01.2020).

É necessário que a educação superior funcione em congruência com o poder municipal como caracterizou Amescla. São necessário profissionais formados para formular ações, debater posicionamentos acerca de novos e mais eficientes modelos de gestão. No entanto, as narrativas exaltaram a ausência das Universidades e instituições de ensino técnico, assim como de seus profissionais, na elaboração de um projeto de sociedade futuro em conjunto com os movimentos sociais.

Foi possível observar que a relação entre ambos vem se desgastando, e alimentando um sentimento de animosidade, pois os anseios por uma sociedade mais igualitária, humanista e

ecologicamente sustentável, vai enfraquecendo pelo menosprezo de suas ações e ideologias. As memórias mudam de acordo com quem as estabelece, e os registros oral e escrito, organizados a partir dos depoimentos, representaram um ganho significativo na compreensão da conjuntura política, social, econômica e ambiental, sobre a qual os movimentos sociais da microrregião Ilhéus-Itabuna se organizaram frente a disponibilidade das Instituições de Ensino Superior em participar de mobilizações sociais e construções teóricas-metodológicas, sobre a importância desses atores sociais para as memórias regionais e na conservação da floresta como lugar de memória.

#### **4.4 RELAÇÕES COM A TERRA: O PROTAGONISMO FEMININO**

A educação dentro dos assentamentos de reforma agrária tornou-se uma necessidade para o bom andamento dos movimentos sociais, isso porque os conhecimentos tradicionais, para que não se percam ao longo do tempo, ainda são transmitidos pela oralidade. Para tanto, cabe as mulheres o papel de multiplicadoras do saber, já que ainda são vistas como únicas responsáveis pela educação dos filhos. O educar para conservar as relações entre humanos e ambiente, está relacionado a posição social das mulheres nessas organizações, sobre isso Ipê-roxo relata:

Víamos a educação como prevenção, isso porque quem tava acampado já tinha sua produção por ali e então a gente fazia toda essa orientação, toda essa discussão com quem fosse, com as mulheres e tal, porque pra mim as mulheres são as guardiãs da vida, e assim a consciência, o conhecimento que elas tem desse aspecto ambiental é uma coisa extraordinária porque, acredito assim, como as mulheres foram impedidas de falar durante muito tempo, aguçou a questão da observação, então isso fez delas pesquisadoras fantásticas, então, por um lado destruídas como ser humano, que não era diferente dos companheiros, mas pras mulheres tem todos os outros agravantes né, da violência sexual, todas as violências, então trabalhar e ver essas figuras desabrochando uau, é uma coisa fantástica. Sempre fui preocupada com as questões ambientais e vi os resultados, porque assim, acredito que, quanto mais há degradação, quem mais é penalizado é as mulheres, porque assim, vamos supor, tem que fazer o fogo de lenha, se tá tudo destruído tem que andar quilômetros pra ir. Quem vai buscar água não sei aonde, são as mulheres, e aí, pra mim, por conta de vista dessa questão da degradação a questão da violência aumenta, porque se é uma produção em decadência, todo o clima tá acirrado mesmo em família, o homem, e aí pra mim cria uma cadeia, o homem que espanca a mulher, que espanca o filho, que espanca os animais, então cria uma cadeia de violência, embora não percebam que é isso, que todas as coisas estão ligadas a questão da degradação ambiental, essa questão da sua degradação como pessoa humana. Tem que trabalhar a família. (Entrevista concedida em 22.09.2019).

Educar meninos e meninas no campo é um desafio e um direito universal, conforme apresentei na sessão três. Mesmo com dificuldades, o processo de ensino e aprendizado é organizado, desenvolvido e praticado em meio a espaços coletivos construídos para acolhimento e passam a garantir que a sabedoria tradicional seja transmitida a crianças, jovens, adultos, companheiros de luta, apoiadores, e aos que estejam dispostos a aprender como comunidades sem recursos financeiros suficientes, mantém a dignidade humana. Tais conhecimentos são o resultado de gerações que albergaram diferentes conhecimentos acerca do ambiente que os cerca, e atualmente utilizam para seu crescimento socioeconômico:

As sociedades camponesas ou campesinas se caracterizam por grupos que tem a centralidade da unidade de produção para reprodução da família, e não na comercialização. Essa categoria difere do agricultor familiar, que embora também busque a soberania alimentar no âmbito da sua família, está integrado a um mercado, respondendo às suas exigências. Este discurso produz a compreensão de que, na prática do campesinato, os trabalhadores da terra atuam na luta contrária às dominações políticas e econômicas. Além do valor de uso e de troca do produto, são adicionadas, ao produto, ideias, ligadas a valores subjetivos e oferecidos ao consumidor, tais como: cuidado com a saúde, meio ambiente e segurança. (WARMLING; MORETTI-PIRES, 2017, p.692-693).

Estas memórias manifestaram como os movimentos sociais atuaram na adesão ao modelo de desenvolvimento agroecológico. Construir um processo educacional diferenciado, autônomo e holístico é essencial ao bom desempenho desses movimentos em relação a sua construção e desenvolvimento político, social e cultural. Para Wigg et al. (2016), pensar agroecologia é enunciar as contradições socioeconômicas do modelo convencional de reforma agrária vinculado a uma agenda de interesses econômicos. O desenvolvimento de técnicas que potencializam os conhecimentos regionais e locais pode ser utilizado para aumentar a produtividade em consonância com a equidade ambiental e humana, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica, social, do trabalho e a igualdade de gênero.

Mulheres de diferentes idades também atuam na construção dessa realidade; de acordo com Gomez Pereira e colaboradores (2016), no modelo de produção agroecológica, o trabalho feminino é o que de fato contribui para a sobrevivência do grupo familiar, isso porque são as mulheres agricultoras as responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar e pelos



quintais agroflorestais<sup>60</sup>, onde realizam atividades agrícolas e criam animais domésticos e àqueles com função econômica e de subsistência.

O reconhecimento sobre a importância do trabalho feminino no campo, aconteceu com a abertura democrática de 1980 e com a consolidação dos movimentos feminista e de mulheres no Brasil, no entanto, o trabalho realizado por elas perdurou classificado como ajuda em muitas esferas de organização social, sendo continuamente desconsiderado pelos órgãos governamentais de regularização fundiária que, descumpriram por algumas décadas, o marco legal que garante as mulheres ter o nome como titular da posse de suas terras (DEER, 2004).

Os marcos legais que melhor representam as conquistas de direitos pelas mulheres camponesas são o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado em 1985 pelo Ministério da Justiça no Governo de José Sarney e a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 226 parágrafo 5º reconhece que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”, e pelo artigo 189, parágrafo único, o qual estabelece que “o título de domínio e a concessão de uso da terra serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”.

As mulheres conquistaram muitos direitos ao longo dos anos de luta pela reforma agrária, mas ainda são vítimas do machismo, das relações de patriarcado e do julgamento social, que por vezes buscam justificar posicionamentos arbitrários sobre as relações de trabalho e gênero. Mas os esforços em acabar com a discriminação contra as mulheres na reforma agrária, fez do Brasil o primeiro país da América Latina a ceder cotas para as mulheres comprarem terras, garantindo efetivamente seu direito de compra, reconhecimento jurídico e igualdade de gênero sobre questões fundiárias (DEER, 2004).

A agroecologia representa uma ferramenta fundamental na construção de um modelo de economia sustentável, para a transformação sociopolítica e na mediação de conflitos. Tem auxiliado na tomada de decisões e no empoderamento crítico sobre o que é e o que não é assertivo para a reestruturação da reforma agrária. Com a reconstrução do mercado consumidor e a modernização da matriz tecnológica utilizada na proposta agroecológica, movimentos sociais e

---

<sup>60</sup> Áreas em torno de casas e acampamentos cultivadas, principalmente por mulheres, para oferecer espécies alimentícias e medicinais utilizadas pelas famílias no cotidiano de suas atividades, podendo abrigar animais para venda e abate, como galinhas, patos e gansos, assim como animais domésticos.

lideranças locais precisam resistir e buscar alternativas nas frentes de luta que estão baseadas na biodiversidade e na reconexão do homem com a natureza.

De acordo com Borges (2010) esse novo modelo de desenvolvimento adotado pelo MST sofreu resistências internas, ou seja, indivíduos do próprio movimento se colocaram contra essa ideia. No entanto, o MST conseguiu redefinir suas estratégias e iniciou a implantação de princípios e práticas agroecológicas, dentre as quais priorizaram a organização política dos membros do movimento, a educação, a produção e as questões ambientais.

O MST é um movimento reivindicatório, que trata da exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra, das condições de produção, das desigualdades de classe, mas que defende objetivos relevantes a participação igualitária das mulheres nos trabalhos que constituem o dia a dia do funcionamento dos assentamentos; contando inclusive com um setor de gênero, o qual defende os objetivos gerais e específicos que tem como fio condutor a construção das novas relações entre homens e mulheres no campo (SALVARO, 2003)

Através da priorização dos setores da educação, formação e produção, o MST alcançou maior eficiência das estratégias de capacitação dos assentados, com a profissionalização de especialistas que sejam capazes de progredir na fixação dos trabalhadores a terra. Desse modo, as parcerias com engenheiros agrônomos e técnicos agropecuários além de facilitar a manutenção das ocupações, aumentou a eficiência das relações de manejo do solo e a utilização da terra para o plantio, o que em muitas áreas era realizado de forma precária (Figura 12).



**Figura 12:** Jornal da ABI Rio Grande do Sul - 27 e 28 de janeiro de 1996, p.05. Capacitação de profissionais para fixação de famílias do MST a terra.

**Fonte:** <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Para Mendes e colaboradores (2014), as lutas das mulheres trabalhadoras no contexto rural brasileiro revelam a necessidade de constituir, no projeto social do presente e de futuro, a transformação das relações de classe e gênero, com a garantia dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, a transformação entre homens e mulheres e entre estes e a natureza. Os autores defendem que o sentido de desenvolver e fortalecer organizações coletivas, é apresentar a força das lutas pelos direitos frente a todo tipo de desigualdade social e de gênero.

Nessa perspectiva, a organização das mulheres agricultoras tem se revertido em benefícios coletivos, entre os quais pode-se citar a melhoria da qualidade de vida das famílias, o aprendizado político, a inclusão social, a valorização e visibilidade do trabalho camponês, promoção da produção agroecológica e dos subprodutos do beneficiamento, a participação na tomada de decisões, a oportunidade de diálogo entre poder público e sociedade, o aumento da sociabilidade e da autoestima, e acesso a financiamento para custear operações ou créditos.

#### **4.5 A VOCAÇÃO DO CACAU: MANUTENÇÃO E PERMANÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUL DA BAHIA**

Para estabelecer conexões sociais coletivas, reconstruir laços com o ambiente, planejar projetos futuros e transformar a realidade local, movimentos sociais precisam apoderar-se de conhecimento sobre o que foi, o que se tornou e para onde está caminhando a história local. Ouvir as memórias e conectá-las as consequências contextuais dos temas foi conveniente para contextualizar as informações para outros, e, com efeito, descreveu a revolução tecnológica que a região Sul da Bahia experimenta atualmente. Em suas memórias, Amescla, que é do MLT, expõe pros e contras sobre a importância da matriz de produção agroecológica:

Nós estamos trabalhando na área agroecológica né, mas uma parte também é convencional e temos muitos problemas também, em alguns assentamentos, de venda de lote e tudo, são fatores assim, associados ao pessoal com a idade avançada que tentam fazer essa parte e acabam criando um problema gravíssimo dentro dos assentamentos porque você tem uma visão diferenciada do processo. (Entrevista concedida em 15.01.2020).

Sua narrativa esclarece as vantagens da transição agroecológica e esclarece como a conservação das áreas de mata repercute nas questões de adequação legal, na produtividade de setores agropecuários e na valorização comercial do cacau produzido no sistema cabruca (manejo de cultural à sombra de árvores da Mata Atlântica). Suas memórias contam os motivos pelos quais a produção em sistema convencional tem deixado de ser utilizada, e exemplifica como a transição colaborou com a melhora da qualidade ambiental e para o bem-estar humano e animal:

A gente tem mais área agroecológica, temos aí áreas de cacau dentro da Mata Atlântica, o cacau cabruca, cacau Parazinho; são áreas entrando em recuperação porque cada assentamento teve que recuperar 20% das áreas onde tem os mananciais, o assentamento Santana passa na margem do rio Salgado, então tivemos que recuperar 17 hectares dentro do plano de recuperação de APP, as outras áreas também e são atividades que precisam se manter, são pequenos produtores que tiram de 5, 8, 10 litros de leite dia, então são atividades que não tem capital e por isso não tem condição de manter um atividade mais convencional porque é caro, são atividades mais agroecológicas porque se tem que manter a questão ambiental (...) esse é o grande desafio, estamos levando na questão do cacau um valor diferenciado da commodity. A commodity está em torno de R\$ 150,00 a arroba, nós estamos trabalhando uma média de R\$ 220,00 a arroba, isso pra agregar valor onde o produtor possa manter as aguadas (nascentes) onde ele possa ter uma cacau de melhor fermentação, que passa de 4

a 7 dias pra valorizar o produto dele até chegar aqui na unidade de fabricação. (Entrevista concedida em 15.01.2020).

Para Samuma, a agroecologia é o futuro dos assentamentos de reforma agrária, pois através desse modelo de desenvolvimento há condições concretas de gerar melhor organização coletiva, aumento dos potenciais de desenvolvimento sustentável pela geração de potencial endógeno e abertura dos canais de comercialização dos produtos oriundos desses sistemas de produção. Sua narrativa revela a importância dos debates teóricos na resolução de problemas e para a construção da identidade social, e atesta sobre a capacidade agroindustrial dos assentamentos, como meio para adquirir autonomia econômica:

Já transformamos aqui na escola da floresta e do chocolate, já estamos com o maquinário todo aí. Já reformamos a fábrica pra ser uma oficina específica do cacau e do chocolate. Já pensamos aí em montar uma oficina de marcenaria pra trabalhar essa questão das madeiras mortas, transformar isso em instrumentos musicais, transformar isso em óculos, armação de óculos de madeira, a coisa mais linda do mundo. Ao invés de você usar um negócio desse (*aponta para meus óculos*), usar um negócio de madeira, de jatobá, de jacarandá, uma coisa magnífica, e isso precisa do campo de robótica, da oficina de robótica. Na questão das frutas, também estamos trabalhando essa questão de polpas e agregando valor, e agora recentemente estamos com uma pesquisa aí de doutorado e mestrado, o mestrado na questão das frutas e o doutorado nessa área de PANC<sup>61</sup>, que isso vai dar pra nois umas possibilidades grandiosas. O resto é trabalhar e construir. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

De acordo com Cuche (1999), a identidade que é construída e reconstruída constantemente no interior das trocas sociais e que pode, sob certas circunstâncias, ser manejada, estratégica ou inconscientemente, para buscar reconhecimento e fugir de uma situação de preconceito, reforça a utilização de marcas positivas e ações coletivas no sentido de compreender, a partir das interações sociais e da razão político-estratégica de atores sociais, a formação da identidade sem-terra.

---

<sup>61</sup> Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) são espécies vegetais nativas, silvestres ou autóctones, que possuem potencial alimentício, mas que não são consumidas em larga escala. Tem desenvolvimento espontâneo e por isso são fortemente combatidas por herbicidas, já que são consideradas ‘erva daninha’. Constantemente negligenciadas inclusive por órgãos de fomento, de ensino, pesquisa e extensão. Ver KINUPP, Valderly F.; LORENZI, Harri. *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: aspectos nutricionais e receitas ilustradas*. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos de Flora, 2014.

Sobre o processo de desenvolvimento em etapas, Samuma revela uma formação voltada à militância, que lhe proporcionou senso crítico e analítico sobre a conjuntura política e social que envolve a formação identitária dos movimentos sociais. Nesse processo, a autoeducação de iguais e a autogestão da ordem social reprodutiva, não podem ser separadas uma da outra, pois a educação significa o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema, que explora o trabalho como mercadoria (MÉSZÁROS, 2007).

As memórias de Samuma retratam a necessidade de se estabelecer uma prioridade em relação à escolarização dos jovens, de modo a contemplar as transformações que os movimentos sociais atravessaram durante sua trajetória. Os esforços que consideram educandos como protagonistas, tanto do processo educacional e de produção de conhecimento, como da gestão compartilhada dos cursos, enfrentam inúmeras resistências e entraves nas Instituições de Ensino Superior (MOLINA et al., 2014)

Para Zacchi (2016), a identidade da luta se constrói na própria luta e não se limita a uma afirmação do seu caráter nacional, isso porque os movimentos sociais se alinham com grupos ambientais internacionais, defendendo um desenvolvimento sustentável e a conservação do ambiente, contribuem no combate à desigualdade de relação entre homens e mulheres e promovem a aproximação entre “Eu” e as múltiplas variáveis, tanto no tempo quanto no espaço, que compõe a “identidade” destes movimentos<sup>62</sup>.

Não foi para todos que a agroecologia emergiu como ciência que promove intervenções sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Sapucaia, integrante do Movimento de Luta pela Terra, considera que muito ainda precisa ser feito para que os assentamentos do Sul da Bahia tornem-se modelos de produção e de convivência social. Para este colaborador, a agroecologia precisa ser propagada e trabalhada com maior dedicação, por todos os que compõe a cadeia de produção do cacau, ele relata que:

A produção agroecologia vai variando de assentamento pra assentamento, tem assentamento que é ninguém, tem assentamento que é a maioria, tem assentamento que é só metade. Isso porque, eu que acho, que o pessoal ainda tá muito na visão do cacau entendeu, muitos que foram pra lá e continuam assim, a

---

<sup>62</sup>ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: normas e transformações da memória cultural*. As teorias da memória de Nietzsche, Halbwachs ou Nora acentuam o caráter construtivista da recordação, seu caráter segurador da identidade, e afirmam o direito dela em face de uma ciência histórica objetiva e neutra. Nos três casos, a oposição mestra se dá entre habitado e inabitado: a memória “pertence a portadores vivos com perspectivas parciais”; a história, ao contrário, “pertence a todos e a ninguém”, é objetiva e, por isso mesmo, neutra em relação à identidade. 2011, p.146.

diversificação não foi uma lógica que pesou pra gente ter, embora muito pregado a diversificação de culturas, mas o cacau é o cargo chefe e a gente fica muito no cacau mesmo e no cacau tradicional, então tem muito isso, mas esse mesmo de Ibicaraí começa a trabalhar com o cacau orgânico e o cacau fino, mas assim, a maioria vende pro mercado normal. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

As culturas a que Sapucaia se refere são as espécies vegetais utilizadas na alimentação e para a produção madeireira. Sua narrativa revela que o potencial de produção agroecológica, deve contar com a utilização de espécies vegetais diferentes entre si, mas que sejam capazes de complementar seus ciclos mutuamente, ou seja, tornando os agroecossistemas mais eficientes<sup>63</sup>. No entanto, suas memórias revelam que essa demanda ainda é pouco requisitada, isso porque, a adoção de sistemas agroecológicos pouco pesa nas relações cotidianas das comunidades que ele acompanha. Por outro lado, reconhece que há valorização comercial, principalmente do cacau, quando se trabalha com a perspectiva holística da agroecologia. Ele continua:

Se eu planto só cacau se dá uma crise, se o preço do cacau cai lá pra baixo, eu me lasquei, só tinha o cacau. Mas se eu tiver outra coisa eu seguro, e uma novidade que a gente tá discutindo em três assentamentos lá em Ibicaraí, na verdade são quatro, três do INCRA e um do cédula da terra. A gente tem uma fábrica lá de chocolate, em Ibicaraí (...), aí a gente já tá discutindo o cacau fino, porque aí você agrega valor, hoje uma arroba de cacau é R\$ 150,00, você pode ter um cacau fino de R\$ 300,00; R\$ 350,00; R\$ 400,00 reais a arroba entendeu, aí você já faz um cacau diferenciado, pra você fazer um chocolate gourmet assim, entendeu. E aí você tem que buscar mercado, porque o povo tá acostumado a por açúcar na boca, não tá acostumado com coisa de qualidade não, banha hidrogenada achando que é de cacau. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

A revalorização do cacau tem aumentado as demandas pelo produto no mercado externo, a compra e venda dessa commodity tem crescido substancialmente ao longo dos últimos 4 anos, diferentes países têm investido no manejo das plantações de cacau e nas relações entre produtores, produto e mercado consumidor, agregando valor comercial ao fruto e a seus derivados, como é o caso do chocolate, que tem ganhado novas texturas e sabores. Para Amescla,

---

<sup>63</sup> Por eficiência entende-se que o agroecossistema ou ecossistemas agrícolas têm como objetivo básico a manipulação dos recursos naturais com vistas a otimizar a captura da energia e transferi-la para as pessoas na forma de alimentos ou fibras mantendo o equilíbrio das relações intraespecíficas, garantindo a sobrevivência e estabilidade da unidade familiar de produção.

a venda da amêndoa do cacau deixou de ser uma prioridade, e o futuro para as populações do campo é a produção do chocolate de origem:

Acho que a questão do chocolate e do cacau é um desafio, acho que tá todo mundo aí envolvido nisso, mas a gente precisa se juntar por um momento; não como foi no passado com os grandes coronéis, mas numa visão diferenciada né; numa estrutura como essa de agroindústria colocada em Ibicaraí. Ela precisa ser fomentada nesse estilo, precisa do produtor e a gente tem esse empreendimento aqui, a gente trabalha tanto com o assentado de reforma agrária, quanto com o pequeno produtor da região. Pra você ter ideia, você chega aqui com a saca de cacau que você quer torrar e fazer nibs, você sai daqui com seu nibs pronto, o que a gente vai discutir é a operação, quanto é que custa pra eu fazer 60 quilos de nibs hoje aqui em Ibicaraí, aqui é um custo personalizado. Você sai com sua matéria prima, pro produtor entender que esse é um processo de mudança, que vai levar ele a ter um diferencial na região né. Nós somos a única região que deixou de fazer o produto final chocolate, passamos a fazer isso de 2010 pra cá; e fomos o melhores produtores de amêndoa que já se viu no mundo na década de 80, se você pegar a literatura da década de 80 nós fomos os melhores produtores de cacau tipo 1, mas nós não quisemos fazer ou não alertamos que era melhor ser produtor de chocolate do que produtor de cacau de qualidade e o *start* que o Estado deu em 2010, ele coloca esse desafio, muita gente tinha fazenda, e fez a gente triplicar esse processo. (Entrevista concedida em 15.01.2019).

As memórias de Amescla sobre o ciclo do cacau, revelam suas aspirações em promover o desenvolvimento tecnológico e social das comunidades camponesas na região; para que os problemas vividos não sejam repetidos, logo, a oferta de uma educação de qualidade e de forma continuada, a qual reforce o ideal de resistência dos grupos frente a valorização do trabalho camponês na produção de cacau, é prioridade.

Desse modo, ao produtor deve ser transferido conhecimentos sobre qualidade, conservação da mata e cooperação agrícola, tendo por finalidade a estruturação dos modelos de produção familiar, para que estes sejam capazes de organizar-se frente as demandas do mercado consumidor, evitando, dessa maneira, a repetição do contexto histórico decadente do século XIX e XX:

Em virtude da grande seca ocorrida na região entre 1962 e 1963, a qual trouxe como consequência a diminuição na produção de cacau (monocultura predominante na região à época), e, por conseguinte, a demissão de grande número de trabalhadores, bem como pelas condições precárias de trabalho (submissão e escravização da mão-de-obra familiar) a que eram submetidos no período (...) a conjuntura nacional à época de sua criação, no que se refere às questões rurais, se caracterizou pela acentuação das contradições entre trabalhadores rurais sem terra e os proprietários da terra. Conquanto o governo nacional do período fosse considerado um governo populista, no entanto, acentuava-se um processo de valorização e exploração direta da terra por parte



dos proprietários, os quais passaram a negar aos trabalhadores sem-terra o direito de utilizá-las. (ANDRADE, 1994, p.45).

O caráter político da memória que também discute o multiculturalismo, ganhou destaque em todos os âmbitos da sociedade. Grupos das chamadas “minorias” começaram a reivindicar o direito de “cultivar” suas memórias (RIOS; RAMOS, 2010), um ato essencialmente relacionado com demandas e reivindicações por espaços de representação social, política e cultural. As memórias constroem sentido sobre o passado e constituem identidades, ultrapassando os limites da experimentação empírica, permitindo ao narrador e ao ouvinte estabelecer conexões e relações de consequência.

Com essa perspectiva, Samuma narra como as escolhas políticas e de mercado foram absorvidas pela identidade que o MST construiu ao longo de seus 30 anos de existência. Certas ações, medidas, intervenções e posicionamentos, são criticadas pela sociedade civil, assim como por seus apoiadores mais próximos, que não deixaram de contribuir com o movimento tendo por finalidade mantê-lo forte e unificado. Em suas memórias, ele construiu uma lógica sobre temas políticos e históricos que fez do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra o que ele representa atualmente:

O MST é o maior movimento da América do Sul, se não dizer da América Latina e do mundo. É o maior movimento de luta pela terra. Mas não teve ainda a capacidade de incorporar a luta por território e a luta em defesa dos biomas. Isso seria possível se, o movimento, como um movimento hegemônico, passasse a entender essas questões dos povos ancestrais, ou seja, dos povos originários - o povo índio - e a questão do povo preto, pra incorporar numa luta por terra, território e bioma (...) o MST se preocupa com a conservação dos biomas, mas até agora não encontrou uma fórmula, e nem tão pouco vem construindo uma unidade para isso. Que isso precisaria entender a história, entender o processo de colonização, entender o processo desses povos que vieram e dos povos que já estavam aqui, isso é a dimensão. O MST fez um trabalho bom e ele entendeu a luta a partir de Quilombo de Palmares, a luta de Conselheiro e a luta das Ligas Camponesas. Por que esses movimentos foram derrotados? Porque era movimentos que vivia isoladamente, em pequeno território, então isso foi uma luta extraordinária, por exemplo: você pega a primeira república palmarina, foi uma luta extraordinária, mais foi derrotada, os portugueses trabalharam e derrotaram; você pega luta do Contestado, a luta de Antônio Conselheiro, morreu mais de 30 mil camponeses, foi derrotada; e se você pega as Ligas Camponesas também foi derrotada no golpe de 64. Então o MST absorveu tudo isso e entendeu que era preciso construir um movimento nacional, para fugir

desse flagelo de ser derrotado pontualmente. (Entrevista concedida em 05.10.2019).

Deve-se reconhecer a memória como uma reconstrução continuamente atualizada do passado e não uma reconstrução fiel do mesmo, ou seja, a memória é mais um enquadramento que um conteúdo, um objetivo alcançável, um conjunto de estratégias, de modo a nos dar a noção de que o que passou não está definitivamente inacessível, já que é possível fazê-lo reviver através das lembranças.

A integração entre diferentes conhecimentos para organizar um complexo multidisciplinar e interdisciplinar, necessita dos debates em centros de formação acadêmica e técnica para emergir como ciência, e se faz essencial ao fortalecimento dos movimentos sociais enquanto coletivos de luta e emancipação. Partindo de estudos sobre manejo de solos tropicais e produção agroecológica de alimentos, a pesquisadora Ana Primavesi<sup>64</sup> se uniu ao conhecimento tradicional camponês para transformar a perspectiva de produção implementada pela Revolução Verde de 1960.

As memórias sobre a organização e a permanência desses movimentos sociais no território Litoral Sul da Bahia durante as décadas de 1970 até os anos 2000 têm sido mantidas pela oralidade. Elas atravessam gerações e são compartilhadas com familiares, companheiros de luta e pesquisadores. Muitas dessas memórias haviam sido registradas por pesquisadores americanos, mas que não devolveram os resultados das pesquisas, logo, a aflição em perdê-las é um sentimento inscrito em alguns colaboradores, como é o caso de Jequitibá-rosa:

As memórias do assentamento estão guardadas só com agente. Não temos a história do assentamento, não temos nada. Até é vergonhoso (...) as memórias das lutas do assentamento estão guardadas dentro de cada um, se morrer já foi, não temos nada entendeu, embora já tivemos assim, pessoas que veio aqui, escreveu, mas a gente não recebeu ainda. A gente teve Coline, que ela escreveu sobre lideranças né, e uma das lideranças foi escrita a minha história, de toda a história que aconteceu aqui dentro. Ela era da Universidade do Colorado. Ela teve a pouco tempo aqui, disse que tava tentando traduzir pra entregar pra gente. Então ela pegou aqui na região aqui algumas lideranças, dona Otilia, pegou na

---

<sup>64</sup> Engenheira agrônoma pioneira no mundo em agroecologia formou-se na Áustria, seu país de origem, e mudou-se com seu marido para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Suas pesquisas apontam para uma agricultura que privilegie a atividade biológica do solo com um alto teor de matéria orgânica, entre suas contribuições para a agronomia está a compreensão do solo como um organismo vivo e com diversos níveis de interação com a planta.

época Maria do Carmo, a minha pessoa, teve outras mulheres, só lideranças femininas, então ela fez a tese dela de doutorado, em cima dessas histórias, que representavam lideranças dentro do processo de reforma agrária, dentro da agroecologia, da preservação do meio ambiente. Não temos nada, não posso dizer que ela fez, porque não tem nada em nossas mãos. (Entrevista concedida em 10.11.2019).

Para Biriba, as relações entre pais e filhos são as que mantêm o movimento vivo. As memórias sobre as ocupações, o registro de como os movimentos se constituíram e a transmissão dos conhecimentos ancestrais asseguram os ideais de luta e de revitalização econômica. A análise das conjunturas de cada governo aproxima gerações, de modo que os movimentos sociais constituem raízes mais forte, maiores e profundas.

No entanto, o relato de Biriba traz informações sobre como essa oralidade deixa de funcionar se não for mantida e valorizada pelos próprios atores sociais. Ele manifesta que alguns pais e as próprias lideranças não estão tendo a preocupação em transmitir suas memórias, as lacunas das histórias e a ausência de transmissibilidade de conhecimentos, são um problema para a sobrevivência desses movimentos. Ele relata os acontecimentos de sua trajetória:

Muitas vezes esse todo não é passado de pai pra filho muitas vezes. Eu por exemplo, pra meus filhos eu passo; e os filhos do meu vizinho ali, será que ele vai passar. O cara que andou junto com a gente no barraco de lona, que cantava a música, ia pra manifestação, que ia pra Brasília entendeu, que segurava a bandeira, será que ele passa? (...) então, isso fez com que muitos desistissem do movimento. Tem muitos meninos aí que... eu fiquei até surpreso em um dos assentamentos nossos um menino gritou MLT, eu virei e olhei e falei “essa luta é pra valer”; quer dizer, eu fiquei até surpreso com o garoto. Então, as lideranças também têm pecado nessa área. (Entrevista concedida em 11.12.2019).

As dificuldades econômicas, o posicionamento político, o desrespeito pela cultura e a ausência de valorização do trabalho camponês, são fatores que ainda acompanham os movimentos sociais. Essa realidade abusiva e trágica, torna-se forte motivo para que pais, lideranças e jovens estejam se afastando das ideologias de luta por terras e reforma agrária. Contudo, os conflitos internos gerados pela ineficiência de políticas públicas colaboram para a opressão dos sujeitos e do sistema de gestão agroecológico, que consideram apropriado aos seus posicionamentos. Em suas memórias, Sapucaia traz essas relações de conflitos:

Hoje o conflito nosso é em manter população dentro do assentamento porque a falta de assistência técnica, a gente começa a ter um abandono também, porque o cara sem assistência técnica, sem crédito, sem estrada, sem nada, só largado na terra lá, aí de repente ele começa, aí o outro que não é fazendeiro, mas o outro

que tem um poder aquisitivo melhor, porque se aposentou, começa a comprar aquela área dele, mesmo que não possa porque a área é do INCRA, mas tem gente que compra ali aquela área, tira ele da associação. Então aquele que participou da luta original, porque ele participou da luta inicial, ele é um analfabeto, ele não tinha recurso, não tinha nada, aí ele foi jogado lá, sem uma visão de nada, de produção, virou moradia dele ali, mas se quer evitar outros problemas sociais também, de drogas, de prostituição, isso eu não vou negar que exista, porque não há a mão do Estado lá também né, ao mesmo tempo que eu lhe disse que é importante pro governo manter esse povo lá, mas também se abandoná-los lá também é pior. (Entrevista concedida em 10.02.2020).

Para Borges (2010), a transição agroecológica tem assumido diferentes significados e dimensões; as experiências nos assentamentos estão em fase de aperfeiçoamento e avaliação, e tem aberto espaço para a realização de estudos com análise focadas na mudança da matriz tecnológica, de autogestão, da produção e relações sociais. Embora entendida como um espaço derivado (uma economia agrário-exportadora conforme os interesses e os ditames dos mercados internacionais), a microrregião Ilhéus-Itabuna se caracteriza pela realidade em sua dinâmica, adquirindo outra roupagem, conforme as exigências do mercado mundial (AGUIAR; PIRES, 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Somente a retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, ao inventar o presente*

(Gagnebin, 2009)

Essas considerações finais descrevem um pouco do percurso desse projeto de pesquisa. O valor que atribuo a minha transição disciplinar (das ciências naturais para as ciências sociais e humanas) e a minha jornada acadêmica como pesquisadora é incomensurável, pois, tenho dedicado uma parte significativa de meu tempo para colaborar com a produção científica em diferentes áreas, dando o melhor de minhas competências a esta realização. Acredito que a ciência represente um corpo teórico e metodológico para validação de hipóteses e teorias, mas também que é uma ferramenta de transformações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas, capaz de incitar revoluções e desenvolver processos críticos de aprendizado.

Realizar um desenho experimental que envolvesse ciências humanas, sociais e naturais, foi o desafio que propus experimentar ao longo da trajetória de minha formação. Isso porque, acredito que a interdisciplinaridade e a multidisciplinariedade sejam o meio de atingir um desenvolvimento futuro, capaz de transformar hábitos e edificar princípios sociais individuais e coletivos.

Nessa perspectiva, participar da construção de conhecimento científico a partir de conhecimentos tradicionais acumulado por gerações dentro de comunidades camponesas, me inspirou a desconstruir valores e paradigmas da educação formal universitária e construir novas perspectivas de compreensão e entendimento da importância desse conhecimento para um futuro comum socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

A trajetória de construção e apresentação dos resultados da pesquisa em andamento, e até então preliminares - em congressos, encontros e seminários – provocaram angústias, isso porque, a cada arguição percebia que cientistas sociais e cientistas da natureza se posicionavam reticentes sobre o que estava sendo exposto. E a cada nova apresentação esse não lugar como pesquisadora, tornava-se maior.

Ao longo da convivência de quatro anos dentro do programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, pude desenvolver habilidades de compreensão de texto, crítica teórica e de elaboração textual, o que em alguns momentos tornou-se sumariamente complicado, já que fui condicionada a um tipo diferente de discussão e interpretação de dados e/ou resultados, no entanto, essa formação cartesiana me possibilitou ir além das perspectivas de muitos, incluindo da minha própria, fazendo com que me superasse em avaliações disciplinares, aprovação de textos em congressos e valorização do trabalho que venho realizando em diferentes esferas das ciências por meio de convites para eventos e para a revisão de periódicos.

Partindo do princípio que para entender a dinâmica ecológica que nos cerca é necessário compreender como a dinâmica social se estabelece, reconheci a deficiência de minha formação em ciências biológicas e tracei um percurso em direção as ciências sociais e humanas. Tal decisão rendeu grandes dores físicas e emocionais, mas por outro lado gratidão e recompensas honrosas, principalmente das populações com as quais trabalhei.

Os conceitos de impacto ambiental, ecologia, agroecossistemas e outros tantos que utilizei ao longo dos capítulos que compõe esse manuscrito, e que são utilizados principalmente pela biologia e agronomia, não fazem sentido se estiverem desacompanhados de estudos sobre dinâmica social, memórias, arquétipos socioculturais e outros que as ciências humanas e sociais desenvolveram tão habilmente.

A graduação em biologia acendeu questões que me motivaram a participar do mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, que por sua vez me incitou a cursar o Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade sem, contudo, deixar a sombra minhas inclinações as questões ambientais. Desse modo, pude organizar esse manuscrito para cumprir o pré-requisito exigido para obter a titulação de doutora, mais acima disso, capaz de transmitir informações necessárias sobre a importância e a significância que as memórias das ocupações dos movimentos sociais na região Sul do Estado da Bahia, têm para o desenvolvimento de um novo ciclo de ouro do cacau.

Em cada narrativa oral, as memórias foram sendo apresentadas, revividas e resignificadas por cada um dos colaboradores; sem a emoção e o comprometimento desses sujeitos, esse documento que representa uma parte, ainda pequena, da história silenciada e protagonizada por camponeses e camponesas, que seguiram em frente em meio as adversidades geradas pelo declínio da cacauicultura, torna-se apenas mais um trabalho de fim de curso entre tantos outros já

realizados. Em cada contexto e a cada memória, o projeto de pesquisa se transformou e tomou forma na busca de enaltecer as memórias de cada sujeito, abrigando traumas e esquecimentos.

A organização desses movimentos sociais trouxe a região uma reestruturação de sua importância econômica mundial por meio do cacau de qualidade. O estabelecimento desses movimentos sociais proporcionou ganho estratégico na oferta de alimentos, na manutenção da floresta em pé, na geração de empregos e no desenvolvimento de um mercado consumidor voltado aos subprodutos do cacau (nibs, manteiga de cacau, cacau em pó), além do chocolate de origem. A partir do trabalho de campo, foi possível verificar que mais do que a luta social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento de Luta pela Terra e as associações de pequenos agricultores dos assentamentos de reforma agrária, foram responsáveis pela construção de um modelo de educação diferenciado, que auxilia na organização e fortalecimento desses grupos, por desenvolvimento técnico para manter a saúde do ambiente e pela elaboração de uma rede de solidariedade por meio das mídias digitais.

Ao construir a resposta para qual foi o papel dos movimentos sociais na história da região Sul da Bahia, me deparei com fatos que vão além das fronteiras geográficas do local da pesquisa. Nesse contexto, pude averiguar que o desafio que muitos dos núcleos ligados a esses movimentos tiveram em estabelecer uma identidade política, equidade econômica e protagonismo socioambiental frente a expansão do agronegócio, que através da monocultura de soja, eucalipto, milho, algodão e outros tratos culturais em diferentes regiões da Bahia, é enorme, isso porque o agronegócio tem tido destaque como atividade de ganho econômico nacional. Mesmo sendo uma monocultura, o cacau cabruca tem tido papel importante e essencial na manutenção desses assentamentos e no protagonismo desses movimentos frente as lutas por melhores condições de vida.

Ao assumir o desafio de unir ciências múltiplas, considerei a possibilidade de inclinar a discussão dos resultados aos modelos aprendidos durante os anos de graduação, no entanto, o próprio percurso das entrevistas me demonstrou que esses modelos seriam ineficientes para lidar com questões tão particulares de um tempo vivido, dentro de um espaço de lutas e conquistas sociais. Reconhecer que as memórias desses sujeitos ocupam um importante espaço nas suas vidas e são os pilares de sua formação identitária, gerou a ruptura dos conceitos prévios e pré-elaborados que contextualizei antes mesmo de escutá-los.

Desenvolver esse trabalho de pesquisa só foi possível pela ajuda e tempo dedicado do meu Co-orientador, que com paciência e atenção às competências que eu trouxe de minhas vivências, conseguiu me instruir e motivar a reescrever minhas capacidades e a enfrentar as dificuldades metodológicas, teóricas e de escrita acerca do que é solicitado pelos parâmetros do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS). E as leituras etnográficas indicadas pelo meu Orientador, me ensinaram que escrever em primeira pessoa não desqualifica um trabalho científico.

O acolhimento por parte de alguns docentes, foi de grande importância para conseguir atravessar as barreiras impostas pela possibilidade de unir ciências tão contrastantes. A escuta sensível da coordenação e dos colaboradores que fazem o PPMLS ser o que é, me deu ânimo a progredir e a reconstruir meu lugar de pesquisadora. E meu bom desempenho nas atividades de classe, me motivaram a continuar com meu objeto de pesquisa.

Esta tese se estruturou em torno de dois temas principais que envolveram os relatos das memórias sobre as primeiras ocupações do Sul da Bahia, a educação e a agroecologia. Ambos foram escolhidos como temas geradores devido à grande quantidade de informações que as memórias dos colaboradores trouxeram dos anos de conflitos armados e lutas políticas pela reforma agrária.

Destaco as memórias como as fontes principais dos depoimentos orais, que narram elementos capazes de reconstituir épocas, acontecimentos e processos que tiveram importância para a vida de comunidades, instituições e movimentos sociais. E afirmo que elas não se resumem apenas a vida de um indivíduo, mas a uma construção coletiva, que representa um fenômeno de construção, sempre em evolução, mas suscetíveis a revitalizações.

Reuni uma coletânea de memórias sobre a luta por terras e reforma agrária na microrregião Ilhéus – Itabuna. Considerarei nas análises, a importância da educação na organização e na manutenção destes movimentos sociais; assim como discuti a necessidade de estabelecer uma educação de qualidade, que atenda as demandas dos movimentos sociais e que seja capaz de possibilitar a construção de um projeto futuro para todos/todas seus integrantes.

Conhecer a realidade na qual estes movimentos se organizaram pela perspectiva de seus integrantes, representa a ruptura de um paradigma criado pela marginalização destes pela sociedade urbanocêntrica. Iniciativas como o PRONERA surgiram para tentar mitigar a ineficiência da educação oferecida aos residentes do campo, aproximando-os das classes



acadêmicas mediante a disponibilidade de cursos técnicos e superior que surgiram através de convênios entre Instituições de Ensino Superior, Governo Federal e Movimentos Sociais.

Nesse contexto, espaços criados com a finalidade de servir como canal de comercialização e de aproximação entre agricultores e consumidores, puderam ser utilizados também para a troca de saberes e no processo de construção de uma educação popular. Em Ilhéus, desde 2014, a feira agroecológica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), além de canal para comercialização de produtos ecológicos e orgânicos, tem proporcionado aos consumidores esclarecer dúvidas junto aos agricultores sobre alimento saudável, qualidade de vida e a relação entre trabalho na terra e empoderamento camponês (GOMEZ PEREIRA, et al., 2016).

A terra é para quem produz e o acesso a mesma deveria ser prioritariamente para trabalhadores rurais e camponeses. Desse modo, é necessário que os governos criem políticas públicas mais eficientes e igualitárias, fazendo-as cumprir-se, de modo que camponeses, agricultores familiares e pequenos agricultores, sejam contemplados com recursos capazes de lhes proporcionar independência econômica ao final dos ciclos de produção. No caso da microrregião Ilhéus – Itabuna, o cacau tem sido revitalizado dentro das áreas de Sistema Agroflorestal Cacau-Cabruca (SAFCC) em assentamentos da reforma agrária e em comunidades camponesas.

Com o estímulo a produção cacauzeira sob a ótica do cacau de qualidade ou fino, vê-se a multiplicação de cursos de capacitação nas áreas de produção do cacau e do chocolate em Instituições de Ensino Superior, no entanto, ainda pouco acessíveis as populações rurais, que por sua vez, assistidas por uma assistência técnica muitas vezes precária, ainda conseguem desenvolver produtos de qualidade agregando valor aos produtos da lavoura.

As memórias das ocupações, da organização e da manutenção dos movimentos sociais na região Sul da Bahia, microrregião Ilhéus-Itabuna, atestaram que a educação deve ser o motor dos movimentos sociais e da luta por terra e reforma agrária, isso porque é a partir dessas ações que se constrói um projeto de nação soberana, se edificam perspectivas para o futuro e se desenvolvem sujeitos capazes de transformar a realidade de um país.

Para tanto, não se excluiu a necessidade das intervenções tecnológicas para atingir metas e aumentar a repercussão sobre o contexto de conflitos, reivindicações e contestações políticas, educacionais, sociais e culturais. O uso da internet tem exercido influência sobre grupos,

promove debates e aprofundamentos, dá visibilidade a problemas e a situações específicas, além de contribuir para a comunicação solidária entre comunidades ligadas aos movimentos sociais e a divulgação dos valores inteligíveis relacionados a sua luta e ideologia.

O surgimento destas redes de comunicação popular articulada ocorreu devido a necessidade de exceder o protagonismo local da luta pela cidadania, para o âmbito nacional e mundial. Para Barbosa (2014) desde o final da primeira década dos anos 2000, os movimentos passam a perceber que, para ter uma maior expressão nesse novo estágio da luta no campo, é preciso apostar em três frentes: a ampliação da aliança com os demais movimentos sociais, o fortalecimento da comunicação alternativa e o incremento da formação dos quadros internos.

Nesse sentido, a luta por terras que ocorre no Sul da Bahia é vista pelo mundo todo através de páginas na internet, o que facilita a divulgação de ações tanto positivas (construção de casas, coletivos para plantio de mudas, trocas de espécies alimentícias), quanto negativas (violência no campo, ausência de coleta de lixo, ausência de água potável, ausência de luz). Além disso, essa rede compartilhamento é utilizada como meio de denúncia e de articulação das memórias sociais correlacionadas aos campos dos afetos e das sensibilidades, que envolvem o imaginário étnico, cultural e social destes povos.

As redes sociais, as páginas na web, as mídias sociais e as rádios coletivas, têm colaborado para a construção da identidade destes grupos e organização de suas memórias relacionadas aos processos de construção social, as quais buscam compreender, mediante processos de resignificação, as relações sociais envoltas na composição do passado através dos objetos de interesse presente. A memória apresenta um caráter coletivo que não pode ser negado, no entanto, o sujeito tem suas próprias recordações, assim como também desfruta de certo nível de liberdade e consciência em todos os níveis da vida social.

A construção de uma página na web não só colabora e amplia as ideias e as ações de luta pela terra, assim como combinam testemunhos que albergam as memórias destes diferentes sujeitos e comunidades. Ao longo do trabalho, busquei organizar uma coletânea das memórias sobre o processo de ocupação de terras no Sul da Bahia. Foi possível perceber as motivações pessoais e coletivas de cada colaborador entrevistado, e compreender como os conflitos resignificaram a identidade dos movimentos sociais rurais da região. Essas mesmas memórias foram capazes de apontar (ou identificar) o interesse pelo bem-estar dos sujeitos e do ambiente, como uma característica intrínseca à formação pessoal de cada um.

Apresentei discussões sobre como a agroecologia está sendo considerada uma ferramenta capaz de otimizar os conhecimentos empíricos, relacionando-os a técnicas mais apropriadas de produção. Organizei as informações de acordo com o entendimento de cada colaborador. Alguns deles narraram que a agroecologia é “tudo” para os movimentos sociais comprometidos em legitimar a função social da terra. Esta ciência passou a ser entendida como o meio para alcançar uma organicidade sociopolítica dentro do próprio movimento.

Lançando mão do emprego de tecnologia e dos conhecimentos tradicionais, a agroecologia se funde aos ideais de luta pela terra, organização política, reforma social, mitigação das crises ambientais e fortalecimento cultural de cada núcleo formado e visitado durante a realização das entrevistas. Não sendo capaz de identificar se para os colaboradores há um entendimento específico sobre a ciência agroecologia, esta pesquisa se propôs a afirmar que eles, através de suas organizações políticas, preocupações com a dignidade e bem-estar social, ressignificação cultural e proteção ambiental, já faziam agroecologia sem denominá-la como tal.

Nesse meio tempo, as memórias sobre as ocupações de terras no Sul da Bahia estão vinculadas ao processo de revitalização dessas áreas, que no momento das ocupações estavam devastadas pela vassoura de bruxa. Essas memórias também apresentam a competência, o comprometimento e o vigor de homens e mulheres em promover ações de representatividade social e política capazes de integrar trabalhadores e trabalhadoras rurais à nova realidade, como responsáveis pelo bem-estar, manejo e produção em suas terras, de modo a fortalecê-los e empoderá-los.

O trabalho coletivo de homens e mulheres do campo, ainda sugere diferenças entre a importância de cada gênero no desenvolvimento e na participação das atividades, no entanto, a mulher do campo vem ocupando lugar de destaque no que concerne a produção sustentável, ecológica e orgânica dentro da agricultura familiar e de pequena escala. As mulheres no campo consolidam saberes, trocam experiências e utilizam o espaço individual e coletivo na educação de seus descendentes como forma de preservar suas identidades.

As memórias das ocupações, a importância da agroecologia, a necessidade de fortalecimento dos movimentos e da organização sociopolítica de cada núcleo, promovem à reflexão sobre a importância desses movimentos, e de outros, para a conservação da Mata Atlântica. A migração desses movimentos para o Sul da Bahia, em uma época em que a floresta entrou em colapso, impediu o desflorestamento total do local, conservando assim as áreas

naturais e dando a elas um novo significado, pois onde antes se plantavam apenas “pés” de cacau, passou-se a plantar uma série de espécies capazes de regenerar o ambiente, alimentar pessoas e produzir recursos.

Acessar essas memórias da perspectiva de trabalhadores e trabalhadoras rurais permitiu expandir conhecimentos, desmistificar conceitos e atribuir valores aos esforços de todos e todas se tornaram essenciais à luta por terras. Memórias são necessárias para conhecer esse período por meio da narrativa de seus participantes, nossos colaboradores. Desta maneira, tornou-se possível identificarmos os porquês dessas lutas, por quem foram realizadas, para que foram organizadas e como se mantêm.

Considerando que este estudo pode representar uma nova possibilidade de se entender o processo das lutas por terra na região Sul da Bahia, ouvir a narrativa dos colaboradores contribuiu para que se desenvolvesse uma criticidade mais acurada sobre os contos e relatos já feitos, permitiu a apresentação de memórias silenciadas pelo tempo e pela posição social, contribuiu para meu crescimento pessoal e debateu que a educação, o emprego de tecnologia e a (re) valorização do conhecimento tradicional são fundamentais para o desenvolvimento comunitário local.

Por fim, este trabalho de pesquisa ainda requer revisão e um maior aprofundamento teórico sobre determinados temas (a exemplo, o papel da mulher na reforma agrária), isso porque, o surgimento deles durante as entrevistas provocou apreensão por não terem sido pensados como possibilidade de debate teórico. A escassez de trato com a metodologia em História Oral dificultou a análise das entrevistas, e por sua vez a seleção de um referencial teórico apropriado e mais extenso. Ainda assim, existe a possibilidade de realizar pesquisas complementares para os temas educação e movimentos sociais, participação feminina na reforma agrária, agroecologia e a monocultura do cacau, conservação da mata em pé e o valor econômico do cacau na restauração floresta, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. Sul da Bahia: chão de cacau, uma civilização regional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 114p.

AGUIAR, Thales. **Comunicação nos Movimentos Sociais**. ONGs e Movimentos Sociais: novos desafios da comunicação tecnológica. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/aguiar-thales-comunicacao-nos-movimentos-sociais.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/aguiar-thales-comunicacao-nos-movimentos-sociais.pdf)> Acesso: 20 set. 2018

AGUIAR, Paulo César Bahia de; PIRES, Mônica de Moura. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía**, Colombia, v.28, n.1, p.192-208, 2018.

ALENTEJANO, Paulo. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In: **CPT. Conflitos no Campo Brasil 2003**. Goiânia: CPT, 2004.

ALLEGRETTI Giovanni, BARCA Stefania e CENTEMERI Laura. Crise ecológica e novos desafios para a democracia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.100, p.5-10, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 384 p.

ALMEIDA, J. Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social? In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.88-101.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa**. São Paulo: Expressão Popular. 1. ed. 2012. 400 p.

ÁLVAREZ, Miguel Sanches. Patrimonio biocultural de los pueblos originarios de Chiapas: retos y perspectivas In: ROMERO, Agustín Ávila y VÁSQUEZ, Luiz Daniel. (coord.). **Patrimonio Biocultural, Saberes y Derechos de los pueblos originários**. Universidad Intercultural de Chiapa: 2012. p. 83-98.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Orientador: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. 2014. 189f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) Universidade Federal da Paraíba. 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994. 108 p.

ANTÔNIO, Clésio A. Movimentos sociais, educação do campo e políticas educacionais: adversidades para a qualidade educacional. **Revista Tempo da Ciência**, Paraná, v.12, n.23, p.26-47, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.79, p.95-111, 2007.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.28-49, 2003.

ARROYO, Miguel G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em revista**, Curitiba, n.55, p.47-68, 2015.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**. Formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. São Paulo: Editora Unicamp. 2011.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto, AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.17-42.

AZEVEDO, Fernando Antônio Farias de. **As Ligas Camponesas** (Campesinato e Política – 1955-64). Recife: Mimeo, 1980. 145 p.

BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – Educação em Movimento. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.50, v. especial, p.275-285, 2013.

BARBOSA, Alexandre. Como o MST utiliza a comunicação como recurso para sobrevivência à repressão. **Revista Ecopós**, v.17, n.1, p.1-13, 2014.

BARROS, Francisco Borges de. Memória sobre o município de Ilhéus. Ilhéus: Typ Baiana de Cincinno, Melchiese, 1915. 132 p.

BAUER, Márcio André Leal; MESQUITA, Zilá. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. **Revista de Administração de Empresas**, v.48, n.3, p.23-34, 2008.

BOEGE, Eckart. **El Patrimonio Biocultural de los Pueblos Indígenas de México**. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia y Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos indígenas, 2008.

BONDAR Gregório. A cultura de cacau na Bahia. **Instituto de Cacau da Bahia**. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais. 1938. (Boletim Técnico nº 1).

BORGES, Juliano Luis. **MST do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem. Editora da PUC Goiás, 2010. 176 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança dos Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca**: a história do MST. Tradução Rubens Gonçalves Menino. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRASIL. Lei 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras Providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm) Acesso: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm) Acesso: 02 fev. 2021.

BRASIL. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm) Acesso: 02 fev. 2021..

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Federal 750, de 10 de fevereiro de 1993. Revogado pelo Decreto 6.660 de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm#art51](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6660.htm#art51). Acesso: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm) Acesso: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei da Mata Atlântica 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providencias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm). Acesso: 20 out. 2020

BRASIL. Decreto 10.252, de 20 fev. de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União. Publicado em 21/02/2020. Edição 37. Seção 1. Página 2. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.252-de-20-de-fevereiro-de-2020-244585036> Acesso: 20 out. 2020

BRASIL DE FATO. Disponível em: <https://www.brasilefatoba.com.br/2021/04/22/lutar-contra-privatizacao-das-estatais-e-uma-das-formas-de-combater-a-fome>. Acesso: 20 jan. 2021.

BRUM, Argemino J. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Fidene, 1985. 200 p.

CALDART, Roseli Salete; DAROS, Diana; ALMEIDA, Cleide de Fátima L. de; et al. **Escola em movimento no Instituto Josué de Castro**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013. 448p.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, Edgar J.; CERIOLO, P. R.; CALDART, Roseli S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002b, p.25-36. (Coleção por uma educação básica do campo, n. 4).

CALLEGARO, Iara do Carmo; LÓPEZ, Xosé Antón A. **Cultura alimentares, biodiversidade e segurança alimentar no território de identidade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 360 p.

CANAVESI, Flaviane de Carvalho; MOURA, Iracema Ferreira de; SOUZA, Cláudia de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, 2016.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e segurança alimentar. **Revista Ação Ambiental**, Viçosa, ano 7, n.31, p.8-11, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.); PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade – Brasília**, 111 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. O Estado na América Latina. *In*: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **O Estado na América Latina**. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1997, p.77-99.

CARRILLO, César. **Un ensayo sobre el conocimiento indígena contemporáneo**. México: Universidade Autónoma do México, 2006. (Colección Pluririalidad Cultural de México).

CARTA DE PORTO BARREIRO *In*: **Anais... II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo**. Porto Barreiro, 2000. Disponível em: [https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/carta\\_de\\_porto\\_barreiro.pdf](https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/carta_de_porto_barreiro.pdf). Acesso: 23 out. 2020.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade – A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução: Klauss B. Gerhardt. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

CENSTEMERI, Laura. “Retour à Seveso. La complexité morale et politique du dommage à l’environnement”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v.66, n.1, p.213-240, 2011.

CERQUEIRA, Marcia Cristina de Almeida; SANTOS, Célia Regina Batista dos. **As escolas famílias agrícolas, a pedagogia da alternância e o caderno da realidade**. p. 1-15, 2004. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2004/Marcia%20Cristina%20de%20A>.



%20Cerqueira%20e%20C%C3%A9lia%20Regina%20B.%20dos%20Santos.pdf. Acesso: 01 mar. 2021.

CORRÊA, Hércules Tolêdo; DIAS, Daniela Rodrigues. Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação com alunos de cursos técnicos. **Revista trabalhos em linguística aplicada**, Campinas, v.55, n.2. p.241-261, 2016.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e prática**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 141 p.

COSTA, Gileaide Silva. **MLT: o Movimento de Luta pela Terra, um Movimento em Movimento**. Orientador: Fernando Garcia de Oliveira. 1996. 219f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba. 1996.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. **In: AMADO, Juliana e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 149-164.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusa, 1999. 255 p.

CULLEN Jr., Laury; ALGER, Keith; RAMBALDI, Denis. Reforma Agrária e conservação da biodiversidade no Brasil nos anos 90: conflitos e articulações de interesse. **Megadiversidade**, Minas Gerais, v.1, n., p.198-207, 2005.

DALMAGRO, Sandra Luciana. Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda. **Trabalho Necessário**, ano 14, n.25, p.69-89, 2016.

DEER, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.12, v.1, p.175-204. 2004.

DE GIORGI, Raffaella. Direito, tempo e memória. São Paulo: Quartier Latin. 2006. 256 p.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidade**. 2ª Ed. Editora Autentica, 2007. (Coleção leitura, escrita e oralidade – Livro Dígita).

DE PAULA, Ricardo Pires; FERNANDES; Bernardo Mançan; GIRARDI, Eduardo Paulon; MESSIAS, Ronaldo Celso. Educação e Direitos humanos: a participação do PRONERA na construção da Educação do Campo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v.3, n2, p.15-41, 2015.

DESCOLA, Phillip. Construyendo naturalezas. *In: DESCOLA; P. e PALSSON, T. (Org.). Ecología simbólica y práctica social en Naturaleza y Sociedad*. México: Perspectivas antropológicas en Siglo XXI, 2001. p.101-123.

DORES, Fabíola Gaspar das. A memória como método de pesquisa. **Revista Caderno de Campo**, n. 4, p.113-131, 1999.

- ERLL, Astrid. **Memoria Colectiva y Cultura del Recuerdo**. Disponível em: <http://www.memoriacultural.fios.unam.mx/2018/03/astrid-erll-memoria-colectiva-y-cultura-del-recuerdo-estudio-introductorio/>. Acesso: 26 mai. 2020.
- FARAH, Marta Ferreira, Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71, 2004.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social** – Novas Perspectivas sobre o Passado. Tradução: Telma Costa. 1992. 275 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista NERA**, São Paulo, ano IX, n.24, p.73-85, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Brasil. **Revista NERA**, São Paulo, n.1, v.1, p.1-43, 2012.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista histórico. **Revista InterMeio**, Mato Grosso do Sul v.1, n.1, p.11-16, 1995.
- FONSÊCA, Patrícia Nunes da; COUTO, Ricardo Neves; MELO, Carolina Cândido Do Vale; AMORIM, Luíze Anny Guimarães; PESSOA, Viviany Silva Araújo. Uso de redes sociais e solidão: evidências psicométricas de escalas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.70, n.3, p.198-212, 2018.
- FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim. **Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.2, p.17-29 2010
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; Michelotti, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (org.). **Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA, 2014. P. 7-12.
- GANDARA, Miguel Alvares. Chiapas: nuevos movimientos sociales y nuevo tipo de conflicto. In: SEOANE, José (org.). **Movimientos sociales y conflictos en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p.103-125.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 224 p.
- GEOGRAFAR. Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos em Área Rural. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/projeto-de-assentamento-terra-vista>. Acesso: 21 dez. 2020.
- GLIESSMAN, Stephen. **A agricultura pode ser sustentável**. EMATER/RS. Rio Grande do Sul, 2003. Entrevista concedida a Jornalista Ângela Filippi. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/03-entrevista.htm> Acesso: 21 de fev.de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-513, 2011.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Museologia e Patrimônio**, v.3, n.2, p.42-55, 2010.

GOMEZ PEREIRA, Marcella; LUCENA, Emerson Antônio Rocha Melo de; Mandarinô Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio. Empoderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil. **Fórum Sociológico**, Série II, n.29, p.65-73. 2016.

GOMEZ PEREIRA, Marcella; OLIVEIRA, Maria de Fátima, S. S.; PROFICE, Christina Cabicieri; ROCHA, Emerson Antônio. Escolarização Indígena Tupinambá: uma análise da prática docente na comunidade Itapoã de Olivença, Ilhéus – Bahia. **Revista SODEBRAS**, v.8, n.86, p.63-68, 2013.

GONZÁLEZ, Alba. **Humedales en el Suroeste de Tlaxcala**: agua y agricultura en el siglo XX. 1. ed. México: Universidad Iberoamericana, 2008. 240 p.

GORENFLO, Romaine Suzanne.; MITTERMEIER, Russell. A.; WALKER-PAINEMILLA, Kristen. Co-occurrence of linguistic and biological diversity in biodiversity hotspots and high biodiversity wilderness areas. **PubMed**, EUA, v.21, n.109, p.8032-8037, 2012.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes / FASE-Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional, 1987. 90 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

HARMON, David. Losing species, losing languages: connections between biological and linguistic diversity. **Southwest Journal of Linguistics**, [S.I], v.15, p.89–108, 1996.

IANNI, Octavio. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone: UNICAMP, 1985. pp.15-45.

IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. In: **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.139-166.

JESUS, Alex Dias. Das Ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade Camponesa. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. Especial, p. 1-14, 2011.

JST. Jornal Sem Terra. **O estado no banco dos réus**, nº 261, abril, 2006

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.303-320, 2004.

- KHOR, Martin. **El saqueo del conocimiento**. Barcelona: Icaria, 2003. 107 p.
- KOLLING, Edgar Jorge; NERY, I.; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 107 p.
- LEFF, Henrique. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, 2002.
- LUQUE, Diana; ROBLES, Antônio. **Naturalezas, saberes y territorios Comcaac**. México: CIAD, INE, 2006. 360 p. (Serie Diversidad cultural y sustentabilidad ambiental).
- MACHADO, Anelise Lorenzon; PÉRSIGO, Patricia Milano. **As novas mídias: a internet e o Facebook como plataforma de divulgação de mobilizações sociais**. Revista Temática, João Pessoa, Ano XI, n.8, p.176-191, 2015.
- MACHADO, Joice Mengue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Revista RENOTE - Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.1-9, 2005.
- MAFFI, Luisa. Linguistic, cultural, and biological diversity. **Annual Review of Anthropology**, [S.I.], v.34, p.599-617, 2005.
- MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v.10, n.18, p.737-793, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec. 1993. 179 p.
- MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.11, n.2, p.97-128, 1999.
- MAYAUTE, Miguel Ecurra; BLAS, Edwin Salas Construcción y validación del cuestionario de adicción a redes sociales (ARS). **Revista Liberabit**, Lima, v.20, n.1, p.73-91, 2014.
- MAYWALD, Paula Guardenho; JÚNIOR Oswaldo Marçal. Estrutura de Áreas protegidas dos assentamentos de reforma agrária no município de Uberlândia-MG, Brasil: um estudo de ecologia de paisagem. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.25, n.1, p.75-90, 2013.
- MELIANE, Paulo Fernando. Políticas públicas e produção do espaço no Sul da Bahia: análise da situação por município dos projetos de reforma agrária na microrregião de Ilhéus-Itabuna. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.3, n.1, p.231-255, 2014

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara A. da Silva; NEVES, Ronaldo José; SILVA, Tânia Paula da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.1, p. 71-89, 2014.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. Movimentos Sociais e Educação: o MST e o Zapatismo entre autonomia e a institucionalização. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016. 214 p.

MESZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2007. 125 p.

MOCAMBOS.net. Rede Mocambos. Disponível em: [www.mocambos.net](http://www.mocambos.net). Acesso: 20 dez. 2020.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; MICHELOTTI, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (org.). **Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA. Brasília: MDA, 2014. 292 p. (Série NEAD Debate; 22)

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular. 2001. 256 p.

MOURÃO SÁ, Laís; MOLINA, Mônica Castagna. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das Ciências Agrárias. In: MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; Michelotti, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (org.). **Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA, 2014. p.90-116.

MICHELOTTI, Romier. Resistência camponesa e Agroecologia. In: MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida; Michelotti, Fernando; SOUSA, Romier da Paixão (org.). **Práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias**: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA, 2014. p.60-87.

NAVARRO, Zander S. Movimentos Sociais e Áreas Rurais do Sudeste da Bahia: As lutas sindicais no período 1955-1964. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone: UNICAMP, 1985. p.243-262.

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. A luta dos movimentos sociais do campo na América Latina pelo acesso à educação: uma questão de autonomia. **Revista Pegada**, v.12, n.2, p.95-106, 2011.

NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, n.10, p.7-28, 1993.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. (Ed.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989. p. 42-48.

PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovana Maria. Usos da Memória: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.97, p.191-212, 2016.

PEREIRA, Túlio Henrique; FLEXOR, Maria Helena Ochi. A Memória como sujeito e objeto do conhecimento. *In*: VI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Resumos** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. Disponível em: <[www.cult.ufba.br](http://www.cult.ufba.br)> Acesso: 26 maio 2020

PEREIRA, Ana Carolina Reis. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Entaideias**, Salvador, v.4, n.1, p.90-105, 2015.

PEROCHENA, Camila Entre el «deber de memoria» y el uso político del olvido: México y Argentina frente al pasado reciente. **Revista Historia y Memoria**, Colombia, n.20, p.23-60, 2020.

PETRY, Almiro. **Os Movimentos Sociais na América Latina**. 2008. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. (Formação Humanística. Eixo: américa latina). Disponível em: [www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/mov\\_sociais.pdf](http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/mov_sociais.pdf). Acesso: 4 set. 2020.

PICON, Felipe; KARAM, Rafael; BREDA, Vitor; RESTANO, Aline; SILVEIRA, André; SPRITZER, Daniel. Precisamos falar sobre tecnologia: caracterizando clinicamente os subtipos de dependência de tecnologia. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v.17, n.2, p.44-60, 2015.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Conferencias. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n., p. 13-49.

POULET, Georges. **O Espaço Proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 148 p.

PRIMACK, RICHARD. B.; RODRIGUES, EFRAIM. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora PLANTA, 2001. 328p.

RED – Rede de etnoecologia y patrimônio Biocultural. México: Conacyt, 2012. Disponível em: [etnoecologia.uv.mx/pdfs/Red%20de%20Etnoecología](http://etnoecologia.uv.mx/pdfs/Red%20de%20Etnoecología). Acesso 1 nov. 2020.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.86, p.89-122, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 445 p.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade**. Reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950). Ilhéus: Editus, 2005. 208 p.

RIOS, Kênia Sousa; RAMOS, Francisco Régis Lopes. O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: FUNES, Eurípedes; RAMOS, Francisco Régis Lopes; RIBARD, Franck Pierre Gilbert; RIOS, Kênia Sousa (orgs.). **África, Brasil, Portugal: História e Ensino de História**. Fortaleza: Editora da UFC, 2010. p.216-228.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauzeira da Bahia** – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008. 255p.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n.38, v.138, p.27-44, 2017

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 240 p.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Juliana e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.1, p.321-330, 2003.

SAMBUICHI, Regina Helena R.; MIELKE, Marcelo Schramm; PEREIRA, Carlos Eduardo. **Nossas árvores**. Conservação, uso e manejo de árvores nativas no Sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2009, 296 p.

SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades**: um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio E. N. S. de Lourdes - Londrina/PR.2013-2014. Orientador: prof. Dr<sup>a</sup> Ana Heloisa Molina. 2016. 322f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual de Londrina. 2016.

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau** – Introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1957. 130 p.

SANTOS, José Vicente T. dos. Lutas agrárias latino-americanas: da resistência ao projeto societário. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone: UNICAMP, 1985. p.7-14.

SAUER, Sérgio. **O parlamento e a criminalização dos movimentos sociais agrários**. In: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo – Brasil*, 2009. Goiânia: CPT Nacional, 2010.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST**. Caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento. Rio de Janeiro: Record, 2008. 350 p.

SELBER, Stuart A. **Multiliteracies for a digital age**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004. 288 p.

SEMENZATO, Geraldo. **Um município da zona cacauera da Bahia**. Mimeo. 1963.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.18-28, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. El despliegue de la sociología agraria hacia la Agroecología. **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**, v.10, p.85-109, 2013. (Fundación Cajamar).

SILVA, Janssen Felipe da; TORRES, Denise Xavier; LEMOS, Girleide Torres. Educação do campo: a luta dos movimentos sociais camponeses por uma educação escolar específica e diferenciada. **Revista Pedagógica**, Chapecó, ano 15, v.28, n.1, p.409-438, 2012.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n.71, p. 166-193, 2000.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p.

SUTHERLAND, William J. Parallel extinction risk and global distribution of languages and species. **Nature**, EUA, n.423, p.276-279, 2003.

SUZART, Emanuele Maria Leite; SILVA, José Danilo Santana; SILVA, Simone Benedita dos Santos. (2012). Movimentos sociais do campo em defesa da educação do campo. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resumos [...]**. São Cristovão: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Juliana e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.65-91.

TONHASCA JR., Athayde. **Ecologia e Historia Natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 197 p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Victor M. El Patrimonio Biocultural en la mesa de discusión. **El Tacluache**, México, n.586, 2013. (Suplemento Cultural). Disponível em: <https://studylib.es/doc/7529915/el-patrimonio-biocultural-en-la-mesa-de-discusi%C3%B3n> Acesso: 01 nov. 2020.



TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria, 2009a. 232p.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n.20, p.31-45, 2009b.

VIEIRA, Andressa Brito. Movimentos sociais e mídia: uma complexa relação no processo de formulação da agenda. **Tempo da Ciência**, v.22, n.43, p.29-41. 2015.

WANDERLEY, Maria de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.I.], n.2. p.29-37, 2000.

WARMLING Deise; MORETTI-PIRES Rodrigo Otávio Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil. **Revista Interface**, v.21, n.62, p.687-98, 2017.

WARREN, Ilse Scherer. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n.54, p.205-517, 2008.

WIGG, David; VIEIRA, Fernanda Maria; QUINTANS, Mariana Trotta D. et al. Semeando novos tempos? Reforma agrária e Agroecologia um diálogo necessário – análise a partir do estudo de caso do PDS Osvaldo de Oliveira no Rio de Janeiro. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.19, n.1, p.116-147.

ZACCHI, Vanderlei José. **A enxada e a caneta: linguagem e cultura na construção da identidade sem-terra**. São Paulo: Humanitas: FAPESB, 2016. 316p.